



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALDENIZE DA SILVA LADISLAU

VITRINE DE PAPEL:
AS MULHERES NO PERIÓDICO PARAIBANO *O PUBLICADOR* (1864-1869)

JOÃO PESSOA – PB

2022

ALDENIZE DA SILVA LADISLAU

VITRINE DE PAPEL:
AS MULHERES NO PERIÓDICO PARAIBANO *O PUBLICADOR* (1864-1869)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Engler Cury

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades.

JOÃO PESSOA – PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L155v Ladislau, Aldenize da Silva.

Vitrine de papel : as mulheres no periódico
paraibano O Publicador (1864-1869) / Aldenize da Silva
Ladislau. - João Pessoa, 2022.
160 f. : il.

Orientação: Cláudia Engler Cury.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História - Mulheres. 2. Gênero feminino. 3.
Imprensa - História. 4. Parahyba do Norte. 5. Século
XIX. I. Cury, Cláudia Engler. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94-055.2(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 265 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria da mestrande ALDENIZE DA SILVA LADISLAU, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 14 horas, em sessão realizada híbrido (presencial com a mestrande, orientadora, membro interno ao PPGH e com participação remota do membro externo), atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria da mestrande **ALDENIZE DA SILVA LADISLAU**, matrícula **20211014020**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do Professor ELIO CHAVES FLORES, Professor Decano do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho da mestrande foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **CLAUDIA ENGLER CURY** (UFPB – Orientadora e Presidente da sessão), **ALINE DE MORAIS LIMEIRA** (UERJ – Examinadora Externa à instituição) e **SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu na Sala Multimídia C do CCHLA/UFPB, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, a presidente **CLÁUDIA ENGLER CURY** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou à mestrande para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado "*Vitrine de Papel: as mulheres no periódico paraibano O Publicador (1864-1869)*". Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação da mestrande. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

A banca ressaltou as qualidades da dissertação em relação à temática; à apropriação e interpretação das fontes documentais e construção da narrativa. Fez observações no sentido de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

20 qualificar e ajustar o texto final para o
depósito junto ao PPGH/UFPB. Enfatizam também,
que o estudo torna-se uma referência para
a historiografia nacional e, finalmente, indicam
a publicação parcial e/ou na íntegra das
dissertações.

35 Assim, decidiu-se pelo conceito APROVADO. Deve a secretaria do
PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria
de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do
respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da
40 qual, eu, ELIO CHAVES FLORES, Professor Decano do PPGH, lavrei a presente ata que vai
assinada pelos membros da banca e pela mestranda.

João Pessoa, 16 de dezembro de 2022.

45

Orientadora

Coord. Gge 

Aline de Moraes

Examinadora Externa – ALINE DE MORAIS LIMEIRA

Surya Aaronovich Pombo de Barros

Aldenize da Silva Ladislau

Examinadora Interna – SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS

Mestranda – ALDENIZE DA SILVA LADISLAU

AGRADECIMENTOS

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente [...] Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador.
(BLOCH, 2001 [1949], p. 65-66)

O livro “Apologia da história, ou, O ofício do historiador”, de autoria de Marc Bloch, foi uma das primeiras indicações de leituras mencionadas pelo Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, na primeira semana de aula da minha graduação em 2016. As leituras que fiz e faço desta obra é um dos motivos que mantêm meu fascínio pela História. Para além das recomendações de leituras, agradeço seu apoio, suas maravilhosas aulas e a disponibilidade que sempre tem para aconselhar seus alunos.

Agradeço também à Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (Prifirida) por sua dedicação, e ser para mim e para muitos dos meus colegas uma graciosa fonte de inspiração. Aliás, todos os professores que fazem parte do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, são inspiradores. Em especial, agradeço aqueles com quem compartilhei aprendizados nas disciplinas ofertadas no mestrado: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, Prof. Dr. Gladson Paulo Milhomens Fonseca, Prof. Dr. Elio Chaves Flores e o Prof. Dr. Tiago Luís Gil. Agradeço a contribuição de vocês na elaboração desta pesquisa.

Meu muito obrigada à toda equipe do (GHENO) pelos aprendizados em todas as reuniões que participei. Agradeço à Profa. Dra. Mauricéia Ananias por ter feito parte da orientação da minha monografia de graduação e também agradeço às queridas Profa. Dra. Laís Regina e Itacyara Miranda que tiraram minhas dúvidas acadêmicas quando necessitei de suas ajudas.

Aos meus colegas de mestrado da turma 2021.1, todo o meu respeito e admiração. Agradeço as parcerias e os diálogos que tivemos ao longo destes quase dois anos de curso. As amarguras da pandemia do Covid-19 nos impediu de podermos cursar as disciplinas do mestrado de forma presencial, mesmo assim, ainda que tenha sido por meio de uma tela de computador ou celular, foi um grande prazer ter sido colega de todos vocês: Livia

Lemos, Milena Dôso, Flaviano Ferreira, Luan Sanches, Luísa Mendonça, Luiza Paiva, Paulo Lima, Dinho Zâmbia, Raquel Rocha, Ana Estrela, Julio Cesar, José Francisco, Bruna Lima, Ana Livia, Francisco Diogo, Williams Cabral, Leonília Mendes, Matheus, e Juciene.

Agradeço ao querido Geraldo da coordenação que sempre nos atendeu com gentileza. Também agradeço a Profa. Dra. Ana Maria Veiga, que é uma das Coordenadoras do PPGH/UFPB.

Agradeço à Profa. Dra. Aline de Moraes Limeira e à Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros que aceitaram compor a banca de defesa da dissertação. Também agradeço à professora Surya Aaronovich por suas aulas que tive no Projeto Escrita Acadêmica – tenho certeza que foi um aprendizado fundamental para a escrita deste trabalho.

Meu carinhoso agradecimento para a querida orientadora Cláudia Engler Cury. Muito obrigada por ter sido tão paciente comigo. Agradeço as revisões, reuniões e todo apoio prestado.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus familiares. À minha mãe Maria Gorete, meu pai José Ladislau, meus irmãos Aldeni e Almir, o cunhado Pedro e cunhada Cleonice, aos meus queridos sobrinhos Lucas, Mateus, Maria Clara, Almir Santos e Camila, também ao “bisneto” Pedro Henrique, todos os meus tios e tias, e todos os meus primos e primas, em especial a Dayanne Kelly Soares Rodrigues por ter cuidado da minha mãe – quando ela teve que se submeter à uma cirurgia e ter dado apoio quando eu me ausentei para dar conta das atividades acadêmicas. Agradeço à minha tia Fátima Rodrigues nestes dias também.

Agradeço às teachers Gessica e Rayssa, bem como a turma da qual fiz parte como aluna das aulas de Inglês no CNA-Bayeux. Foi um aprendizado essencial para minha entrada na Pós-Graduação. Thank you very much!

Agradeço as Políticas de Cotas Raciais que possibilitaram minha entrada em uma Universidade Federal. Agradeço também ao Presidente, já eleito, Luís Inácio **Lula** da Silva – que o Brasil volte a sorrir e a nossa estrela volte a brilhar.

Aos companheiros e amigos que a vida me apresenta, minha gratidão!

Como diria Fernando Pessoa “Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Adiante!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Gorete da Silva Ladislau e ao meu pai José Ladislau da Silva por terem me ensinado a buscar na educação a realização dos ideais que sigo. Agradeço imensamente! Também dedico ao meu primeiro leitor, que leu meu diário com páginas em branco num passado não muito distante. E, por fim, dedico a você, que investirá seu tempo lendo esta pesquisa tão importante para a história das mulheres na imprensa da Paraíba.

RESUMO

A dissertação pretendeu identificar a presença das mulheres no jornal *O Publicador*. Encontramos uma variedade de publicações e uma diversidade de figuras femininas neste periódico que em alguns casos, assinaram matérias publicadas e, em outros, foram tema do assunto noticiado. Essas mulheres realizaram diferentes atividades, mas experimentaram realidades muito semelhantes no que tange aos discursos patriarcalistas que, representavam-nas como seres inferiorizados em muitas circunstâncias por serem do gênero feminino. Para esta pesquisa escolhemos trabalhar com todas as edições do *O Publicador* disponíveis na Hemeroteca Digital, que abarcam os anos entre 1864 a 1869. Este jornal circulou na Província da Parahyba do Norte, diariamente, durante a segunda metade do século XIX. Além de ser nossa principal fonte, também se configura como objeto de estudo, uma vez que entender melhor a configuração do periódico nos permitiu conhecer os elementos gráficos e editoriais, nos quais encontramos a presença e as representações sobre as mulheres. Utilizamos ainda da História Cultural, da História das Mulheres e da Perspectiva dos Estudos de Gênero, Representação e Experiência como arsenal teórico-metodológico para compreensão das trajetórias de um conjunto de mulheres – às quais estiveram em condições de escravizadas, abolicionistas, atrizes e professoras. Esta pesquisa está localizada na área de História e Cultura Histórica, seguindo a linha de pesquisa História e Regionalidades. Assim, pretendeu-se conhecer, sobretudo, por quais espaços sociais este público feminino circulou a partir da compreensão do seu tempo histórico e que tipo de conflitos foram gerados por suas experiências. Concluimos que por meio desta pesquisa pudemos nos aproximar das formas como se deu a presença das mulheres entre as seções do jornal *O Publicador*, onde a participação das mulheres neste diário, em particular, é marcada por representações e oferta de mão de obra para o trabalho.

Palavras-chave: História das Mulheres. Gênero. História da Imprensa. Parahyba do Norte. Século XIX.

ABSTRACT

The dissertation intended to identify the presence of women in the newspaper O Publicador. We found a variety of publications and a diversity of female figures in this journal who, in some cases, signed published articles and, in others, were the subject of the reported subject. These women carried out different activities, but experienced very similar realities with regard to patriarchal discourses, which represented them as inferior beings in many circumstances because they were female. For this research, we chose to work with all editions of O Publicador available in the Hemeroteca Digital, covering the years between 1864 and 1869. This newspaper circulated in the Province of Parahyba do Norte, daily, during the second half of the 19th century. In addition to being our main source, it is also configured as an object of study, since better understanding the journal's configuration allowed us to know the graphic and editorial elements, in which we find the presence and representations of women. We also use Cultural History, Women's History and the Perspective of Gender, Representation and Experience Studies as a theoretical-methodological arsenal to understand the trajectories of a group of women - who were in conditions of enslavement, abolitionists, actresses and teachers. This research is located in the area of History and Historical Culture, following the research line History and Regionalities. Thus, it was intended to know, above all, which social spaces this female audience circulated from the understanding of their historical time and what kind of conflicts were generated by their experiences. We conclude that through this research we were able to approach the ways in which the presence of women occurred among the sections of the newspaper O Publicador, where the participation of women in this newspaper, in particular, is marked by representations and supply of labor for the work.

Key words: Women's History. Genre. Press History. Northern Parahyba. XIX century.

Lista de Imagens

Imagem 1: Os títulos dos periódicos e suas evidências.....	21
Imagem 2: Seção Editorial de <i>A Borboleta</i> (1860).....	23
Imagem 3: Romance Guiomar (Original de <i>A Borboleta</i>)	25
Imagem 4: Primeira página do jornal <i>O Publicador</i> na edição de número 44.....	27
Imagem 5: Seção <i>Parte Oficial</i>	28
Imagem 6: Seção <i>Editorial</i>	29
Imagem 7: Seção <i>Noticiario</i>	31
Imagem 8: Seção <i>A Pedido</i>	31
Imagem 9: Seção <i>Transcrição</i>	32
Imagem 10: Seção <i>Correspondência</i>	32
Imagem 11: Seção <i>Annuncios</i>	33
Imagem 12: Ofício à Calecina Rodrigues da Costa.....	35
Imagem 13: Brinde à Calecina Rodrigues da Costa.....	35
Imagem 14: A mulher é duas vezes nossa mãe (<i>L'Abbé Constant</i>).....	49
Imagem 15: A Mulher.....	50
Imagem 16: Uma mulher vendida.....	51
Imagem 17: O amor feminil (A. Herculano).....	52
Imagem 18: Rabos (<i>Jornal do Recife</i>).....	56
Imagem 19: Um novo <i>Pantracius</i> (loucura feminina).....	57
Imagem 20: Anúncios das aulas particulares das professoras Angela Barbosa Cordeiro de Souza e Anna Afra Soares de Barros.....	79
Imagem 21: Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no corrente ano de 1866.....	80
Imagem 22: Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no corrente ano de 1867.....	80
Imagem 23: Listas das cadeiras do ensino primário da província, com declaração dos nomes dos respectivos professores.....	81
Imagem 24: Lugares mencionados nos anúncios das professoras que ofertavam aulas particulares na Capital.....	82
Imagem 25: Anúncio Colégio N. S. das Neves.....	85
Imagem 26: Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no ano de 1865.....	91

Imagem 27: Crítica ao Colégio N. S. do Carmo pelo 2º Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte Barão de Maraú.....	92
Imagem 28: Trecho da Rua Direita, atual Duque Caxias, 1871.....	92
Imagem 29: Imposto sobre aula particular da professora Idalina Margarida Assunção Meira Henriques – Rua Direita, Cidade da Parahyba.....	93
Imagem 30: Anúncio da peça teatral <i>Uma Scena de Nossos Dias</i>	97
Imagem 31: Anúncio da peça teatral <i>Os Amores de Cleopatra</i>	99
Imagem 32: Poema dedicado à chegada de Eugênia à Parahyba do Norte.....	101
Imagem 33: Elogio à atuação de Eugênia Câmara no jornal francês.....	103
Imagem 34: Obras escritas por Eugênia Câmara.....	104
Imagem 35: Poema de Eugênia Câmara: <i>Adeus irmão da minha alma</i>	106
Imagem 36: Caricatura de Eugênia Câmara feita por Castro Alves.....	107
Imagem 37: Anúncio pelos serviços de ama de leite.....	110
Imagem 38: Linha do tempo da família de Maria Gayoso.....	120
Imagem 39: Correspondência do poeta.....	121
Imagem 40: Transcrição da lenda “A Escrava” de Juvenal Galeno.....	122
Imagem 41: Anúncio da criação da Sociedade Caridade São João Evangelista.....	124
Imagem 42: Poema sobre o falecimento de João Evangelista.....	125
Imagem 43: Notícia sobre o falecimento de uma das sócias da Emancipadora Parahybana	126

Lista de Quadros

Quadro 1: Periódicos paraibanos em circulação na década de 1860.....	22
Quadro 2: Temas presentes nas notícias assinadas por mulheres no jornal <i>O Publicador</i> entre 1864-1869.....	63
Quadro 3: Anúncios das aulas particulares da instrução feminina no jornal paraibano <i>O Publicador</i> (1864-1869).....	75
Quadro 4: As atrizes nos anúncios do <i>O Publicador</i>	95
Quadro 5: Atividade realizada – Ama de Leite.....	111
Quadro 6: Atividade realizada – Trabalho na roça ou Serviço em casa de campo.....	113
Quadro 7: Atividade realizada – Cozinheira.....	116
Quadro 8: Atividade realizada – Serviço da casa.....	117
Quadro 9: Cenário paraibano do comércio impresso na década de 1860.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – “A QUE SERÁ QUE SE DESTINA”?	14
Mapa da pesquisa: a escolha do tema, objetivos, metodologia, aporte teórico, fontes e trajetória	14
I – A IMPRENSA PARAIBANA E O JORNAL <i>O PUBLICADOR</i>	21
1.1 – Cenário paraibano do comércio impresso na década de 1860	21
1.2 – Apresentando o periódico	27
II – O PAPEL DA IMPRENSA COMO “EDUCADORA” NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES	37
2.1 – História das mulheres, Gênero e História das mulheres na imprensa	37
2.2 – A construção do perfil de moralidade feminina prescrita nas páginas impressas	45
III – DE QUE FORMA AS MULHERES APARECEM NO DIÁRIO <i>O PUBLICADOR</i>?	60
3.1 – Notícias assinadas por mulheres	61
3.2 – Docência e Instrução Feminina	74
3.2.1 Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques – Professora	84
3.3 – Atrizes nos anúncios das peças dos Teatros Paraibanos	94
3.3.1 Eugênia Infante Câmara – Atriz	100
IV – ABOLICIONISMO, ESCRAVIDÃO E MULHERES EM <i>O PUBLICADOR</i>	109
4.1 – Ana, Joaquina, Josepha e demais escravizadas	109
4.2 – Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso – Abolicionista	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
FONTES E REFERÊNCIAS	135
ANEXO I – Cenário paraibano do comércio impresso na década de 1860	146
ANEXO II – Estatutos da Sociedade Caridade de São João Evangelista	156

INTRODUÇÃO – “A QUE SERÁ QUE SE DESTINA”?¹

Mapa da pesquisa: a escolha do tema, objetivos, metodologia, aporte teórico, fontes e trajetória.

Visibilidade: era o que alcançavam as mulheres do século XIX ao recorrerem à imprensa para ofertar os trabalhos que realizavam; anunciar a venda ou aluguel de bens materiais possuídos por herança e divórcio; divulgar correspondências, entre outras facetas em que é possível identificar a presença feminina nas páginas dos jornais. Elas também podem ser notadas nos periódicos por meio das representações registradas, em grande parte, através do olhar masculino. Anjo/demônio, Eva/Maria, fracas/guerreiras – adjetivos dicotômicos utilizados para difundir imagens sobre como era ou deveria ser mulher nesse período. Os jornais impressos eram o meio de comunicação mais influente, eles foram os principais porta-vozes e agentes dos processos históricos, dos quais as mulheres fizeram parte e neles foram transformadas em uma Vitrine de Papel.

No Brasil, os marcos oficiais da circulação dos impressos, sobretudo em relação aos jornais, datam da criação da Imprensa Régia por D. João VI, em 13 de maio de 1808.² Há autores que se opõem acerca de qual teria sido o primeiro jornal brasileiro, por isso, o pioneirismo é delegado tanto à *Gazeta do Rio de Janeiro*, que entrou em circulação em 10 de setembro de 1808, e, ao *Correio Brasiliense*, editado fora do país, na cidade de Londres, em junho do mesmo ano, por Hipólito José da Costa. No entanto, Carlos Costa afirma ser a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal do Brasil, pelo impresso possuir características tipográficas de um periódico. Diferente do *Correio Brasiliense*, que tinha uma editoração não condizente com a de um jornal, possuindo 100 páginas por exemplar, em oposição à 4 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, além de ser produzido em outro país (COSTA, 2007).

¹ O título faz referência à letra da música “Cajuína” – interpretada por Caetano Veloso, no seguinte trecho: “Existirmos, a que será que se destina?”. É utilizada ao nomear o capítulo introdutório para dar ênfase à reflexão que se propõe entender o porquê de trabalhar a temática escolhida e qual destino queremos trilhar e alcançar a partir dos objetivos elencados, bem como do tratamento teórico-metodológico atribuído à pesquisa. É uma pergunta minha, que demonstra a dúvida dos caminhos iniciais a serem desbravados, mas, ao mesmo tempo, é a intenção de que o/a leitor/a seja aguçado/a por essa questão e tenha a vontade de continuar lendo o trabalho.

² Antes da criação da Imprensa Régia havia folhetos e alguns jornais clandestinos circulando no Brasil. Para saber mais sobre esse momento de circulação dos primeiros impressos no Brasil ouça o podcast “Muito Além do Grito do Ypiranga”. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2rQUqsQm7zzlQfzlcMhChy?si=dMzsByMbQP-QAJ676cx-fg&utm_source=whatsapp. Acesso em 07 de nov. de 2022.

Mas não bastava apenas criar lugares de impressão, era preciso que houvesse público leitor para tornar esse meio o que viria a se constituir como a principal fonte de informação, sobretudo, no século XIX. Para Barbosa, a imprensa só foi constituída plenamente no Brasil a partir do consumo do público leitor, “só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações” (BARBOSA, 2010, p. 20). Antes disso, haveria uma circulação de informações, mas ainda não existia imprensa, essa passa ser o que é a partir de suas relações com os leitores.

Dar voz aos seus leitores era uma das funções mais importantes da imprensa oitocentista. É por meio dessas opiniões do público nos jornais que descobrimos mais sobre os consumidores dos periódicos “ou para quem essas letras impressas passaram a ter algum significado” (BARBOSA, 2010, p. 12).

Os periódicos tinham essa característica, a de fazerem circular informações hodiernas, daquilo que estava em debate no cotidiano das pessoas. Ainda de acordo com Barbosa:

Sendo uma instituição que ampliava os debates políticos que ocupavam os múltiplos espaços públicos da cidade, os jornais se constituíam também como arenas para as polêmicas que se multiplicavam por aqueles dias. Falando uns para os outros, uns contra os outros, a imprensa e os jornalistas criavam uma espécie de teatralização da política e dos temas do cotidiano (BARBOSA, 2010, p. 13).

Os jornais faziam parte da vida de pessoas pertencentes às classes sociais distintas, haja vista que mesmo os analfabetos ou pessoas escravizadas tinham acesso ao noticiário por meio das rodas de conversa, onde os leitores faziam circular as informações através, por exemplo, da oralidade. “Como sujeitos ativos da sua própria história, estiveram imersos num cotidiano em que as práticas orais eram permeadas pelas múltiplas possibilidades de letramento” (BARBOSA, 2010, p. 13). Chartier também lembra que “no século XIX, novas categorias de leitoras (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentadas à cultura impressa” (CHARTIER, 1999, p. 26). Além das mulheres formarem outra categoria de leitoras, constituiu ainda uma temática recorrente nos periódicos e neles viram transformadas as suas experiências em dados de opiniões, em manchetes de anúncios, nas protagonistas das poesias destinadas a elas mesmas e nos informes os mais variados.

Algumas exerceram também a escrita e a direção de jornais. No livro “Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX”, de Constância Lima Duarte, publicado em 2017, a autora informa que pelo menos 143 jornais produzidos no período imperial estiveram sob a direção ou direcionados ao público feminino. No entanto, não houve menção a nenhum jornal da Província da Parahyba do Norte, a exemplo de *A Borboleta*, que tinha em seu editorial a indicação do seu público-alvo ao enunciar a finalidade de fazer parte da leitura das “belas jovens”.

É justamente o público consumidor de periódicos o principal elemento, segundo Buitoni, que ajuda entender o que considera ser “imprensa feminina” e “imprensa feminista”. Também é importante lembrar o fato de que a segmentação de leitores inicia no século XIX, com o recorrente aparecimento de jornais e revistas destinados, especificamente, para homens e mulheres.³

Na Província da Parahyba do Norte, entre os anos de 1862 e 1886, circulou um dos jornais mais longevos e o primeiro a ter periodicidade diária, chamado de: *O Publicador*. Consumido pela leitura de homens e mulheres, além de ser o jornal oficial do governo da Província na década de 1860. No que se refere ao conteúdo das publicações, mesmo sendo um espaço em que o ponto de vista da figura masculina ganhava mais destaque, inclusive, quando expressavam representações delas, as mulheres encontraram brechas para publicarem matérias dos mais variados gêneros: noticiários, anúncios e correspondências. Assim estavam, sobretudo, alcançando visibilidade nessa sociedade.

Não só nas fontes jornalísticas, mas também na historiografia existente até meados do século XX, escrita predominantemente por homens, houve um silenciamento das ações dos sujeitos femininos no decorrer do tempo histórico. Esta perspectiva só viria a ser transformada com a emergência de debates, relacionados aos campos da Nova História Cultural e Social que trouxeram as experiências das mulheres como elementos importantes para compreensão da história da humanidade.

A História das Mulheres se tornou um campo de estudos. As pesquisas se multiplicaram e também constituíram temas e abordagens especializadas, a exemplo da área de História das Mulheres na Imprensa – onde está localizado nosso objeto de estudo, fruto da presente dissertação.

³ Estes conceitos foram refletidos com mais profundidade no capítulo 3 desta dissertação.

Percebemos que há ainda uma escassez de pesquisas sobre a história das mulheres na imprensa da Paraíba, especialmente, no que se refere ao período em que elas começaram a ocupar mais os espaços públicos, no século XIX. No capítulo dois apresentamos cerca de cinco estudos em que a presença das mulheres foram pensadas como sujeitos importantes para a constituição do jornalismo na província paraibana. Este número reflete um silenciamento ainda presente na historiografia local sobre as experiências femininas a partir dos periódicos.

Dessa maneira, é a partir das experiências envolvendo as representações patriarcais sobre as mulheres que partiu o nosso ponto de interesse nesta dissertação, do qual o nosso propósito principal foi identificar a presença feminina no jornal *O Publicador*. Além disso, objetivamos entender as seguintes questões: Como o imaginário sobre elas circulou na sociedade e como o impresso *O Publicador* foi espaço de sociabilidade para esse fim? Como chegar até as escritas femininas da Província da Parahyba do Norte e de que forma as mulheres aparecem no periódico ?

A pesquisa só pode ser realizada graças ao vasto acervo de jornais presente na Hemeroteca Digital Brasileira que se encontra no *site* da Biblioteca Nacional do Brasil, haja vista que desde que esta pesquisa foi iniciada em 2021, vivemos ainda as amarguras da pandemia do Covid-19, e os arquivos físicos, em sua maioria, estiveram de portas fechadas. Acervos estes que iniciaram suas reaberturas de modo cauteloso no presente ano de 2022. Trabalhamos com todas as edições do *O Publicador* disponíveis na Hemeroteca Digital, que abarcam os anos entre 1864 a 1869 – foi o primeiro e mais longo jornal a ter circulação diária na Paraíba, encerrando suas atividades em 1886. Por ter sido o jornal oficial do governo e possuir maior acervo de edições disponibilizadas o escolhemos para fazer parte da pesquisa como fonte e objeto de estudo.

Embora o diferencial da Hemeroteca Digital Brasileira seja a habilitação da ferramenta de busca que é avançada, eficaz e possibilita a utilização de palavras-chave, a princípio, não a utilizamos devido à visão parcial que apresentam em investigações desse tipo. Decidimos, então, seguir a procura por nomes femininos folha a folha, coluna por coluna, matéria por matéria. Trabalho exaustivo, mas que compensou por trazer uma visão ampla do suporte analisado.

Assim, foi possível identificar assinaturas que, supostamente, eram de mulheres.⁴ A partir desses dados construímos dois quadros, analisados no capítulo 3. O primeiro referente à assuntos diversos que traziam nomes femininos como assinantes, o segundo trata-se de anúncios das aulas particulares de primeiras letras oferecidas pelas professoras na Cidade da Parahyba do Norte.⁵ Também elaboramos mais alguns quadros a partir das menções feitas às mulheres que estavam em condições de escravizadas, além de atrizes que tinham suas peças divulgadas, bem como criamos um quadro e um anexo para mostrar quais eram os jornais em circulação na Província da Parahyba do Norte e suas principais características.

Além disso, notamos ainda o aparecimento dos nomes de três mulheres que obtiveram destaque na vida urbana da Cidade da Parahyba e que realizaram atividades públicas, mencionadas recorrentemente no periódico *O Publicador*: a professora Idalina Margarida Assunção Meira Henriques; a atriz Eugênia Infante Câmara, e a abolicionista Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso. As trajetórias destas mulheres foram discutidas neste trabalho com a finalidade de dar visibilidade às experiências históricas pouco conhecidas da historiografia nacional e local.

Como referencial teórico-metodológico foram utilizados estudos de autores ligados ao campo da História da Imprensa e História das Mulheres. A começar pelo roteiro de análise da imprensa periódica indicado por Heloisa Cruz e Maria Peixoto: *Na oficina o historiador: conversas sobre história e imprensa (2007)*, em que demarcam os processos de identificação do periódico, seu projeto gráfico e editorial. Também nos utilizamos das ideias de Roger Chartier (1999), Socorro Barbosa (2007), Marialva Socorro (2010), Mônica Jinzenji (2010), que trabalham os impressos tanto como fonte, quanto como objeto de estudo.

Além destes, trouxemos à tona estudos realizados na Paraíba e em diferentes localidades acerca da presença das mulheres nos impressos, como Fernanda Benzerril (2013), que reúne as mulheres publicistas nos jornais do Norte brasileiro em sua pesquisa; Elaine Dias (2011), que trabalha com a representação da mulher escravizada nos anúncios

⁴ Tentamos encontrar mais informações sobre cada mulher que teve sua assinatura registrada no *O Publicador*, mas encontramos apenas maiores informações sobre Catecina, Idalina, Eugênia e Maria Gayoso.

⁵ Utilizamos as nomenclaturas *Cidade da Parahyba* e *Capital* quando nos referirmos à João Pessoa – atual capital do Estado da Paraíba. Quando nos referirmos à *Província da Parahyba do Norte*, estaremos mantendo a nomenclatura da Paraíba como era chamada no século XIX. Também mantivemos os escritos em original quando transcrevemos trechos das publicações dos jornais. No mais, a sigla (rs) significa Réis – denominação da moeda financeira do período.

de jornais da Paraíba; além de Thayná Peixoto (2017); Eduardo Martins (1978), entre outros, que também fazem uso dos jornais.

Outrossim, no campo da História das Mulheres utilizamos trabalhos de autoras como Buitoni (2009); Muniz (2018); Pedro e Soihet (2007); Lourenço Costa (2013); Gerda Lerner (2019); e Joan Scott (1995), que a partir da sua obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, permitiu que discutíssemos o conceito de gênero e sua aplicabilidade nesta pesquisa. Utilizamos ainda da perspectiva dos estudos da História Cultural a partir de Chartier (2002), para compreender o conceito de Representação como palavra-chave de entendimento acerca dos perfis femininos presentes nos discursos noticiados em *O Publicador*. Por fim, para compor nosso arsenal conceitual também empregamos o conceito de Experiência pela ótica de E. P. Thompson (1981).

Embora nossa fonte principal seja *O Publicador*, tratamos de analisar no primeiro capítulo mais outros 23 jornais que circularam na província paraibana durante a década de 1860. Para tanto, utilizamos como acervo não só a Hemeroteca Digital, como também alguns periódicos da época que estão digitalizados e se encontram disponíveis no *site* do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Ainda encontramos diversos números do jornal *O Tempo*, datado do ano de 1865, no acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Poder trabalhar os jornais paraibanos como fonte de pesquisa foi uma das principais motivações que me levaram a escrever esta dissertação.⁶ Na graduação, meu primeiro contato com periódicos do século XIX ocorreu em 2018, durante a realização da disciplina de Metodologia da História I, quando a Profa. Dra. Cláudia Engler Cury levou a turma para manusear alguns jornais antigos presentes no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (FUNESC), localizado no Espaço Cultural, da cidade de João Pessoa (PB). Foi fascínio à primeira vista.

No ano seguinte, em 2019, participei do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIVIC), sob a orientação da Profa. Dra. Mauricéia Ananias e coordenação da Profa. Dra. Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos. Ao lado do colega de graduação Clebson Mateus Lacerda demos início a um trabalho em conjunto, que teve como objeto de pesquisa: as condições de subsistência dos/das professores/as primários/as da instrução

⁶ Será feito uso do verbo na primeira pessoa do singular em alguns trechos dessa seção por se referir à minha trajetória pessoal na graduação de História (UFPB).

pública na Parahyba do Norte durante os anos de 1855 a 1864. O periódico *O Publicador* foi a principal fonte jornalística analisada neste projeto.

Já ao final da graduação, em 2020, produzi uma monografia intitulada “Educação Doméstica na Parahyba do Norte: O Ensino no Espaço da Casa (1880-1889)”. Neste trabalho utilizei os anúncios de jornais da década de 1880 como fonte e objeto de análise. Durante a produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), também investiguei sobre o trabalho e as representações que cercavam as professoras da Educação Doméstica. A partir de então, este estudo despertou em mim uma curiosidade e senso crítico ao perceber a importância de dar mais destaque à história das mulheres do século XIX.

Desde a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB), em abril de 2021, o projeto aprovado na seleção sofreu mudanças teóricas e metodológicas (para melhor). E ao final de 2022, após quase dois anos de muita dedicação, em suma, apresentamos a dissertação, que está dividida em quatro capítulos.

Após a parte introdutória, no primeiro capítulo foram apresentados os jornais que fizeram parte do comércio da imprensa paraibana da década de 1860, bem como foram discutidos os elementos gráficos, editoriais e sociais que fizeram parte da produção do *O Publicador*.

No segundo capítulo foram discutidos os indícios acerca das representações das mulheres no Jornal, o que nos permitiu entender quais relações sociais foram construídas para forjar as representações sobre elas a partir da imprensa periódica.

O terceiro capítulo tratou de como se deu a presença das mulheres no *O Publicador*, a partir das notícias que tiveram assinatura de um nome feminino ou de matérias em que algumas professoras e atrizes eram destacadas nos anúncios. Uma das contribuições pretendidas neste capítulo foi a de dar visibilidade às experiências também de mulheres que atuaram em espaços públicos e foram mencionadas com destaque no periódico: Idalina Margarida Assunção Meira Henriques e Eugênia Infante Câmara.

O quarto e último capítulo abordou o tema da escravidão e abolicionismo para pensar sobre: Quais condições sociais apresentavam as mulheres na sociedade do século XIX? Esta divisão de capítulos foi o caminho traçado para nos ajudar a buscar indícios e identificar a presença feminina neste periódico.

Queridos/as leitores/as: avante!

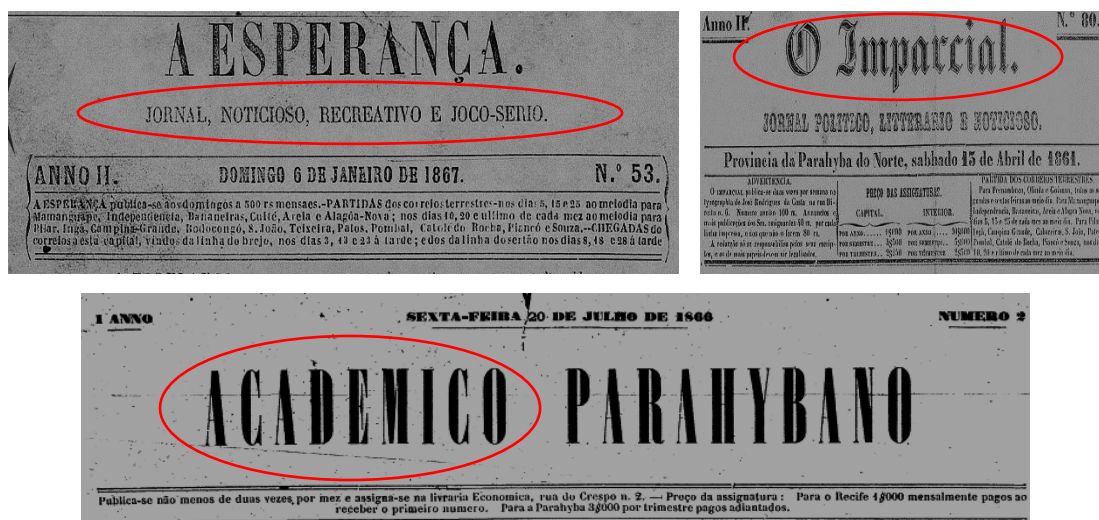
I – A IMPRENSA PARAIBANA E O JORNAL O PUBLICADOR

1.1 – Cenário Paraibano do comércio impresso na década de 1860

A imprensa periódica da segunda metade do século XIX no Brasil, e mais especificamente, na Província da Parahyba do Norte, representa um cenário de publicação ativo daquilo que transcorria no cotidiano da sociedade. Constituíam-se como uma empresa, sendo espaço que propiciava o debate político, a troca de opiniões acerca de diversos assuntos, também a inserção da crônica folhetinesca que trazia romances escritos por intelectuais da época, a informação de anúncios comerciais, entre tantas outras facetas que demandavam o trabalho de pessoas inseridas no processo de produção, circulação, venda e leitura da palavra impressa.

Ao longo da década de 1860, pelo menos 24 jornais estiveram em atividade na Parahyba do Norte. Cada um possuía características próprias de editoração e redação, mas que em parte, também eram compartilhadas entre eles, como o tamanho do número de páginas, que muito raramente ultrapassava o total de quatro por edições, bem como o formato das colunas que variavam entre duas e quatro por página. As nomenclaturas escolhidas para os títulos identificados evidenciam o conteúdo produzido pelo jornal. Poderia ser noticioso, recreativo, jovial, poético ou comercial. Alguns demonstravam seu posicionamento político ao receber a nomeação de conservador, republicano, imparcial, ou, o público ao qual tinham como alvo representados nas figuras das mulheres, soldados, professores e alunos, além de artistas.

Imagem 1 – Os títulos dos periódicos e suas evidências



Fonte: *A Esperança* (1867); *O Imparcial* (1861) e *Academico Parahybano* (1866), p. 1. Grifos nossos.

No quadro abaixo estão listados os jornais que circularam na Província da Parahyba do Norte entre 1860 a 1869:

Quadro 1 – Periódicos paraibanos em circulação na década de 1860

Jornal	Ano identificado
A Borboleta: Jornal Recreativo, Jovial e Poetico.	(1860)
A Estrella: Periodico Recreativo e Critico	(1860)
O Amor Perfeito	(1860)
O Heliotropio: Periodico Recreativo	(1861)
O Imparcial: Jornal Politico, Litterario e Noticioso	(1861)
Diario da Parahyba	(1861)
A Regeneração: Jornal Politico, Litterario, Noticioso e Commercial	(1861-1862)
O Foguete: Periodico Critico, Litterario e Noticioso	(1862)
A Gyromancia	(1862)
O Comercial	(1862)
O Mercantil Parahybano	(1862)
Echo Parahybano	(1862)
O Conservador	(1862)
Jornal da Parahyba	(1863)
O Publicador	(1864-1869)
O Tempo: Orgão do Partido Republicano	(1865)
O Yetim	(1866)
Academico Parahybano	(1866)
Fraternidade Artistica	(1866)
O Despertador: Jornal Politico, Litterario e Noticiador	(1866)
A Esperança: jornal Noticioso, Recreativo e Joco-Serio	(1867)
Esperança: Jornal Recreativo e Noticioso	(1867)
O Solicito	(1867)

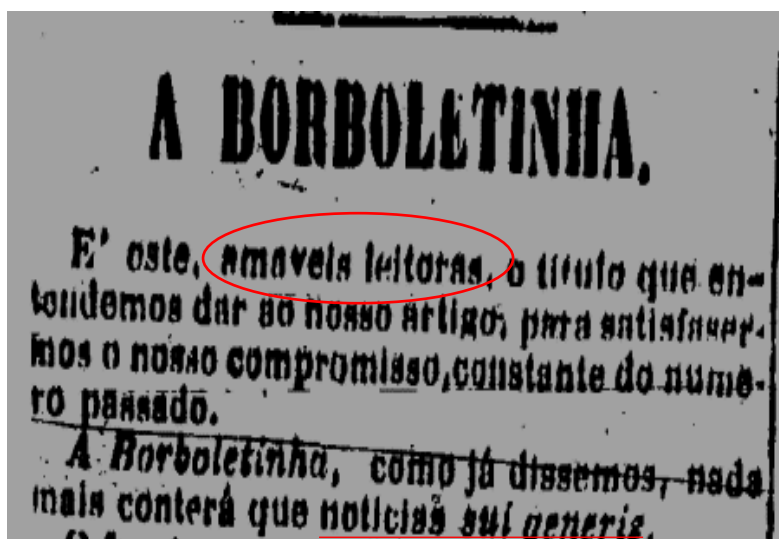
O Voluntario da Patria	(1869)
------------------------	--------

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos exemplares de periódicos encontrados em circulação na Província da Parahyba do Norte da década de 1860.

Na seção editorial também eram indicados os objetivos e o público à quem o jornal fazia uma destinação específica, apesar de Buitoni afirmar que “embora lidos predominantemente por homens os jornais eram destinados à pessoas de ambos os sexos. Não existia uma imprensa masculina” (BUITONI, 1990, p. 7).

Os periódicos *A Regeneração* e *A Borboleta* expressaram nos seus editoriais a redação de publicações endereçadas a dois tipos de debates diferentes, o primeiro trazia uma pauta àqueles que se interessavam pelos assuntos políticos da província. Continha os dizeres: “*O nosso objetivo é muito precioso, o nosso titulo é meramente politico, e lemita-nos á realidade dos factos taes como se vão succedendo na mesma sociedade*” (*A Regeneração*, 1861, p. 3). O segundo continha uma leitura poética, focada no público feminino ao comunicar que “*seu fim é de distrair as belas jovens e os amáveis leitores e que nada mais conterà que notícias sui generis*” (*A Borboleta*, 1860, p. 1).

Imagem 2 – Seção Editorial de *A Borboleta* (1860)



Fonte: *A Borboleta* (1860), p. 4. Grifos nossos.

Assim como em *A Borboleta*, os jornais *A Estrella*, *O Heliotropio*, *O Foguete*, *A Esperança* e *Esperança* dedicavam-se quase que em sua integridade a serem portadores

da escrita poética, romancista e da crônica-folhetinesca na Província da Parahyba do Norte.

Na única edição de número 7 encontrada do jornal *A Estrella* (1860), há uma carta escrita em versos, além de seções denominadas de “Horas Vagas”, “Patrulha” – tratam-se de crônicas da cidade –, e “Acrostico” – um verso escrito a partir das letras iniciais de palavras localizadas no início das frases. Em nenhuma destas publicações aparecem assinaturas com os nomes completos de autores, apenas abreviaturas com a primeira letra em maiúsculo (F, K, J, V). Em *O Heliotropio* (1861), na edição número 17, há uma crônica intitulada “O Meu Amigo e a Cruel Sorte! Ou A Infame Mãe e a Filha Fiel”, duas cartas, dois poemas denominados “Enleio” e “A Ella”, além de uma seção chamada “Logogripho”. Em todas as publicações também permanece o anonimato de quem as escreveu, nem mesmo abreviaturas foram inseridas.

Na décima edição de *O Foguete* (1862), é possível identificar gêneros literários como *Motte* e *Glosa*. O periódico contém diversos poemas em praticamente todas as suas seções, até os anúncios foram redigidos em versos. Segue o estilo literário dos jornais citados anteriormente e mantém o anonimato de autores. Entretanto, traz comentários sobre escritores romancistas e poetas na Parahyba do Norte:

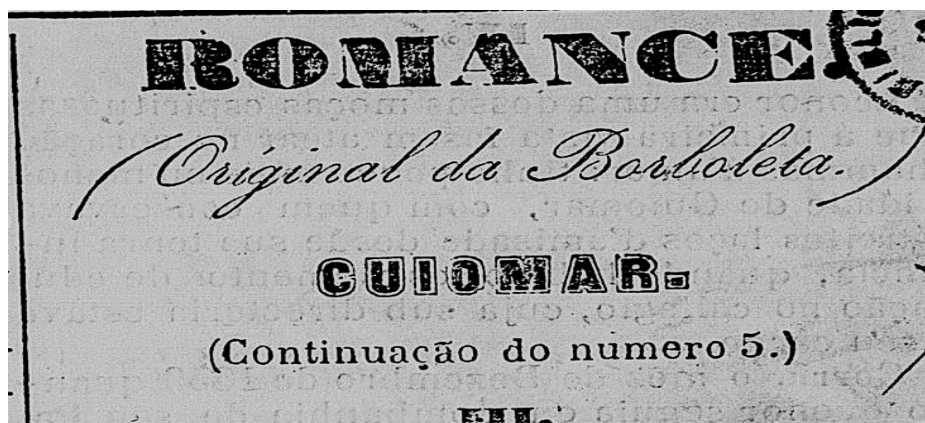
Romancistas. – são inúmeros, varias publicações tem havido; o anno passado publicou-se um de uma moça que vivendo sosinha morreu de frio, redusio-se ageto, e afinal virou-se em sorvete, seus volumes existem ainda a venda.

Poetas. – Os bandos são tão numerosos que nem a tiros de canhão, se poderão dispersar, sendo entre todas as obras as mais recomendáveis, as que se publicarão em 1861 no *Parnasso Planetario*. (*O Foguete*, 1862, p. 2).

O jornal deixa escapar uma pista de que havia escritos femininos à venda na Província da Parahyba do Norte, embora não cite o nome da mulher que diz ter publicado uma obra de romance. Na contramão do anonimato, *A Esperança* (1867) em sua edição de número 53, contém uma crônica, e um verso chamado “conceito” assinado por “Daphnis”, além de uma carta escrita em versos, assinada por “Andreza” e intitulada “Da tia Andreza da Parahyba á sua comadre a – tia Bertuleza da Jacoca”. Também em *A Borboleta* (1862), edição número 8, aparecem duas publicações assinadas com sobrenome ou nome completo da autoria. A primeira refere-se a uma crítica de apresentação da artista A’Julia Beltramini, escrita por L. Penante. A segunda é a publicação de um agradecimento feito por Izabel Maria Nunes de Oliveira ao povo

paraibano. Nesta mesma edição, em sua primeira página, há ainda a continuação do escrito número 5, do Romance produzido por redatores de *A Borboleta*:

Imagem 3 – Romance Guiomar (Original de *A Borboleta*)



Fonte: *A Borboleta*, 1862, p. 1.

Também conseguimos identificar alguns dos nomes de proprietários e daqueles que desempenhavam funções essenciais para a elaboração dos periódicos, como redatores e impressores. Apenas em *O Publicador* é que encontramos o nome de uma mulher – Calecina Rodrigues da Costa, chefiando a redação e recebendo apoio de suas irmãs Eliza, Francisca e Julia. Os demais fundadores, redatores e impressores dos outros periódicos desempenhavam segundas tarefas fora da tipografia, a exemplo do Padre Meira; Senador Frederico de Almeida e Albuquerque; Barão de Abiahy (*Jornal da Parahyba*) e Padre Lindolfo Correia das Neves (*O Mercantil Parahybano*, *O Publicador*). Para que estes pudessem manter os seus empregos e o jornal em funcionamento contavam com as assinaturas de leitores.

Dos 24 jornais que circularam na Província da Parahyba do Norte, na década de 1860, *O Heliotropio* possuía o custo menor em relação aos demais, saía uma vez por semana, no valor de 320 rs mensais (quase a metade do preço da compra de uma bebida da época, aguardente de França, que valia 600 rs). Circulava na Cidade da Parahyba, mas não especificava se estendia para toda a Província. *O Diario da Parahyba*, *O Comercial*, *O Solicito* e *Academico Parahybano* expressam as assinaturas mais elevadas, sendo ambos subscritos á 1\$000 rs (mil reis) por mês para dentro da Capital e 1\$500 para fora dela (pagar pela mensalidade desses jornais era quase equivalente em adquirir um objeto importado do período, como sapatos franceses, que custavam 1\$200 rs). Não foi possível

encontrar a periodicidade do *Diario da Parahyba* e *O Solicito*, entretanto, em relação ao *O Comercial*, este era publicado duas vezes por semana e *Academico Parahybano* ao menos uma vez por semana circulava na Cidade da Parahyba.

No caso do *O Publicador*, que circulava diariamente, publicava-se à custa de 1\$000 rs por mês. A relação dos dados das assinaturas dos periódicos identificados, presentes no Anexo I, demonstra a tendência de que as assinaturas dos jornais de maior periodicidade custavam mais em comparação àqueles que publicavam com pouca frequência. No entanto, havia alguns periódicos que inseriam anúncios de forma gratuita em suas edições, desde que fosse cumprido o limite de linhas estipuladas. Por exemplo, *A Regeneração* e o *Jornal da Parahyba* permitiam anúncios grátis para assinantes, escritos em até 10 linhas. Já em *O Solicito*, os anúncios dos assinantes eram grátis até a sexta linha.

Ademais, oito diferentes tipografias foram localizadas neste período a partir de jornais que eram impressos e, alguns, vendidos nelas: *Typographia Parahybana*, Rua da Baixa, n. 41; *Typographia Liberal Parahybana*, Rua Direita, n. 102; *Typographia de José Rodrigues da Costa*, na Rua Direita, n. 6; *Typographia Litteraria Parahybana*; *Typographia de propriedade de Thadeu Pereira Bastos e filhos*; *Typographia do Tempo*, na Rua das Trincadeiras, n. 5; *Typographia de B. J. F. Ponteiro*, na Rua das Convertidas, casa n. 127 e *Typographia do Correio do Recife*, Rua do Imperador, n. 70, 1 andar – esta última fazia a impressão do periódico *Academico Parahybano*. Ainda que produzido fora da Província, todo o seu editorial se referia à Parahyba do Norte, tendo sua circulação tanto em Recife, quanto na Cidade da Parahyba.

Diante da diversidade de lugares de impressão e também da variedade dos tipos de jornais que estavam em circulação na década de 1860, é possível perceber a demonstração de um comércio ativo e aquecido pelas demandas dos leitores, haja vista que era o público por meio de suas assinaturas quem mantinha o custeio de boa parte da produção dos periódicos, mas que também compunham o conteúdo que era divulgado nos impressos. Assim, o cenário do comércio de jornais na Província da Parahyba do Norte estava imerso na cultura do cotidiano dos paraibanos. Onde se informavam sobre política, instrução, mercado da venda ou aluguel de objetos e mão de obra, bem como poderiam ter acesso à “leitura recreativa”, baseada na escrita de poesias, crônicas da cidade e romances. A seguir, apresentaremos com mais detalhes um dos periódicos mais conhecidos dessa época, o jornal *O Publicador*.

1.2 – Apresentando o periódico

Imagem 4 – Primeira página do jornal *O Publicador* na edição de número 44

O PUBLICADOR.

ANNO III.—1864. SEXTA FEIRA 26 DE FEVEREIRO. NUMERO 44

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA.

Dia 23 de fevereiro de 1864.

Expediente do governo.

Officio ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Araujo Lima.—Tive a honra de receber hontem o relatório, que V. Exc. me enviou em observancia do aviso circular do 11 de março de 1848, por occasião de passar-me a administração desta provincia, que V. Exc. tão dignamente presidia. Darei toda attenção ás informações prestadas por V. Exc. acerca dos negocios da mesma provincia. Prevaleço-me da occasião para apresentar a V. Exc. os protestos de meu respeito e consideração á pessoa de V. Exc.

—Idem ao Dr. chefe de policia.—Em vista da informação prestada pelo commandante superior interino da guarda nacional do municipio d'Arêa em 15 do corrente, concedo a V. S. a permissão, que solicitou em officio n.º 63 de 29 do mez passado, para serem nomeados inspectores do quartelão do districto daquelle nome os guardas nacionaes Manoel Theotônio do Nascimento, Hildefonciano Climaco Clodoveo e João Baptista Florentino de Albuquerque Mello.

Communicou-se a respeito ao commandante superior interino d'Arêa.

—Idem ao agente da companhia brasileira.—Mande Vm. dar transporte por conta do governo para a provincia da Bahia, no primeiro vapor dessa companhia, para aqui tocar com destino aos portos do sul, a familia do alferes do 10.º batalhão de infantaria, Antonio Joaquim da Costa, que se compõe de sua mulher e tres filhos menores de 10 annos de idade.

—Idem ao Sr. João Jacome Tasso.—Sciencie por seu officio de 18 do corrente do resultado da viagem de exploração, que acaba Vm. de realizar aq interior desta provincia, tendo a declarar-lhe em resposta, que não posso approvar a demarcação das trinca e seis daltas mineraes, a que Vm. fez proceder por conta das que he foram concedidas pelo governo geral para exploração de minas auríferas, visto como não foi a dita demarcação feita de conformidade com a 2.ª condição, a que se refere o decreto n.º 2,444 de 27 de julho de 1859, e prescripções do regulamento n.º 1,318 de 30 de janeiro de 1854; cumprindo-me entretanto louvar a Vm. pelo zelo e esforços que tem empregado a bem de uma empresa, de que poderá resultar consideraveis vantagens á provincia, e declarar-lhe outrossim, que vai ser encaminhado ao governo imperial o seu officio em original, afim de, em vista delle, poder o mesmo governo isso deliberar como for de justiça.

Portaria.—O vice-presidente da provincia, tendo em consideração as informações dadas pela secretaria da presidencia e pelo thesouro provincial acerca do modo por que tem sido cumprido o contracto celebrado em data de 3 de outubro com João Francisco da Rocha Athayde para publicação do expediente e mais actos officiaes no *Jornal da Parahyba*, e reconhecendo que pelo dito contractante tem sido muitas vezes infringidas as condições do mesmo contracto, quer quanto ao numero de vezes, que devia o mesmo jornal sahir semanalmente, e quer ao tempo dentro do qual tinham de ser publicados os mesmos actos officiaes; reconhecendo mais que a imposição da pequena multa, estipulada no contracto, será improficua para obrigar o contractante a cumpri-lo, como deve; e tendo alem disto em consideração que o dito jornal se pozera em manifestação de desobediencia opposição, assim ao governo da provincia, como ao governo imperial, aos quaes a mesma

insulta de um modo indecente, resolve rescindir o referido contracto.

Remetteu-se por copia ao thesouro provincial.

—Idem.—O vice-presidente da provincia resolve nomear, sob proposta do Dr. chefe de policia, o cidadão Miguel da Silva Tavares para o cargo de 2.º supplente do delegado do termo de Mamanguape.

—Idem a João Baptista de Carvalho para 3.º dito.

—Idem a Manoel Lins de Albuquerque para 4.º dito.

—Idem a Joaquim Simplicio da Silva Lisboa para 5.º dito.

—Idem a Francisco de Paula de Albuquerque Maranhão para 6.º dito.

—Idem transferindo para o lugar de 1.º supplente do subdelegado do mesmo lugar o 5.º Francisco Ricardo Pessoa.

—Idem nomeando a Affonso José de Albuquerque Maranhão para 2.º dito.

—Idem idem a Manoel Gomes da Silveira Junior para 3.º dito.

—Idem idem a Antonio da Costa Ribeiro para 4.º dito.

—Idem idem a Emigdio do Rego Toscano Barreto para 5.º dito.

—Idem idem a João Ribeiro Pessoa de Lacerda para 6.º dito.

—Idem idem para subdelegado do mesmo lugar o 3.º supplente do mesmo Francisco Bruno Jacome Bezerra.

—Idem idem a Claudino Rodrigues da Paiva para 4.º supplente do delegado do Pilar.

—Idem idem a Oliveira Gonsalves Carneiro Meira para 3.º dito.

—Idem idem a Francisco Baptista de Carvalho para 4.º dito.

—Idem idem a José de Hollanda Cavalcante para 5.º dito.

—Idem idem a André Avelino de Paiva para 6.º dito.

—Idem idem a Francisco Carneiro Meira para 2.º supplente do subdelegado do mesmo lugar.

—Idem idem a Umbelino Freire de Gouvêa Mello para 3.º dito.

—Idem idem a Manoel Ignacis de Jesus para 5.º dito.

—Idem idem a Marcolino Xavier Maia para 6.º dito.

—Idem transferindo para 1.º supplente do subdelegado de Canafistula o 4.º José Luiz do Rego.

—Idem nomeando a José Gonsalves de Medeiros Furtado para 2.º supplente do subdelegado do mesmo lugar.

—Idem idem a Bartholomeu Rodrigues Machado para 3.º dito.

—Idem idem a Simplicio Hygino de Hollanda Chacon para 4.º dito.

—Idem idem a Bellarmino de Souza Monteiro para 2.º supplente do subdelegado de Itabaiana.

—Idem idem a Nilo José de Carvalho para 3.º dito.

—Idem idem a Manoel Vicente Guimarães para 4.º dito.

—Idem idem a Raimundo José de Souza para 5.º dito.

—Idem idem a José Joaquim de Araujo para 6.º dito.

—Idem idem a Galdino Cavalcanti da Silva para 1.º supplente do subdelegado de Gurinhem.

—Idem idem a Manoel Henriques de Barros Cavalcanti para 2.º dito.

—Idem idem a Antonio Carlos de Mello para 3.º dito.

—Idem idem a André Avelino Ferreira de Paiva para 4.º dito.

—Idem idem a Antonio José da Silva Nunes para 5.º dito.

—Idem.—O vice-presidente da provincia resolve de-

mittir do cargo de subdelegado do districto de Mamanguape o cidadão Victorino da Silva Coelho Maia, por assim convir ao serviço publico.

—Idem demittindo a João Valentim do Couto de Vasconcellos Senior de 2.º supplente do delegado do mesmo lugar.

—Idem idem a Eneas Lydiano de Albuquerque Mello de 5.º dito.

—Idem idem a José Maria Pereira de Souza de 6.º dito.

—Idem idem a Antonio Filemon de Souza Rego de 1.º supplente do subdelegado do mesmo lugar.

—Idem idem a João Cavalcanti de Albuquerque Mello de 2.º dito.

—Idem idem a Francisco Ivo de Andrade de 2.º dito.

—Idem idem a José Roque de Vasconcellos de 6.º dito.

—Idem idem a Antonio Lucas de Souza de 2.º supplente do delegado do Pilar.

—Idem idem a Gabriel Archango de Souza de 3.º dito.

—Idem idem a Archango Cavalcanti de Albuquerque de 4.º dito.

—Idem idem a Antonio Tavares de Miranda de 5.º dito.

—Idem idem a Serafim Herculano de Souza Maranhão de 6.º dito.

—Idem idem a Antonio da Silva Valente de 2.º supplente do subdelegado do mesmo lugar.

—Idem idem a João Francisco Manoel de 2.º dito.

—Idem idem a Joaquim Alves de Souza Cabral de 5.º dito.

—Idem idem a Antonio de Souza Rocha de 6.º dito.

—Idem idem a Manoel Francisco de Souza de 1.º supplente do delegado de Canafistula.

—Idem idem a Trajano Americo de Caldas Brandão de 2.º dito.

—Idem idem a Caetano José de Figueredo de 3.º dito.

—Idem idem a Manoel de Souza Marques de 2.º supplente da subdelegacia de Itabaiana.

—Idem idem a João da Costa de Medeiros de 3.º dito.

—Idem idem a Felix da Costa de Medeiros de 4.º dito.

—Idem idem a Braz da Costa de Medeiros Junior de 5.º dito.

—Idem idem a Manoel Dantas Correia de 6.º dito.

—Idem idem a Felix Martins Casado de 1.º supplente do subdelegado de Gurinhem.

—Idem idem a Francisco Xavier Camello de 2.º dito.

—Idem idem a João Cavalcanti de Souza de 3.º dito.

—Idem idem a Antonio Carlos de Mello de 4.º dito, por se achar mudado.

—Idem idem a Francisco Manoel de Souza Maltos de 5.º dito.

Expediente do secretario interino.

Officio ao delegado do cirurgião-mór do exercito De orden do Sr. Exc. o Sr. vice-presidente da provincia, communico a V. S. que hontem regressou a tal de commissão, a que fora della foi mandado mamente Dr. Antonio da Cruz Cordeiro.

—Idem a camara municipal de Campina—S. Exc. o Sr. vice-presidente da provincia m'cusar a recepção do officio, que Vs. Ss. lhe diri data de 5 do corrente, cobrindo copia da acta de sação do collegio eleitoral dessa villa, na ultimação de deputados á assemblea geral legislativa.

—Idem ao presidente e membros da junta para a qualificação da Bahia da Traição.

—Idem a Sr. vice-presidente da provincia—S. Exc. o Sr. vice-presidente da provincia

Fonte: *O Publicador*, 1864, p. 1.

Como primeiro jornal de publicação diária na Província da Parahyba do Norte, *O Publicador* circulou por cerca de 24 anos na Capital, de 1862 até 1886. Segundo Peixoto, “foi um dos jornais que permaneceu mais tempo em atividade na Paraíba imperial. Teve como proprietário o tipógrafo José Rodrigues da Costa e, posteriormente, passou para as mãos dos seus herdeiros” (PEIXOTO, 2017, p. 17).⁷

Nas edições encontradas na Hemeroteca Digital localizada no *site* da Biblioteca Nacional Digital do Brasil há um amplo acervo de edições do *O Publicador* abarcando os anos entre 1864 a 1869. Desde a sua criação, em 1862, publicava-se diariamente à custa de 1\$000 rs por mês. Os anúncios dos assinantes eram pagos a 40\$ rs por linha, e 100\$ rs a quem não fosse assinante. A partir da edição n. 547 do ano de 1864, este valor passa a ser cobrado por trimestre, ao custo de 3\$000 rs e vigora até o ano de fechamento do periódico.

A primeira edição digitalizada da plataforma é a de número 44, datada do *Anno III* de uma sexta-feira, 26 de fevereiro de 1864. Até a última edição encontrada na Hemeroteca, datada do *Anno VIII* de uma quinta-feira de 23 de dezembro de 1869, a configuração deste impresso é dividida em quatro páginas e três colunas em cada edição. Tendo como as seções que mais aparecem denominadas da seguinte forma: *Parte Oficial*, *Editorial*, *Noticiário*, *Editais*, *Comunicado*, *Miscellanea*, *A Pedido*, *Transcrição*, *Correspondencia*, *Variedades*, *Litteratura* e *Annuncios*.

Imagem 5 – Seção *Parte Oficial*



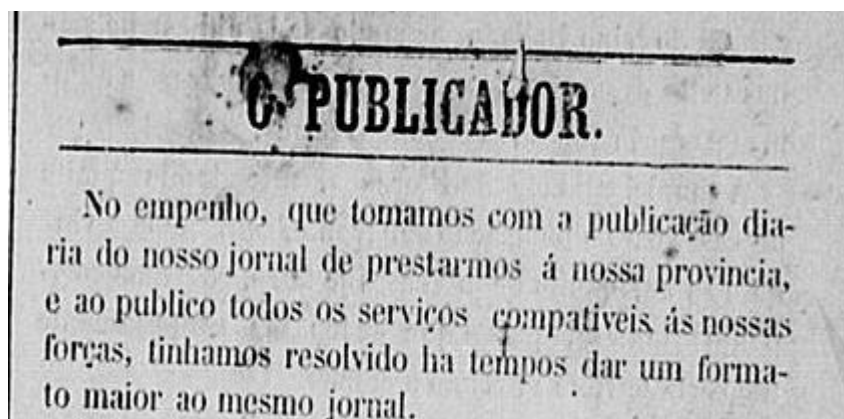
Fonte: *O Publicador*, 1864, p. 1.

⁷ Além de contar a história do tipógrafo e proprietário do Jornal *O Publicador* (PB) – José Rodrigues da Costa –, Thayná Peixoto discute como funcionava o circuito de comunicação deste impresso. Segundo a autora, “o periódico estava inscrito no modelo de imprensa diária da época, bem como em uma rede de comunicação nacional e internacional, que enviava, recebia e transcrevia notícias, principalmente de periódicos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Portugal e França”. O artigo completo da pesquisa está disponível em: PEIXOTO, Thayná. *O Publicador e a imprensa diária na Paraíba do século XIX*. Intercon - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - VIRTUAL - 1º a 10/12/2020.

Quando o jornal *O Publicador* passa a ser folha noticiosa oficial do governo, no ano de 1864, a seção denominada *Parte Official* passa a ser um dos grandes destaques do periódico. Ocupa em todas as edições a primeira página, podendo se alongar até para uma segunda e início de terceira, dado que algumas matérias eram longamente noticiadas, bem como havia subdivisões dentro desta seção, as que mais aparecem são: Governo da Província: expediente de governo, expediente do secretário interino; Despachos; Repartição da Polícia e Declarações.

Em suma, todas elas noticiaram aquilo que fazia parte do cotidiano burocrático do governo. Desde a contratação e nomeação de funcionários públicos, cobrança de impostos, informes sobre prisões, mandados de serviços os mais variados, até a exposição de processos judiciais. É especificamente nesta parte onde encontramos diversos requerimentos enviados por mulheres ao governo provincial. Foi este o meio pelo qual muitas paraibanas puderam expressar as contendas que vivenciaram no cotidiano.

Imagem 6 – Seção Editorial



Fonte: *O Publicador*, 1865, p. 1.

A Seção Editorial é destinada a apresentar os objetivos do periódico, os temas de que trata, expor sua posição política e para qual público de leitores é destinado. Tem por título a nomenclatura do próprio jornal “*O Publicador*”. Algumas publicações chegam a tomar espaço de até duas páginas em três colunas. Há, com frequência, o aparecimento de críticas feitas ao *Jornal da Parahyba* – o que demonstra a utilização desse espaço para expressar as rixas políticas encabeçadas pelos Liberais e Conservadores. Vale ressaltar que na década de 1860, o governo da Província da Parahyba do Norte era Liberal, assim como *O Publicador*, e o *Jornal da Parahyba* era ligado ao partido Conservador.

Alguns trechos da publicação presentes na imagem 3⁸ refletem quais eram os objetivos, temas, posição política e para quem o periódico se destinava:

[...] **Apostolos da imprensa livre**, conhecendo o grande bem, que tem ella feito ao desenvolvimento moral, e material do nosso paiz, **seremos sempre um dos seus mais fieis sustentáculos**, porque é ella também o mais bello esteio das nossas instituições, a columna mais firme do progresso, a voz da razão, e da verdade, que vela na guarda dos direitos individuaes. **Era inquestionável a necessidade, que sentia esta capital de ter um jornal diário, onde todos com facilidade podessem obter as noticias do que se passa no paiz, e fora delle; de um jornal que, não se dedicando exclusivamente á questões políticas, oferecesse aos seus leitores assumptos de diversa natureza, que servindo-lhes de distração aproveitasse á inteligência.** [...] **A sua política, não precisará dize-lo, tem sido a liberal progressista**, é, e continua a ser, pois que regendo-nos pelo systema representativo, onde a liberdade exprime a grande lei da humanidade, temos aprendido pelos factos ser essa a unica politica, que pode trazer engrandecimento, e a prosperidade do nosso paiz. [...] **Felicitemos aos nossos assignantes, e imploramos mais uma vez a sua coadjuvação** (*O Publicador*, 1865, p. 1. Grifos nossos).

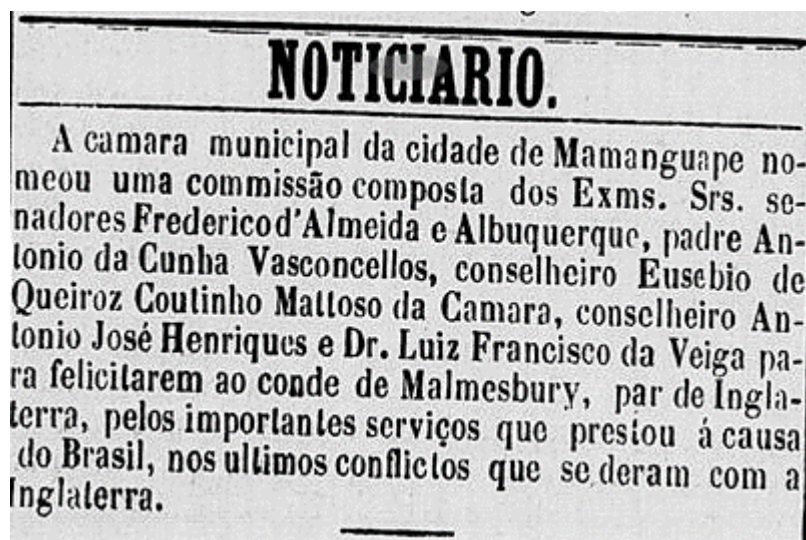
Defender a liberdade de expressão era uma causa muito levantada pelo fundador e pelos redatores do Diário. No decorrer das edições de 1864, por exemplo, a “cabeça do jornal”⁹ trazia os dizeres: “A empresa tem como indeclinável dever o facilitar convenientemente em suas columnas a liberdade de imprensa em toda a sua plenitude” (*O Publicador*, 1864, p. 1). Como objetivos, a redação do jornal desejava fazer circular um impresso que tivesse periodicidade diária na Cidade da Parahyba, e que tratasse de temas diversos, para além de assuntos da esfera política – ao tratar desta questão, inclusive, o corpo editorial declarou a defesa de uma política liberal progressista. Sobre o público-leitor a quem destinava suas publicações, *O Publicador* pretendeu ser o suporte “onde **todos** com facilidade podessem obter as noticias”. Ao final de seu editorial, exprime felicitações aos assinantes e torna explicito o papel de coadjuvante de seu

⁸ Apesar da redação do periódico dizer, ao longo desta publicação, que ampliou o formato, *O Publicador* continuou apresentando características de editoração anterior, como possuir quatro páginas e ser dividido em três colunas.

⁹ Assim chamado à época, o cabeçalho do jornal informava seu título, nome do fundador, o valor das assinaturas, ano de circulação e edição.

público, que eram fundamentais tanto na manutenção financeira, quanto em sua presença na redação do jornal.

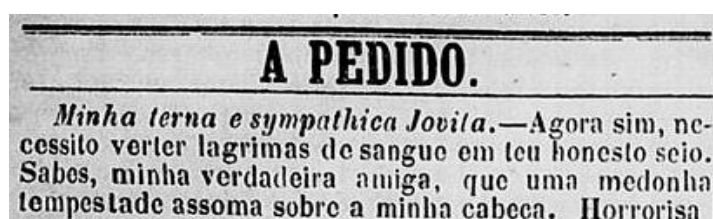
Imagem 7 – Seção *Noticiario*



Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 4).

Nessa área podem ser encontradas informações diversas sobre diferentes localidades das províncias do Império e de países estrangeiros também. Algumas das notícias são publicações retiradas de outros jornais. Contém notícias sobre o comércio, lista de batizados, lista de passageiros do Porto da Capital, resultado de votações eleitorais das cidades da Província da Parahyba do Norte, entre outras. Esta seção chegava a ocupar até duas colunas do Diário. As respectivas seções denominadas *Miscellanea*, *Communicados* e *Editais* também apresentam notícias variadas.

Imagem 8 – Seção *A Pedido*



Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 4).

Em *A Pedido* são publicados textos de possíveis leitores do jornal, dos mais diferentes assuntos. É tomada como seção de correspondência e que servia para a

comunicação entre o público do jornal, com compartilhamento de histórias que transcorriam no cotidiano da Cidade da Parahyba. Além disso, é possível encontrar os Estatutos da Sociedade Caridade São João Evangelista divulgados em sua íntegra nesta seção – José Rodrigues da Costa, proprietário do *O Publicador* fazia parte dos sócios dessa instituição, o que explica a notoriedade dada à sociedade abolicionista em seu periódico.

Imagem 9 – Seção *Transcrição*



Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 4).

A seção *Transcrição* traz publicações de sonetos, notícias do exterior, transcrição de discursos de alguns deputados do Império, correspondências de oficiais que participaram da Guerra do Paraguai, bem como transcrições de notícias divulgadas em jornais estrangeiros. Os periódicos mais citados nesta seção e que têm informações extraídas pelo *O Publicador* são: *Academico Parahybano*, *Correio Mercantil*, *Jornal do Comercio*, *Jornal de Fortaleza*, *Jornal do Recife*, *Morning Herald* e *Voz da Religião no Cariri*.

Imagem 10 – Seção *Correspondência*

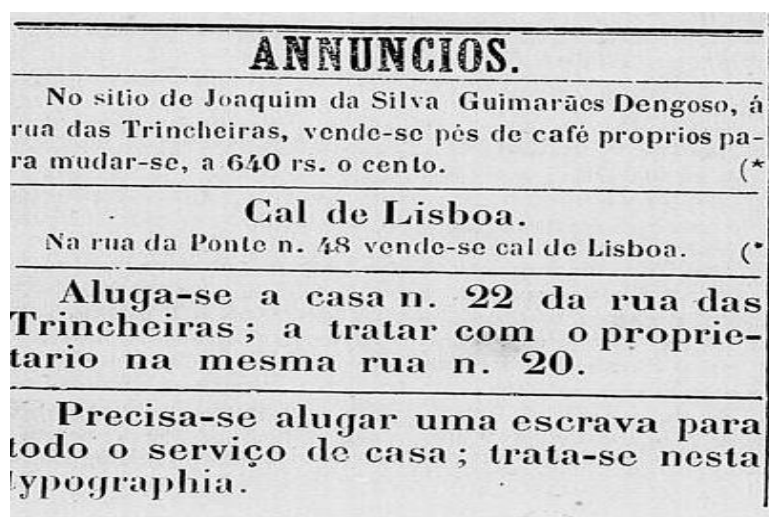


Fonte: (*O Publicador*, 1866, p. 4).

No *O Publicador*, o espaço nomeado *Correspondencia* era utilizado pelos leitores que se correspondiam com os redatores. Boa parte das correspondências traziam críticas ao Jornal da Parahyba. Outra seção que abre espaço para comunicações com o público do

periódico é a de *Variedades*, que contém textos elaborados por leitores, bem como a seção *Litteratura* que traz alguns trechos de obras escritas pelos autores e autoras conhecidos e desconhecidos da época.

Imagem 11 – Seção *Annuncios*



Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 4).

A seção de *Annuncios* de um jornal, mais especificamente os que foram encontrados em *O Publicador*, faz parte de uma coluna fixa no periódico. É também uma seção muito importante para sua manutenção financeira, haja vista que para arcar com os custos da produção diária, além de o proprietário empregar recursos próprios, também recebia o pagamento dos assinantes do jornal. Assim, garantia a circularidade permanente na capital e entre as províncias. Como artigos anunciados, aparecem desde casas e escravizados para venda e aluguel, venda de alimentos e objetos os mais variados, além da divulgação de serviços prestados por diferentes profissionais, como professores, advogados, dentistas, fotógrafos e etc.

Desse modo, as seções descritas acima fazem parte do corpo editorial deste impresso e, como visto anteriormente, cada qual possui uma característica específica que aponta para os usos que eram feitos tanto pelos redatores, quanto pelos leitores e leitoras do jornal. As seções *Annuncios* e *A Pedido* são as que mais apresentam publicações com a assinatura de nomes femininos.

Em relação ao conhecimento do local e por quem *O Publicador* era produzido, este era impresso nas dependências da *Typographia* de José Rodrigues da Costa, no Beco da Misericórdia, n. 9, na Cidade da Parahyba. Circulava diariamente na década de 1860

com posicionamento político de situação, apoiando os liberais e travando embates com o *Jornal da Parahyba* – este marcadamente conservador. De acordo com Peixoto, “quando Felizardo Toscano de Brito assumira em 1864, enquanto primeiro vice-presidente de província rescindiu o contrato para publicar atos do governo com o *Jornal da Parahyba*” (PEIXOTO, 2017, p. 159). É nesse momento que *O Publicador* se torna folha oficial do governo da Província. Posteriormente, na década de 1880, quando os conservadores ascenderam ao poder, voltou a fazer oposição ao governo provincial.

Um dos responsáveis por demarcar o posicionamento político do Diário era o padre Lindolfo Côrrea das Neves, que compunha a equipe de funcionários da tipografia onde *O Publicador* era produzido, ocupando o cargo de Redator-Chefe e sendo responsável pelas matérias de cunho político presentes no jornal. Ele teve, segundo Barbosa, forte atuação no cenário político da província: “fora eleito deputado provincial, Presidente da Câmara, assim como também chegou à Câmara Geral, permanecendo como um dos cinco representantes da Parahyba do Norte na Corte entre 1864-1870” (BARBOSA, 2009, p. 109).

Após o falecimento do proprietário do jornal em 1866, o padre Lindolfo ficou responsável por fazer a transição da administração para os herdeiros, filhos de José Rodrigues da Costa.¹⁰ Nesta nova fase, segundo Martins, as mulheres assumiram o cargo da chefia de redação do diário: “Calecina, chefe da composição, ajudada pelas irmãs Eliza, Francisca e Julia, e o irmão Francisco, que era o impressor” (MARTINS, 1978, p. 24-25). De acordo com Peixoto, “os herdeiros continuam na direção da tipografia até 1892, quando a negociaram com um grupo de particulares, que passou a publicar o jornal *A União*, este ainda muito conhecido e em circulação nos dias atuais” (PEIXOTO, 2017, p. 19).

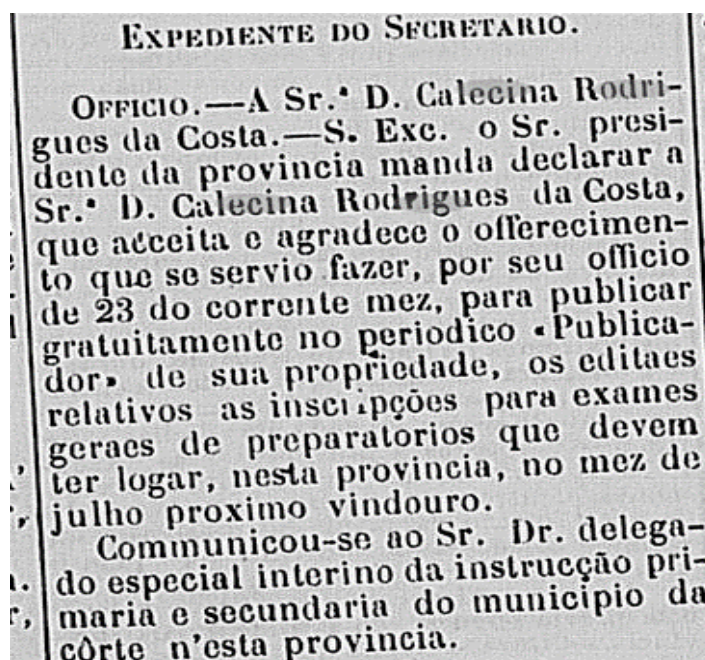
Mesmo após Calecina assumir a chefia da redação em 1866, o jornal não apresenta alterações significativas na sua forma e conteúdo, seguindo a mesma linha editorial anterior à sua posse como uma das proprietárias do *O Publicador*. Padre Lindolfo seria o motivo da permanência na forma como vinha conduzindo esse periódico, pois ele aparecia também como chefe-redator. Segundo Martins, o padre Lindolfo era “fanático pelo jornalismo, colocou-se à frente de diversos periódicos daquele tempo, conservando-

¹⁰ *Typographia de José Rodrigues da Costa* passou a se intitular de *Typographia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa*, ficando sob os cuidados de seus filhos Calecina Rodrigues da Costa, Eliza dos Anjos Rodrigues da Costa, Francisca Maria do Espírito Santo Costa, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Francisco Rodrigues Godinho.

se até a hora em que expirou como redator chefe do antigo e bem conhecido órgão liberal *O Publicador*” (MARTINS, 1987, p. 198). Nesse sentido, mesmo sob a companhia de uma mulher no comando do jornal, a figura masculina do padre era quem imprimia sua visão de mundo nas páginas desse impresso.

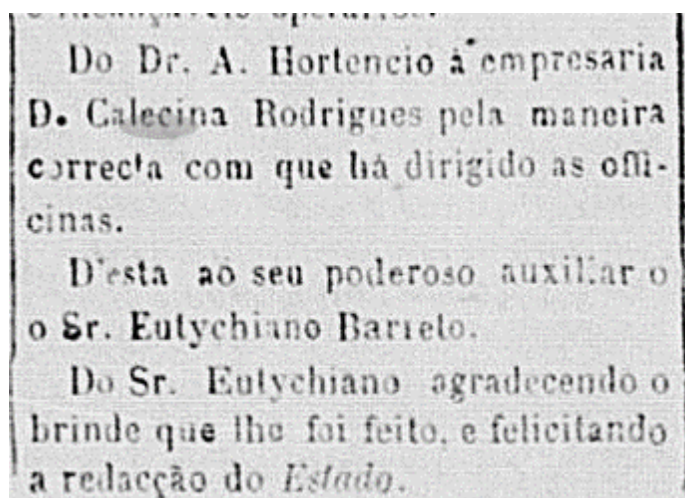
Encontramos dois fragmentos em jornais da década de 1880, que citam Calecina como a principal proprietária do *O Publicador*:

Imagem 12 – Ofício à Calecina Rodrigues da Costa



Fonte: *O Liberal Parahybano*, 1884, p. 3.

Imagem 13 – Brinde à Calecina Rodrigues da Costa



Fonte: *O Estado da Parahyba*, 1891, p. 1.

No ofício presente na imagem 12, o Presidente da Província da Parahyba do Norte agradece Calecina por poder fazer uma publicação gratuita no jornal de sua propriedade. Já na imagem 13, ao participar da festa comemorativa de uma ano de aniversário do Jornal Estado da Parahyba, Calecina ganha um brinde de um dos convidados, que a chama de “empresaria” e elogia a forma como conduz as “officinas”. Ela, por sua vez, faz um brinde à um de seus funcionários da redação, o auxiliar Eutychiano Barreto. Em nenhuma das duas publicações há menção aos outros irmãos que também herdaram *O Publicador*. Provavelmente, por ser uma das irmãs mais velhas dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, possuindo mais de 21 anos quando assumiu o comando do periódico, Calecina tenha se tornado a principal herdeira a conduzir os negócios da família. No entanto, sua irmã Elisa também possuía mais de 21 anos quando herdou o jornal, mas seu nome e sua função no *O Publicador* não ganham o mesmo destaque dado a Calecina. (PEIXOTO, 2017).

Por todas as características mencionadas até aqui, o jornal paraibano *O Publicador* teve um grande destaque entre os demais periódicos que circularam na década de 1860, seja pela longevidade de exemplares produzidos, sua periodicidade diária – até então inexistente na Cidade da Parahyba –, ser folha oficial do governo vigente na época, ou mesmo ter sido o único identificado a ter uma mulher como uma das proprietárias e redatoras-chefe. Em um de seus editoriais convida “a todos” para fazerem a leitura do jornal e também a participarem como coadjuvantes das publicações ali inseridas, o que indica a possibilidade do público feminino se fazer presente tanto como leitoras, quanto como autoras de algumas notícias.

No próximo capítulo destacaremos a presença das mulheres no *O Publicador* a partir de como elas eram representadas nos discursos, em sua maioria, de autoria masculina, que apresentavam debates moralizantes sobre a condição feminina no século XIX. Estes discursos demonstram o que alguns autores da História da Imprensa chamam de “função pedagógica dos impressos”. Além disso, trataremos de entender como as mulheres vieram a se constituir matéria de estudo da História enquanto disciplina, bem como conheceremos os estudos que estão inseridos no campo da “História das Mulheres na Imprensa Oitocentista”.

II – O PAPEL DA IMPRENSA COMO “EDUCADORA” NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES

2.1 – História das mulheres, Gênero e História das mulheres na imprensa

Escrever a história das mulheres exige, dentre seus percalços, “provar e comprovar” que somos, como os homens, pessoas atravessadas de historicidade, igualmente constituídas em meio à experiência histórica, ao dinamismo do tempo histórico, que envolve a relação, sempre assimétrica, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Como integrantes da humanidade, também estamos presentes na história, fazemos história, escrevemos histórias (MUNIZ, 2018, p. 148).

A reflexão apresentada por Muniz expressa o desafio que é pensar as mulheres como sujeitos da história, providas de historicidade. Para torná-las presentes na escrita do passado humano destaca a cobrança – de quem atua no campo da história das mulheres – em demonstrar a capacidade de serem, ao longo do tempo, promotoras de transformações nas esferas sociais, culturais, econômicas, entre outras. No entanto, se chegamos ao século XXI com questionamentos acerca de como contar as suas histórias, em períodos anteriores, até pelo menos o século XIX, o que existia era uma ausência, acompanhada de uma visão universalista de quem detinha o protagonismo na narrativa da humanidade.

Como bem disse Lerner “a questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido” (LERNER, 2019, p. 25). Nesse sentido, houve mais do que um apagamento delas como personagens históricas. A partir do que se denominou como visão metódica ou positivista da história, era ao dito “sujeito universal” – moldado pela figura do homem –, dada a responsabilidade de representar o mundo. Por esta perspectiva, Pedro esclarece que havia a crença de “ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade” (PEDRO, 2007, p. 283). Na prática do ofício, o que se viu até o início do século XX, foram historiadores tratando de registros históricos que especificavam, em sua grande maioria, homens de cor branca e de origem ocidental.

Ancorados ao que se convencionou chamar de história tradicional, em que dois grandes expoentes foram Charles V. Langlois e Charles Seignobos, autores do manual de metodologia *Introdução aos Estudos Históricos*, o discurso produzido pelos historiadores metódicos pautava-se na ideia de descrever os acontecimentos de modo a chegar a uma verdade mais “objetiva”, “factual”, baseada também na descrição dos acontecimentos

políticos, à história dos reis, das guerras, e de heróis. As críticas posteriores de Bloch (e a Escola dos Annales), na década de 1920, chamaram atenção para a questão da “subjetividade”, dos limites da “verdade histórica”, bem como para ampliação do que devia ser reconhecido como fonte e sujeitos históricos. É a partir desta nova visão que as mulheres começam a garantir legitimidade dentro do campo historiográfico.

Durante a década de 1960, há a emergência de correntes historiográficas que tornou possível a inserção das mulheres como sujeitos ativos na história, a exemplo do revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt, historiadores das mentalidades e do discurso. Também a partir dos campos da Nova História Cultural e História Social ocorreu a busca em integrar o cotidiano dos sujeitos até então excluídos da narrativa, como os operários, crianças, escravizados, camponeses, mulheres. Ou seja, as pessoas comuns da sociedade possuíram por meio destas novas abordagens olhares de historiadores que se propunham a trazê-los para o centro do debate.

No Brasil, a entrada das mulheres na historiografia foi efetivada nos anos de 1980, com a publicação de pesquisas que identificaram as mulheres agindo no espaço público ou privado, vivendo em condições de pessoas livres ou escravizadas, disputando poder dentro do espaço familiar e patriarcal, ou ainda, sendo pensadas a partir de representações presentes nos registros históricos sob o olhar dos homens.

As historiadoras Joana Pedro e Rachel Soihet discutem no artigo intitulado *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero* (2007), a trajetória da constituição do campo historiográfico dedicado às mulheres, o uso que é feito das categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero”, bem como fazem um levantamento das obras publicadas na década de 1980 – período que consideraram o marco fundante para o surgimento de trabalhos na história das mulheres no Brasil.

História que começava a ser escrita não apenas sob o olhar das brasileiras, mas também houve a contribuição de brasilianistas nesse momento, autores como Michelle Perrot; Georges Duby; Françoise Thébaud; Joan Scott; June Hahner e Natalie Zemon Davis.

No caso das autoras de origem brasileira, temos como expoente a produção das seguintes obras: *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*, de Miriam Moreira Leite (1984); *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984); *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, de Luiza Margareth Rago (1985); além de publicações presentes na Revista de História, que teve um número completamente

dedicado em tratar “A mulher no espaço público”, como foi intitulado. A organizadora deste trabalho foi Maria Stella Martins Bresciani e a divulgação ocorreu no ano de 1989.

Entre outras pesquisas da referida Revista tiveram destaques: *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha de Abreu Esteves; *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*, de Raquel Soihet; *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*, de Eni Mesquita Samara, e, *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, de Magali Engel.

É possível perceber nestas pesquisas o século XIX como recorte temporal presente em praticamente todas elas, bem como a predominância de historiadoras mulheres na condução e escrita dessa, até então, emergente historiografia – o que contribuiu com a tarefa de desvincular as mulheres do “sujeito universal” como categoria imposta por homens que detinham a hegemonia no fazer da história. Sendo assim, as mulheres historiadoras da década de 1980, foram fundamentais para construir o campo da história das mulheres no Brasil, por meio de uma escrita cujo o olhar era de uma mulher.

Adiante, na década de 1990, o recente campo passa por uma transformação, originária da implementação da categoria “gênero”, que fora incorporada ao vocabulário dos trabalhos acadêmicos, principalmente, após a publicação do artigo da historiadora norte-americana Joan Scott, denominado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.

Para Scott, “O gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens”. (SCOTT, 1995, p. 3). Tomado, nas ciências humanas, como um conceito vinculado às relações de poder exercidas entre homens e mulheres (mas também entre outras combinações onde exista o predomínio da hierarquização de um indivíduo sobre outro), pensar a questão de gênero viabilizou o conhecimento de histórias nas quais as mulheres eram percebidas submissas à figura de seus pais, maridos e filhos. O que também permite compreender a forma como foram representadas nos registros históricos: possuindo dificuldades em adentrar na esfera da educação, de ter voz na política, ou até, de exercer com liberdade atividades públicas.

Exemplo disso, em que a questão de gênero está presente na história das mulheres e que dialoga com nosso objeto de estudo, são as publicações nos periódicos do século XIX, onde as mulheres assinavam a partir do uso de pseudônimos, apenas com as iniciais de seus nomes ou, simplesmente, deixavam o espaço da assinatura em branco, sem mencionar autoria. Tal procedimento não deve ser visto como uma atitude natural da

época, pelo contrário, são, sobretudo, indícios de como a opinião dos homens, que tinham suas assinaturas mais presentes, não sofriam censura ou não eram recepcionadas com tanto descrédito quanto à escrita feminina nos jornais. Por outro lado, também é uma demonstração dos meios pelos quais elas recorreram para subverterem o lugar de submissão que se encontravam, se fazendo presentes na esfera pública, ainda que de maneira disfarçada.

Ademais, o exemplo anteriormente mencionado corrobora com a definição elaborada por Scott e interpretada por Pedro e Soihet ao dizerem que:

“Gênero” dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado (PEDRO; SOIHET, 2007, p, 288).

No entanto, historiadores que se utilizam desta categoria problematizam a confusão que se criou a partir de trabalhos que relacionaram o termo “gênero” e “história das mulheres” como sinônimos, ou, apresentando o conceito sem relacionar com o reconhecimento de hierarquia de poder. Alguns recorrem a outras categorias, como “mulher” e “mulheres”.

A categoria “mulher” possibilitaria não só discorrer sobre as diferenças, mas também aquilo que configurava uma semelhança entre as experiências delas na história. Já a categoria “mulheres” sofreu uma mudança na forma unívoca como era percebida até o final da década de 1970. As críticas vieram com o movimento feminista que se atentaram para o fato de não bastar apenas fazer a diferenciação entre mulheres e homens, mas também entre a diversidade de identidades que compunham esta categoria. Segundo Pedro e Soihet “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma diferença – dentro da diferença” (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287).

Nesse sentido, ao entender os significados atribuídos à categoria “gênero” percebemos como as experiências vivenciadas pelas mulheres na Parahyba do Norte, no século XIX, estavam socialmente e culturalmente relacionadas por comportamentos ou ideologias que as viam como hierarquicamente inferiores aos homens, seja na esfera pública ou privada.

Assim, pudemos nos aproximar das formas como se deu a circulação da escrita feminina entre as seções do jornal *O Publicador*, percebendo não só os conflitos que experimentavam nas entrelinhas das notícias divulgadas, mas também como algumas se utilizavam deste meio de comunicação para subverter os lugares de invisibilidade que os ideais patriarcais haviam demarcado. Passamos a aprender de que forma o jornal em questão permitiu a presença das letras femininas e sua visibilidade na sociedade da época.

Entretanto, é preciso refletir também sobre a escassez de pesquisas que pensam as mulheres por meio da imprensa paraibana, sobretudo, ao longo do século XIX. Realizamos buscas por trabalhos que dessem visibilidade às mulheres na imprensa paraibana e encontramos um número ainda muito pequeno, de pelo menos cinco estudos sobre essa temática. Identificamos as seguintes obras:

Pequeno Dicionário dos Escritores, Jornalistas da Paraíba do Século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand, da autora Socorro Barbosa (2009). A realização desta pesquisa ocorreu devido à sua condução do projeto “Jornais e folhetins literários da Paraíba do século XIX”, que realizou no estágio de pós-doutoramento, entre os anos 2005 a 2007. Trata-se de um dicionário em que os nomes dos escritores são sumarizados por ordem alfabética, contendo algumas informações biográficas sobre cada autor mencionado. Cinco escritoras femininas que nasceram e/ou publicaram durante a segunda metade do oitocentos foram citadas: Catarina Amsteim; Leonarda Cavalcanti; Ambrosina Cunha; Albertina Lima; e Francisca Moura.

Catarina de Moura Amsteim, paraibana, nascida no ano de 1882, recebeu diploma de professora normalista em 1902, formou-se em Direito em 1912 e escreveu no Jornal *A União* uma crônica assinada com o pseudônimo de Paraguaçu. Por sua vez, Leonarda Merandolina Cavalcante, conhecida como a Baronesa do Abiahy é de origem paraibana, tendo vivido entre os anos 1854 e 1935. Sua escrita era praticada na prosa e poesia, mas sua predileção literária era para os livros de viagem.

Outra paraibana que exercia a veia poética chamava-se Ambrosina Magalhães Cunha. Nasceu em 1860. Em 1881, entrou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um dos seus poemas mais conhecidos está publicado no jornal *Liberal Parahybano*, intitulado “Nas Margens do Capibaribe”, datado no ano de 1880. Também esteve presente nos periódicos a escrita da autora Albertina Correia Lima, paraibana, tendo vivido entre os anos de 1889 e 1975. Iniciou sua carreira jornalística em 1912, escrevendo em jornais como *Era Nova*, *A União* e *A Imprensa*. Por último, foi mencionada a atividade literária de Francisca Moura, mais uma paraibana. Viveu entre os anos de 1860 a 1942. Escreveu

as obras: “Compêndio de Geografia” e “Pontos de Português”. Estes livros possuíam o programa completo do ensino das matérias na Escola Normal.

Estas autoras são exemplos de mulheres que experimentaram a atividade literária, principalmente, por meio dos jornais do período e, por isso, são tão importantes na história da produção cultural da Paraíba. Mais importante, também, é a pesquisa de Socorro Barbosa por trazer à cena escritoras até então desconhecidas da historiografia nacional e local.

Além dessa, encontramos a dissertação *Vozes Femininas: as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880 a 1892)*, de Fernanda Daniella de França Bezerril, publicada em 2013.¹¹ Bezerril conta a trajetória de algumas mulheres das Províncias de Pernambuco e da Parahyba do Norte que publicavam ou dirigiam periódicos.

Uma “anonyma parahybana” assinava, no *Arauto Parahybano* de 20 de maio de 1888, artigo comemorativo da abolição. De acordo com Bezerril “algumas dessas mulheres empenhadas em construir uma opinião pública feminina, muitas vezes associaram suas reivindicações emancipatórias à luta pelo fim da escravidão” (BEZERRIL, 2013, p. 82). É o caso do que se pode ver no periódico paraibano *O Emancipador* – jornal mantido por um grupo de abolicionistas formado por homens e mulheres denominado de Associação Emancipadora Parahybana.

Outra pesquisa importante é a dissertação denominada *Correspondências de professores: representações e práticas docentes nos jornais da Paraíba Imperial (1864-1889)*, de Maria Gêssica Romão da Silva, publicada em 2015.¹² Neste trabalho foram analisadas 10 cartas de professores encontradas nos jornais da Paraíba. Apenas uma delas teria sido, segundo Silva, supostamente escrita por uma mulher. Esta suposta mulher poderia também ser professora, já que o discurso da carta possuía o caráter de denúncia acerca do descaso que percebia em relação à instrução pública primária. Sobre o conteúdo da correspondência Silva esclarece que a professora se identificou como desabrigada e “traz à tona a representação do profissional professor que, embora o discurso legislativo o apreenda como o difusor das luzes, trata-o como mendigo ou peregrino” (SILVA, 2015, p. 84). A carta foi publicada no jornal *O Tempo*, no dia 26 de junho de 1865, assinada por “Orphã de Caridade”.

¹¹ Defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB).

¹² Defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB).

As crônicas femininas na imprensa paraibana também ganharam visibilidade a partir do livro intitulado *A crônica feminina na imprensa paraibana: trajetórias, escritas de si e cotidiano*; e do artigo denominado *O desenvolvimento da escrita feminina na imprensa da Paraíba: um olhar para a crônica e para a história das mulheres*, das autoras Sandra Raquew Azevedo e Maryellen Bãdãrãu, ambos publicados em 2020. O objetivo destes estudos é introduzir a temática da escrita feminina na imprensa local. As autoras declaram que as mulheres se utilizaram das crônicas para narrar o cotidiano, bem como discutir as desigualdades de gênero que experienciavam. Segundo Azevedo e Bãdãrãu:

O trabalho das mulheres na imprensa, desde sua inserção no século XIX, contribuiu para a discussão sobre o seu papel na sociedade e para que a trajetória feminina fosse escrita na história. Devido a esse “lugar da mulher” estar relacionado ao âmbito privado, pouco se sabia historicamente sobre suas experiências e pertinências. As produções textuais publicadas em uma imprensa que representava o feminino, oportunizaram o direito ao registro da jornada das mulheres no espaço público (AZEVEDO; BÃDÃRÃU, 2020, p. 155).

Ainda que o interesse destas autoras tenha destacado a escrita de mulheres na imprensa paraibana do século XXI, nos dois trabalhos elas também procuraram revisitar o século XIX, e citam alguns nomes femininos na escrita jornalística do período.

Já em contexto nacional, as pesquisas que tiveram como proposta refletir sobre as mulheres e sua presença na imprensa despontaram após a década de 1980. As obras: *Imprensa feminina*; e, *A mulher de Papel*, de autoria da jornalista Dulcília Buitoni, publicadas em 1981, são pioneiras dentro do campo e referências importantíssimas para os estudos que se desenvolveram posteriormente. No primeiro livro, Buitoni tem a preocupação em definir o conceito de “imprensa feminina” e a maneira como foi produzida historicamente, desde o século XVIII até o final do século XX, bem como debate sobre a questão da estética da utilidade e a estética da futilidade presente na escrita dos periódicos e revistas voltados para o consumo das mulheres.

Outra produção de referência é o livro intitulado *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, de Mônica Yumi Jinzenji (2010). Nele, a autora procura discutir sobre o caráter educativo dos jornais e a produção da mulher virtuosa e patriota. Além disso, trata dos tipos de leituras que eram indicadas para o “bello sexo”, a exemplo de fábulas, romances e lições de história do Brasil.

Também a obra *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, da autora Zahidé Lupinacci Muzart (2003), faz uma grande contribuição ao visibilizar os impressos dirigidos ou escritos por mulheres do período, problematizando não só a quem se dirigia, mas também como se dirigia às leitoras. No entanto, faz um alerta sobre o pioneirismo dos homens na produção da imprensa voltada para as consumidoras femininas. Segundo Muzart “antes que a autoria feminina protagonizasse os próprios periódicos, alguns homens da imprensa, atentos às novidades e às mudanças de costumes, se apressaram em oferecer jornais destinados às leitoras” (MUZART, 2003, p. 20). A inserção das mulheres nesse mercado, por sua vez, teria se dado a partir da necessidade de conquistarem direitos. “Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226).

Ademais, não teria como deixar de lembrar o precioso trabalho de Constância Lima Duarte, que tem como título *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX, dicionário ilustrado*, publicado em 2017. Nesta obra, há a indicação de que pelo menos 143 jornais que circularam no período imperial estiveram sob a direção ou direcionados ao público feminino. Embora a coletânea não tenha mencionado periódicos da Paraíba, havia nesta província, durante a década de 1860, o jornal *A Borboleta: jornal recreativo, jovial e poético* sendo produzido com a finalidade de “distrair as bellas jovens e os amáveis leitores” (*A Borboleta*, 1860. p. 1).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, os estudos acerca da presença das mulheres nos jornais ganharam mais espaço na historiografia nacional. Como exemplos destacamos os seguintes trabalhos: *Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional*, de Maria Luiza Nóbrega de Moraes (2007); *Imprensa e rede de solidariedade feminina na sociedade baiana dos séculos XIX e XX*, de Márcia Maria da Silva Barreiras Leite (2011); *Gênero e Imprensa na História do Amazonas*, coletânea organizada por Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2014); *A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX*, de Karoline Carula (2016); *Mulheres gaúchas na imprensa do século XIX: Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro*, organizado por Cecil Jeanine Albert Zinani (2018); *Maria Firmino dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX*, de Rafael Balseiro Zin (2018); *Alba Valdez: a palavra das mulheres na história da Literatura e da Imprensa no Ceará*, de Keyle Samara Ferreira de Souza (2019); e *O Jornal das Senhoras e a Esperança: aproximando as páginas e revelando contextos*, de Isadora Melo da Costa (2020).

Diante disso, podemos ver pelo número de produções em contexto nacional, como o campo da História das mulheres na imprensa tem ganhado mais atenção dentro da academia. Contudo, é preciso que cada vez mais historiadores/as se debrucem nessa temática a fim de tentar suprir o silenciamento de tantos anos experimentados por essas mulheres do século XIX.

Terminamos este tópico com a reflexão feita por Muniz ao pensar nos trabalhos que visibilizam as mulheres no fazer da história:

Pesquisar, escrever e ensinar história é um ato político. Escrever a História das Mulheres é um ato explicitamente político, posicionado, comprometido com o projeto de mudança das e nas relações entre mulheres e homens [...] É um ato que nos exige pensar e praticar a história insistindo em afirmar e lutar para assegurar aquilo que toda e qualquer pessoa tem de mais valioso: sua dimensão humana, sua humanidade (MUNIZ, 2018, p. 164).

E passamos a discutir os indícios e pistas acerca das representações e das possíveis escritas ou participações das mulheres no *Jornal O Publicador*.

2.2 – A construção do perfil de moralidade feminina prescrita nas páginas impressas

Por trás das letras impressas do jornal *O Publicador* havia homens e mulheres determinados a cumprir uma missão: instruir leitores/as. A tarefa de educar os consumidores do periódico é uma das características que acompanha a produção dos impressos no Brasil desde o início do século XIX, quando da circulação, de maneira oficial, dos primeiros exemplares.

A pedagogia contida nas publicações dependia da perspectiva de mundo representada por quem as escreviam. Segundo Costa, “os discursos são ‘concordados’ ou ‘descordados’ de acordo com os interesses dos autores em voga e do contexto histórico pelo qual se escreve. Os jornais refletem uma discussão que ainda acontece na própria sociedade” (COSTA, 2018, p. 183). Assim, ao longo do período oitocentista, construiu-se por meio da palavra impressa, representações acerca de diversos “temas” que estavam sendo discutidos dentro e fora das páginas dos jornais, em sociedade, tais como a formação de identidade nacional, a caracterização de um perfil de cidadão, sobretudo, quando pensava-se nas mulheres, o fim da escravidão, entre outras questões.

Especificamente sobre a presença das mulheres no *O Publicador*, é possível perceber que o perfil delas foi traçado a partir, de pelo menos, cinco eixos centrais:

literatura (romances, crônicas, contos, fábulas, poesias); religião; educação; moda e loucura. São assuntos em que a figura da mulher, recorrentemente, é bastante mencionada – seja para ilustrar suas “virtudes”¹³ e “imperfeições”, discorrer das semelhanças e diferenças com personagens bíblicas, como a virgem Maria e Eva, ou ainda, para indicar a maneira “civilizada” de se comportar em sociedade.

Começamos a compreender, então, o perfil de mulher que era veiculado por meio dos textos literários, contidos no *O Publicador*. Encontramos, inclusive, um texto opinativo, relacionando mulheres às leituras dos gêneros folhetinescos:

Definição de noticiário. – Diz um nosso collega do vizinho reino, que a secção alegre e galhofeira dos jornais é dedicada a essa preciosa metade do gênero humano, composta de gases, azues de olhos languidos e doces como um lyrio que se abre, de cabellos compridos e flutuantes que se derramam sobre as espadas de neve como uma niagara de desejos; dessa doçura emfim que tanto distingue as mulheres n’um beijo, n’um suspiro, n’uma lagrima.

Os noticiarios teem indubitavelmente muita semelhança com as mulheres.

Ligeiras, faceis, contradictorias, travessas, indiscretas, mordazes, risonhas, divertidas.

Um periodico nas mãos de uma mulher é uma espécie de hyeroglifos que ellas começam a decifrar por meio do noticiário.

O novo jardim que se abre, a nova *soirés* que se prepara, uma festa esplendida, um casamento, uma desgraça comovente, a novidade de um trage, eis a *politica palpitante* do sexo bello.

Para as leitoras o noticiario é o artigo de fundo.

O chronista vem a ser por tanto aos olhos das damas o cor de rosa do periódico, o sorriso da penna, o que escreve as cousas *mais bonitas*, e o que sabe mais (sic.)

(Extr.)

(*O Publicador*, 1864, p. 2. Grifos nossos)

Era na seção *Noticiario* que a maioria dos textos destinados a literatura de consumo para as mulheres se encontravam, sobretudo, porque também era nessa seção onde as publicações vindas do exterior se faziam mais presentes, considerando que boa parte dos textos literários eram extraídos de obras publicadas por autores de outros países, como no caso da publicação transcrita anteriormente. Embora não contenha a assinatura de quem a escreveu, a sigla “Extr.”, presente ao final da exposição da opinião, indica que a autoria se encontrava fora do Brasil.

¹³ “Virtude, conforme definição da época, era entendida como o exercício dos deveres morais, civis, sociais ou religiosos. Nesse contexto, a mulher virtuosa, fosse como esposa ou como mãe, traria benefício público, pois se lhe atribuía o poder de exercer sua influência sobre o marido e os filhos, produzindo a decência pública” (JINZENJI, 2010, p. 173).

Há o destaque para a relação próxima entre as notícias, principalmente, aquelas que faziam parte dos gêneros literários como os romances e as crônicas, com as leitoras do jornal. De acordo com Verona, o romance no século XIX, chegou a ser considerado um “vício impune” entre seus leitores, “vício, aliás, que acometia muito mais às mulheres do que aos homens, por razões relacionadas à própria ideia da condição feminina e masculina no período em questão” (VERONA, 2008, p. 4). Em relação às crônicas, o tipo de linguagem utilizada pelos redatores era o que atraía o público feminino, pois estes “escreviam numa linguagem coloquial e amiúde num tom vivaz, para tornar a leitura agradável e divertida” (BRAVO; EWALD; GUIMARÃES; SOBREIRA, 2006, p. 246). Dessa maneira, foi sendo criado por meio destes gêneros, presentes nos periódicos, representações sobre mulheres a partir do que se idealizava delas, tanto na esfera da vida privada, quanto pública, justificadas por argumentos patriarcalistas que, segundo Costa “sacralizava a mulher das maiores emoções e fragilidades” (COSTA, 2018, p. 181).

Aliás, o conceito de representação é uma chave explicativa que nos ajuda a compreender as práticas sociais que envolvem poder e dominação, sobretudo, do sujeito mulher, a partir do que há escrito sobre elas no *O Publicador*, e das imagens produzidas acerca delas. Para Pesavento, as representações são:

Historicamente construídas, ou seja, se colocam a partir de um campo de força, onde se enfrentam e se definem as representações do real. Formular uma identidade nacional, desenhar um perfil de cidadão, estereotipar o caráter de um povo ou de uma cidade correspondem a práticas que envolvem relações de poder e que objetivam construir mecanismos de coesão social. [...] A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites de criação e fantasia são mais amplos (PESAVENTO, 2012, p. 116-117).

Além disso, representação é um conceito polissêmico e sem um significado fixo. De origem latina *Repraesentare* significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Na língua alemã esta palavra pode ser traduzida como “*Vertreten*”, que significa “atuar como um agente para alguém”, ou de “*Darstellen*”, que significa “retratar, colocar algo novo no lugar de” (SANTOS, 2011, p. 30). Carlo Ginzburg seguindo Roger Chartier, destaca a ambiguidade do termo “representação”, que ora “faz as vezes da realidade representada”, evocando a ausência; ora a torna visível, sugerindo sua presença (SANTOS, 2011, p. 30).

Nos dicionários de língua portuguesa segundo Gustavo Blázquez, um dos significados de representação é “a imagem ou o desenho que representa um objeto ou um

fato”. Também aparece com o seguinte significado: “O aparato inerente a um cargo, ao status social, a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo” (BLÁZQUES, 2001, p. 170). Nesta pesquisa há a opção de tomar como aporte teórico as reflexões feitas a partir da obra *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, de Chartier (1990). Para este autor, as representações do mundo social são determinadas por interesses dos grupos que as forjam, e, portanto, não é algo a ser tomado com naturalidade, mas como parte de uma construção social e cultural.

Por meio do aporte teórico da História Cultural é possível que se “tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). Este conceito ajuda a entender os discursos em torno do ser mulher à época como uma construção de narrativas e práticas produzidas por interesses dos grupos que as criaram. Nesse sentido Chartier afirma:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, [1998] 2002, p. 17)

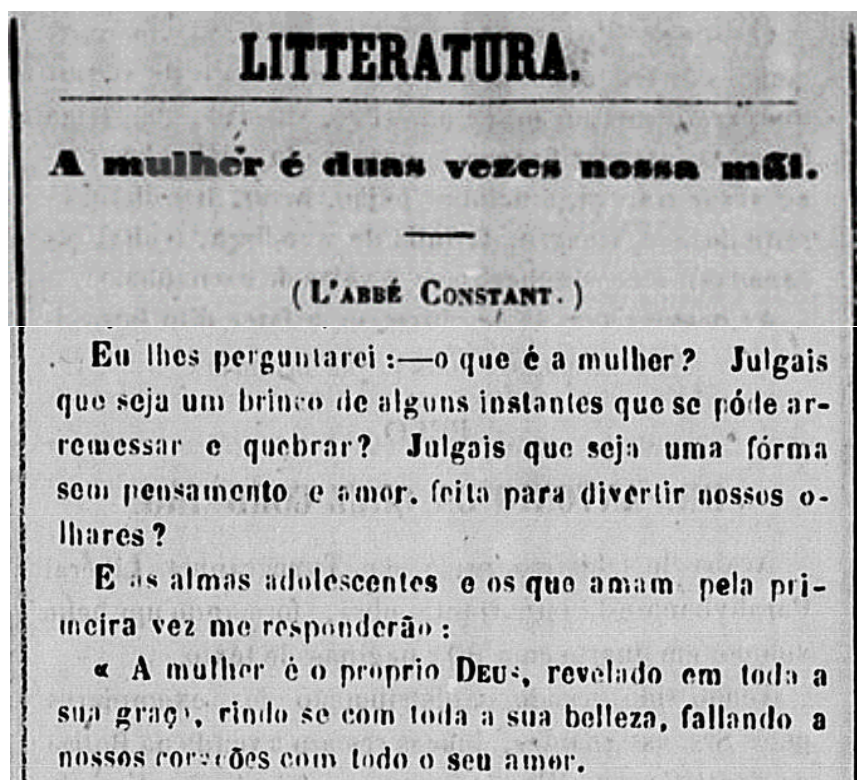
Não é tão somente uma palavra casual, mas sobretudo um conceito muito utilizado pelos historiadores da História Cultural que, através das “representações” conseguem formular compreensões das relações existentes nas várias culturas ao longo do tempo.

Essas representações não são neutras, como destaca Chartier, pois carregam consigo mesmas, nos discursos escritos ou nos atos simbólicos, as intenções dos sujeitos que as constroem. Nem sempre, no entanto, essas intenções são registros históricos voluntários. Mas a partir do conhecimento da rede de relações estabelecidas por um grupo social específico, é possível saber das motivações que levaram à fabricação de imaginários sobre uma certa realidade. Além disso, outra característica do conceito de representação é a de não ser mencionado de forma isolada e também de suscitar novos conceitos, tais como: real, realidade, identidade, linguagem discurso, e cultura (SANTOS, 2011). Alguns teóricos ainda põem em dúvida a veracidade do que se coloca como representação. Sobre esse problema da “Crise do Conceito de Representação”, Santos recomenda aos historiadores:

Devemos compreender a representação em torno de questões que envolvam o poder e a linguagem, ou seja, elas devem ser pensadas em paralelo com as práticas sociais. Devemos assim superar a ilusão de que é possível transcender as representações, pois elas não são verdadeiras e nem falsas, elas ocupam o intervalo entre a presença e a ausência. (SANTOS, 2011, p. 44)

No jornal paraibano *O Publicador*, poder, linguagem e práticas sociais estão relacionadas nas publicações literárias apresentadas a seguir:

Imagem 14 – A mulher é duas vezes nossa mãe (*L'Abbé Constant*)



Fonte: (*O Publicador*, 1867, p. 3)

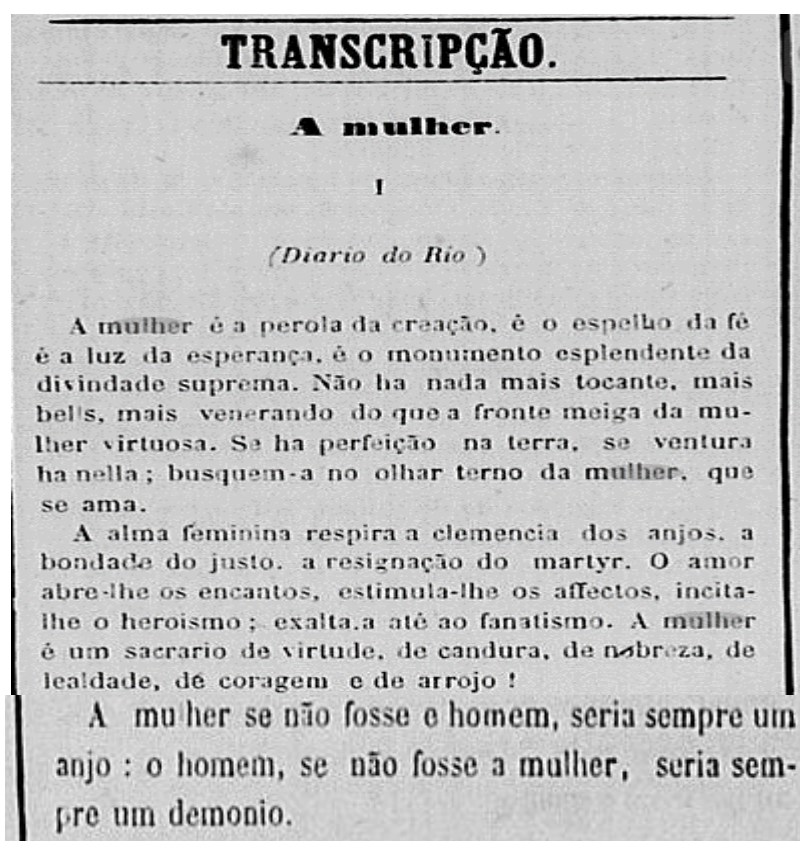
Este trecho faz parte da obra literária do francês *L'Abbé Constant* intitulada “A mulher é duas vezes nossa mãe”. No periódico paraibano aparece traduzida na autoria de “Ailena”. Ao iniciar sua fala, se dirige à um público leitor específico “– Eu me dirijo às almas adolescentes, e interrogo aos que amam pela primeira vez” (*O Publicador*, 1867, p. 3). Assim, indica estar escrevendo para jovens leitores, o que também permite compreender a utilização de uma redação pedagógica para se fazer entender a este público. Nesse sentido, faz uso de metáforas e comparações. Associa a fragilidade da mulher à uma peça de brinco que poderia facilmente quebrar, questiona sua racionalidade

e, por fim, afirma a presença da divindade na constituição do que entende por ser uma mulher.

Dessa maneira, justifica-se o título escolhido ao representar a mulher com uma dupla alma: humana e divina. Mais adiante, relata que, ao gerar o filho, a mulher seria mãe pela primeira vez, ao dar-lhe amor, seria pela segunda vez uma mãe. Lopes aponta para a existência de um modelo que se impunha quanto ao papel social da mulher: o de esposa e mãe. “Esse modelo permeia todos os romances, independente da filiação literária e das diferenças nas posições políticas assumidas ou historicamente atribuídas a seus autores” (LOPES, 2011, p. 137).

Não obstante, o questionamento sobre o que é ser mulher continua a ser recorrente nos textos literários, como podemos ver também na publicação seguinte:

Imagem 15 – A Mulher



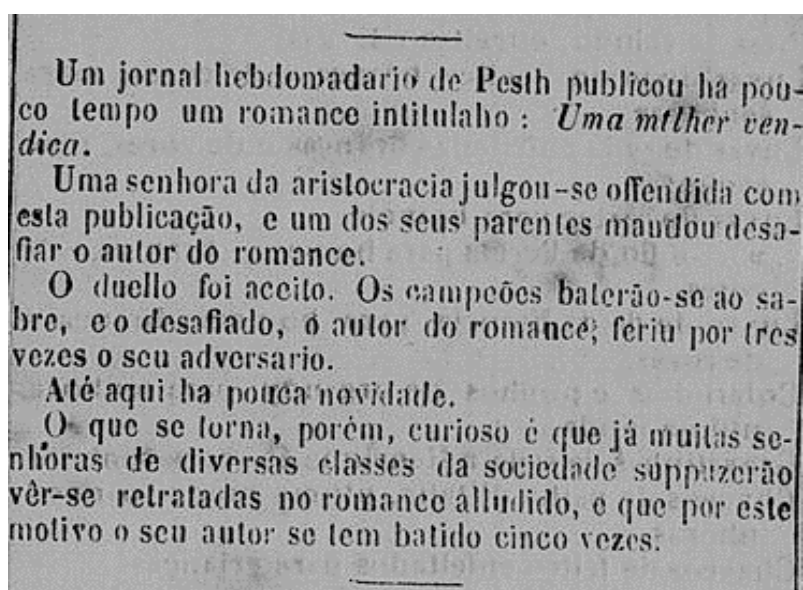
Fonte: (O Publicador, 1869, p. 2)

A transcrição, que não revela autoria, foi retirada do jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Trata-se de uma descrição da opinião de quem escreve acerca do que pensa ser, ou como deva ser o comportamento de uma mulher. Ainda que o trecho acima enfatize o

lado mais “delicado, cândido, meigo e angelical”, ao final do texto, o que se tem é uma escrita que problematiza e contraria a visão da “mulher frágil”, citando mulheres históricas que contrapunham esta adjetivação como: Judith (uma guerreira); Catharina de Valois (se ofereceu para fazer parte do exército na batalha que defenderia as tropas de Henrique IV), e Joanna d’Arc (esteve à frente do exército francês). Estes exemplos demonstram o posicionamento da autoria em defender os atributos de força e garra da mulher.

Inclusive, quando as mulheres se sentiam ofendidas por algum atributo que lhes imputavam – muitas vezes, quando desviava dos comuns elogios escritos nos jornais –, algumas das leitoras recorriam aos periódicos e aos autores para prestarem suas queixas. É o exemplo do que aconteceu com a recepção do romance “Uma mulher vendica”:

Imagem 16 – Uma mulher vendica

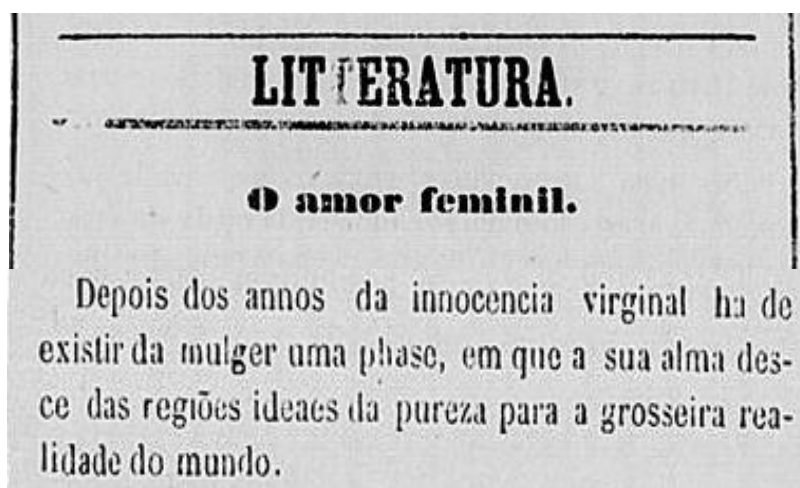


Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 3)

Este informe aparece publicado na seção noticiário, sem constar assinatura. Traz a notícia de mulheres, leitoras que criticavam o autor do romance. Não encontramos a íntegra da obra, mas sabemos pelo informe que teria sido divulgada pelo jornal *Hebdomadario da Pesth*. Em suma, relata que um parente de uma das leitoras do romance, ofendido, teria desafiado o autor para um duelo de espadas, no qual foi aceito e vencido pelo escritor. Nas edições seguintes, algumas leitoras dizem sentirem-se retratadas na obra.

Não é à toa perceber o descontentamento de leitores quando há uma apresentação de uma literatura que se diferencie das representações “virtuosas” dedicadas às mulheres. Ainda que nem todos e todas concordassem com tais adjetivações, de certa forma, era esse modelo que pautava os comportamentos sociais de homens e mulheres do século XIX. Isso acontece porque, de acordo com Pesavento, “mediante uma articulação de processos simbólicos, as pessoas não só são apenas induzidas a acreditar nas representações, mas, sobretudo, querem e pensam acreditar nelas” (PESAVENTO, 1995, p. 116). O exemplo abaixo demonstra bem o “tipo de mulher” que era comum ver sendo retratada no periódico:

Imagem 17 – O amor feminil (A. Herculano)



Fonte: (*O Publicador*, 1869, p. 2)

Exposto na seção Litteratura, assinado por “A. Herculano”, tem como título “O amor feminil”. É um romance que fala sobre as primeiras paixões da mulher, da sua partida do olhar puro, virginal da sua infância para a experiência do amor, das paixões com um homem. Ao longo de toda obra, são enfatizados os atributos: pureza, inocência, anjo, virgem, pudor e *crystal*. Costa destaca que “dividindo opiniões a figura feminina poderia ser caracterizada como um “anjo consolador”, um “demônio de saia” (COSTA, 2018, p. 181). Representações essas originadas, em maior proporção, pelo olhar masculino, que ao longo do período oitocentista “cercou um ser feminino virginal, delicado e indefeso que, grosso modo, se contrapunha à figura de uma mulher revolucionária, rebelde e teimosa” (COSTA, 2018, p. 181).

Essa contraposição também estava muito atrelada às concepções religiosas, as quais eram apresentadas no *O Publicador*, a partir de textos poéticos e opiniões extraídas

de publicações divulgadas em jornais estrangeiros. Nestes escritos, é possível perceber o fazer de uma releitura do Gênesis na construção de representações sobre as mulheres:

Revista Hebdomadaria

[...] Adão no peito sentido
 Ondear-lhe o coração,
 Foi com os olhos inquirindo
 As obras da criação,
 Pasmou ante a natureza,
 Cujas graças e bellezas.
 Lhe diziam: creador!
 Mas, curvados á divindade
 Disse-lhe: Deus de bondade,
 Que solidão... e que horror!

Deus entendeu-o, e formando
 Delle outro ser – a mulher,
 Adão sorriu-se, e de brando
 Viu Eva o mesmo fazer.
 E lhe disse: O’ minha esposa,
 De mim porção mais mimosa,
 Agora sim – vivo sou!
 E tambem desde esse dia
 Viu a luz a poesia,
 Que com a mulher despontou!

**Mulher! Tu és nosso encanto,
 Nossa vida e coração,
 Mais gentil obra de quanto
 Fez o pai da criação:
 E’s nossa – felicidade,
 E’s nossa – cara metade,
 E’s do mundo – o Seraphim!
 E’s nossa – irmã; nossa amada,
 E’s nossa – mãe adorada
 E’s nossa – esposa, por fim!**

(*O Publicador*, 1864, p. 4. Grifos nossos)

O poema está localizado na seção *A Pedido* e não contém assinatura de autoria. Faz parte de um pedido feito por leitores da *Revista Hebdomadaria*, para que a mesma fosse finalizada com versos que tratam da interpretação da passagem da mulher no Gênesis. Encontramos mais um caso de interpretação da passagem da criação da escrita bíblica do Gênesis, em que a mulher é a figura central a ser retratada:

O Homem e a Mulher

– Mulher, quando o creador te formou da costela de Adão,
 declinava o sol para o ocaso, não ergueste os olhos para o ceu,

baixaste-os para a terra, para contemplares as flores do Eden; o primeiro rumor que ouviste, foi o murmúrio do manancial que as regava. Assemelhe-se, pois toda a obra, á obra da natureza: produz ella silenciosamente quando é grandioso e bello; tudo germina em seu seio; – **produz as flores, os fructos e ás messes, e enfeita-se com as suas produções; cuida de todos os seus filhos e alimenta-os com a propria subsistencia. Debil mulher, iguala-a: seja a terra o teu modelo.** Depois, dirigindo-se simultaneamente ao homem e á mulher, acrescentou. – amai-vos ternamente. Homem, protege a mulher. Mulher, consola e embelleza a vida do homem; e seja a união de ambos tão sincera e estreita, quão sincera e estreita é a do ceu com a terra. (El Pensamiento, de Barcellona).

(*O Publicador*, 1864, p. 3. Grifos nossos).

Costa explica a função de publicações como essa, ao dizer que “essas representações são numerosas e antigas, muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva” (COSTA, 2021, p. 168). Neste escrito, o autor tem a intenção de refletir sobre a questão reprodutiva da mulher a partir da figura de Eva em relação à natureza, que produz flores, assim como a mulher produz filhos e a eles deve manter o cuidado de mãe.

A maternidade e o casamento eram duas condições sociais estabelecidas para as mulheres por meio da instrução que recebiam. Prevalece no século XIX, estruturas de poder que ao reelaborarem seus discursos mantêm o domínio sobre os espaços de participação das mulheres, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho e as suas relações familiares. Ao analisar a condição feminina de algumas mulheres no período imperial, Costa afirma que “para a pessoa do sexo feminino, o casamento e a família eram os poucos lugares de atuação” (COSTA, 2013, p. 67). Assim, pelo menos, era o que ditavam as instituições reguladoras da ordem social vigentes até então como Estado, Igreja Católica, Família e Escola para as mulheres livres.

No entanto, sair da redoma da casa patriarcal era uma tarefa desafiadora. Isso porque os ideais de mulheres impostos naquela sociedade reforçavam a divisão entre trabalho na esfera pública e as atividades domésticas do lar. Cunha, ao estudar as mulheres brasileiras no século XIX percebeu as raízes dessa relação dominante acerca dos papéis atribuídos ao sexo feminino:

Uma característica tanto do pensamento católico, que tentava se impor a todo momento, quanto do pensamento positivista, era acentuar a divisão entre trabalho externo e a vida no lar [...] havia uma grande insistência desses pensamentos de que em seu cotidiano, a mulher deveria manter-se afastada da vida social e considerar a reclusão do lar como seu único e devido espaço (CUNHA, 2019, p. 3).

Na mentalidade patriarcal da época, inclusive, realizar as tarefas da casa como cozinhar, fazer bordados, cuidar dos filhos, entre outras, eram qualidades naturais da mulher. Por isso, deveriam ser elas a viverem resignadas aos seus “talentos” surgidos desde o ventre em que foram paridas. No *O Publicador* encontramos duas matérias que tratam da educação das mulheres:

A mulher nos Estados-Unidos. – Nos Estados Unidos da América as idéas de civilização da sociedade entendem-se de um modo muito diverso do que na velha Europa. Desde muito tempo que a mulher é considerada nos Estados-Unidos como podendo e devendo ser mais alguma cousa do que entre nós se julga. **E a prova está nos estabelecimentos scientificos, que as mulheres frequentam, nos quaes alcançam os triumphos de gloria, que na Europa são privilegio só do sexo mascolino, e a posição elevada, que, como consequencia necessária e logica, muitas senhoras ocupam pelo seu talento e aplicação perante a sociedade** (*O Publicador*, 1869, p. 1. Grifos nossos).

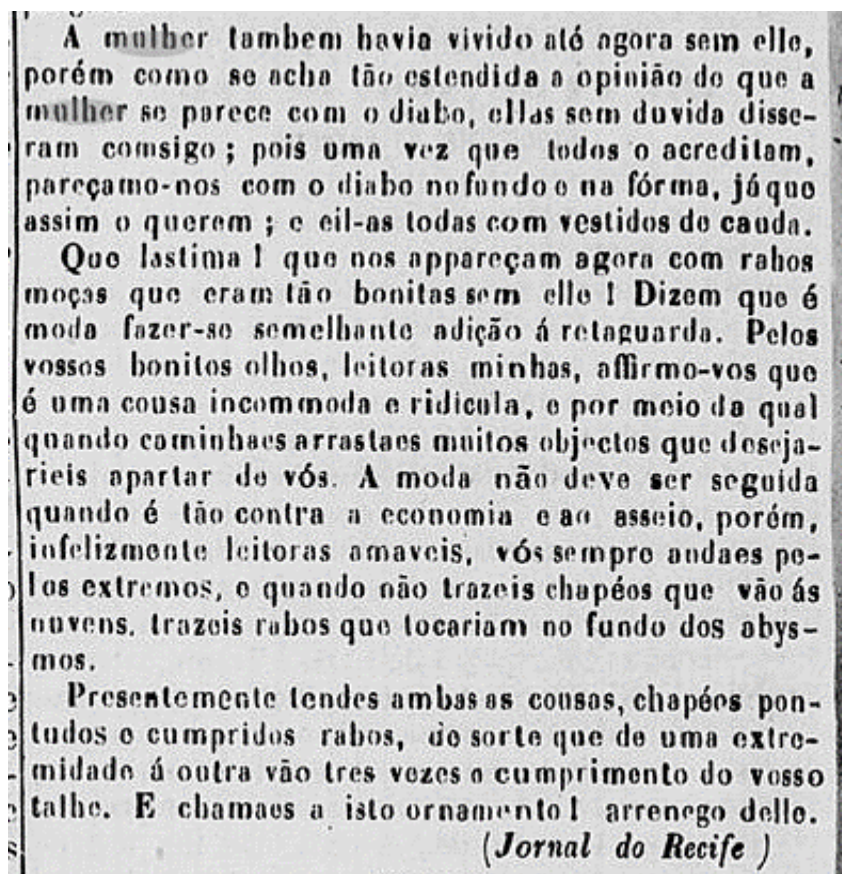
Discurso sobre o futuro. – Pronunciado por um estudante pobre, deitado na sua rede. [...] **Qual é o futuro para a humanidade! Para um homem, é adquirir uma posição que lhe dê comodidade. Para uma mulher, o casar-se e que o seu marido a regale com vestido de seda.** Em quanto as mulheres já sei o que faria a minha cara metade quando ella visse o seu futuro n’um vestido de seda, que viesse pedir-me. **Mulher vaidosa, lhe diria, criatura louca e pueril, deixa de pensar em adornos, toma um livro de anatomia, e estuda a tua natureza, e conhece tua miséria.** A senhora não é mais que um esqueleto, vestido de carne que o tempo consome, e faz desaparecer, ama miséria com belleza transitória, uma armação que se estraga e se perde. Quer a senhora sobrecarregar de sedas o seu esqueleto, para sahir a mostrar-se por essas ruas, como symbolo da vaidade humana? **Brilhe antes com a formosura dos seus olhos e dos seus sorrisos, captive com o seu comportamento modesto e exemplar, ame a seus filhos e a mim, e não gaste se amor em cousas vãs. Este é o seu futuro,** e não o luxo que quer mostrar, e admiração que quer causar por meio de seus trapos.

Neste ponto parou o orador porque o moleque veio chamal-o para almoçar, e forçoso foi erguer-se para não ficar em jejum. (Extr.) (*O Publicador*, 1864, p. 3. Grifos nossos).

A primeira publicação se refere à presença feminina nos estudos científicos nos Estados Unidos – o que é considerado como um progresso e de uma ação adiantada em comparação com países da Europa. Já a segunda publicação, é de autoria masculina. Trata-se de um trecho, contendo uma opinião extraída de jornal estrangeiro (não revelado), em que há a crítica às mulheres que não possuem educação para além da aprendizagem das tarefas da casa, ou das preocupações demasiadas, segundo o autor, em

saber o que iria vestir. E por falar em vestimentas femininas, a moda também se tornou um tema utilizado para opinar acerca do comportamento feminino no *O Publicador*:

Imagem 18 – Rabos (*Jornal do Recife*)



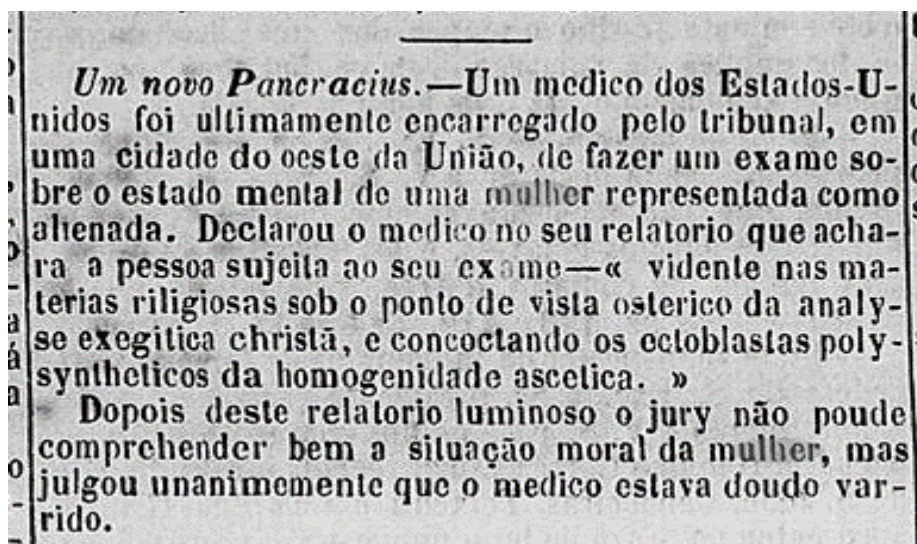
Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 2).

A moda, no século XIX, foi utilizada no Brasil como instrumento de aproximação com a cultura europeia, sobretudo, francesa. Neste período vivia-se a busca pelo alcance do que se entendia por ser cidadão “civilizado” e imitar o vestuário francês era apresentar-se socialmente como tal. Atentos a esta questão cultural, os impressos traziam em seu editorial artigos que abordavam algum aspecto da moda corrente, assim como fez *O Publicador* ao transcrever uma crítica ao uso da moda feminina, publicada primeiramente, no *Jornal do Recife*. De acordo com Barbosa, “os periódicos, então, eram os mediadores culturais que transmitiam as informações utilizadas por esses indivíduos para exaltar ou injuriar os trajes franceses” (BARBOSA, 2021, p. 52). No entanto, sobre os usos da moda e as opiniões que seus consumidores, especialmente, as mulheres estavam a enfrentar, poderia ser motivo de ridicularização. Feijão esclarece que

“extravagâncias poderiam tornar suas seguidoras “ridículas” – adjetivo frequentemente usado para qualificar modismos mais polêmicos, sobretudo aqueles que tornavam mais visíveis as transformações do papel da mulher na sociedade” (FEIJÃO, 2021, p. 63).

Entretanto, a ridicularização do comportamento das mulheres não vinha apenas de opiniões sobre o que vestiam, mas também de como lidavam com sua saúde mental. Durante o século XIX, teorias médicas foram desenvolvidas no intuito de atrelar a noção de loucura como elemento natural e decorrentes das etapas de desenvolvimento reprodutivo e emocional da mulher. Localizamos um relato, transcrito dos Estados Unidos, sobre a condição da mulher em seu estado emocional “alienado” e, por isso, sujeita ao exame de seu estado de saúde mental:

Imagem 19 – Um novo *Pancracius* (loucura feminina)



Fonte: (*O Publicador*, 1864, p. 2).

A loucura feminina era definida pelos saberes médicos da época que estava permeada na perspectiva de inferiorização da condição feminina. Para Levandoski, Rodrigues e Taveira “a maneira de justificar a construção dos sintomas de loucura era explicitamente o corpo feminino e seus movimentos biológicos, que eram desconhecidos, mas julgava-se saber o suficiente para transformar mulheres em loucas” (LEVANDOSKI; RODRIGUES; TAVEIRA, 2018, p. 106). Ainda segundo estes autores:

Os estudos relativos à psiquiatria feminina que indicavam anomalias mentais restringiam-se às denominadas “regras mensais” causadoras de

transtornos de “histeria”¹⁴ desde a menarca até a menopausa. Aos comportamentos fora dos padrões indicados pela sociedade burguesa como infidelidade, multiplicidade de parceiros sexuais, comportamento relapso em relação ao marido ou aos filhos foram considerados, pela nova ciência que despontava, como diagnósticos de anomalia (LEVANDOSKI; RODRIGUES; TAVEIRA, 2018, p. 97).

Assim, por meio de temas como a loucura, moda, educação, religião e literatura presentes nos debates veiculados pelos impressos, em particular, o periódico paraibano *O Publicador*, eram construídos perfis sobre os comportamentos de uma mulher oitocentista. Ainda que a fonte nem sempre nos informe, de maneira clara, a assinatura de quem escreve as publicações, ao fazermos o cruzamento do que foi encontrado no periódico com a historiografia da história das mulheres, percebemos que era o olhar, predominantemente masculino, responsável por criar e disseminar as representações do “do sexo oposto” – ainda que também houvesse a manifestação de “concordância” ou “discordância” de algumas mulheres que recorriam aos jornais.

Estas representações estavam pautadas na ideologia patriarcal, em que se sobressaíam imagens femininas com uma face dicotômica: ser angelical ou ser pecaminoso. Utilizando-se de uma redação pedagógica, na literatura, os autores recorriam ao vocabulário recheado de pretensões virtuosas – pureza, anjo, bondade, virgindade, cristal –, desenhavam a mulher de modo resiliente, resguardada do mundo público, retraída da figura rebelde ou desobediente ao homem da casa.

Por meio da religião, em concordância com Louro, a imprensa “apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria” (LOURO, 2018, p. 447). Neste aspecto, somando-se à esfera da educação, instruía-se o público leitor sobre concepções de maternidade e vida doméstica. Também para além da maternidade, as outras fases da reprodução feminina foram utilizadas como argumentos para justificar o estado de saúde mental das mulheres. Até mesmo o que trajavam era fruto de opiniões polêmicas nos jornais.

Portanto, é possível compreender o papel do periodismo na vida cultural, de homens e mulheres, também de modo pedagógico, haja vista que este veículo de comunicação era um importante meio dos leitores acessarem a expressão dos modelos femininos da sociedade do século XIX. As apropriações destas concepções veiculadas

¹⁴ [...] “um mal misterioso e intrinsecamente feminino [...] Expressão do desconforto e frustração através de manifestações como depressão, irritabilidade, letargia e dores de cabeça. A esse conjunto de sintomas múltiplos se deu o nome de histeria” (MOREIRA, 2017, p. 38-39).

resultavam no debate público, que transcendiam as folhas dos impressos e faziam-se presentes nas práticas sociais. Nem sempre, de modo fiel e em concordância com o que era relatado nas publicações, mas externando as influências originárias das leituras periodísticas.

No capítulo seguinte continuaremos a compreender como se deu a presença das mulheres no *O Publicador*, desta vez a partir das notícias que tiveram assinatura de um nome feminino ou de matérias em que elas eram destacadas anunciando a sua mão de obra na seção de anúncios, a exemplo de algumas professoras e atrizes. Uma das contribuições pretendidas neste capítulo é a de dar visibilidade às experiências das mulheres, e para tanto, trazemos também duas trajetórias de mulheres que atuaram em espaços públicos e foram mencionadas com destaque no periódico: Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques (professora), e Eugênia Infante Câmara (atriz).

III – DE QUE FORMA AS MULHERES APARECEM NO DIÁRIO O PUBLICADOR?

Dividimos este capítulo em três tópicos, nos quais agrupamos os escritos em que apareciam: assinatura de nomes femininos por tema retratado nas notícias; os anúncios escritos pelas professoras da instrução particular da Parahyba do Norte; como também os anúncios em que as atrizes eram citadas. Além disso, discutimos por meio da utilização dos anúncios do jornal *O Publicador* as trajetórias de duas mulheres, às quais estiveram em condições de professora e atriz, respectivamente: Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques e Eugênia Infante Câmara. Elas atuaram em espaços públicos e foram mencionadas com destaque no periódico. A primeira chegou a ser denominada “atriz impressa” por escrever peças de teatro e ter textos seus publicados nos jornais. A segunda foi diretora e fundadora de um Colégio Particular para meninas, chamado Colégio de Nossa Senhora do Carmo. Assim, pretendemos conhecer, sobretudo, por quais espaços sociais este público feminino circulou a partir da compreensão do seu tempo histórico e que tipo de conflitos foram gerados por suas experiências.

E para compreender como ocorreu o processo de tomada de consciência das mulheres – em particular àquelas encontradas no periódico *O Publicador* na relação de dominação de gênero, tanto como indivíduos, quanto coletivamente, é necessário levar em conta as suas experiências como sujeitos que não só são produtos do meio social em que viveram, mas que atuaram ativamente na construção de suas histórias. Para Thompson, enquanto palavra-chave de entendimento do processo histórico, através da experiência:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 185).

Por tratarmos nos tópicos deste capítulo de diferentes trajetórias de mulheres, concordando com Haack, “o conceito de experiência de Thompson parece ser uma boa saída para ponderar as práticas e relações distintas que indivíduos históricos desenvolviam em cada contexto” (HAACK, 2019, p. 28). Assim, poderá ser percebido

como cada personagem reagiu às diferentes imposições de gênero dentro de seus contextos históricos, a partir de suas experiências enquanto indivíduos, ou, como parte de um grupo.

Percebemos que parte das mulheres recorreram ao jornal para serem vistas e ouvidas, a exemplo das professoras, atrizes, divorciadas, viúvas, e amigas correspondentes. Elas tiveram uma participação ativa, uma vez que procuraram a imprensa para comunicar ou avisar suas condições em relação ao trabalho, ao casamento, à aquisição de bens materiais – incluindo espaços de negócios herdados pelos seus maridos em caso de divórcio ou falecimento.¹⁵ Algumas das notícias em que houveram a presença feminina no *O Publicador* são anúncios, outras são reclamações ou reivindicações pelo direito de serem percebidas como sujeitos autônomos naquela sociedade. E para serem vistas e ouvidas quando o principal meio de comunicação se dava através da imprensa, era preciso que elas fossem lidas. Dessa forma, as notícias assinadas por estas mulheres demonstram as suas reivindicações por autoridade, visibilidade e, principalmente, liberdade.

3.1 – Notícias assinadas por mulheres

Segundo Buitoni a “imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza” (BUITONI, 1990, p. 7). No *O Publicador*, as mulheres juntamente com os homens, não só se constituíam como leitoras desse jornal como também publicavam matérias dos mais variados gêneros: noticiários, anúncios e correspondências. Ainda que este periódico também possuísse mulheres como proprietárias e compondo a chefia da redação, seu editorial da década de 1860, não objetivou a escrita de uma imprensa feminista, definida pela mesma autora como “aquela dirigida e pensada para mulheres [...] Se distingue pelo fato de defender causas” (BUITONI, 1990, p. 16). Entretanto, no que se refere ao conteúdo das publicações, mesmo sendo um espaço em que o ponto de vista da figura masculina ganhava mais

¹⁵ No Brasil, durante o governo imperial, o direito ao divórcio foi permitido apenas de modo parcial, haja vista que era proibido divórcio absoluto, admitindo-se, no entanto, duas formas de separação previstas pelo direito canônico: o divórcio temporário, em que havia apenas a separação dos corpos e o marido continuava na posse dos bens do casal, além de continuar com a obrigação de sustentar mulher e filhos, e a separação perpétua, em que além da separação dos corpos, também haveria a partilha de bens para ambas as partes, fazendo com que cada um administrasse seus próprios pertences. Nas duas formas de divórcio não era permitido um segundo casamento (SENNA, 2020).

destaque, as mulheres encontraram brechas para realizar correspondências, expor as suas reclamações, anunciar a disponibilidade de sua mão de obra ou de seus estabelecimentos comerciais e, sobretudo, para alcançarem visibilidade nessa sociedade.

Umas deixavam seus nomes à mostra por necessidade, já que mencionavam a prestação de seus serviços e esse era um recurso utilizado para serem encontradas, ou, até mesmo como uma indicação nos assuntos de negócios que fossem tratados exclusivamente com a anunciante. Outras, assinavam para serem reconhecidas por seus correspondentes – essas registravam mais do que o cotidiano, expunham conscientemente o cenário político local e nacional nas cartas que eram publicadas no jornal.

Ao proceder a busca pela escrita feminina presente no *O Publicador* não foi possível localizar textos literários ou poemas que tivessem exposto a assinatura de uma mulher como autora, ainda que fazendo uso de pseudônimos – embora não anule as chances de existir a divulgação desses gêneros escritos por mulheres de forma anônima. Mas mesmo que neste periódico elas não apareçam em publicações de obras literárias autorais, sua presença na escrita das matérias se dá pelo viés do que transcorre no cotidiano. Elas praticavam o que Buitoni concorda ser um “jornalismo de serviço”:

Os poucos autores que a ele se referem, geralmente norte-americanos, relacionam o termo com a utilidade quase pessoal que têm para o leitor. Aliás, o conceito em questão nasceu nos Estados Unidos, provavelmente relacionado à imprensa feminina. A definição parece estar centrada na utilidade com reflexos no cotidiano do leitor. Acena-se com a possibilidade de realização imediata, poupa-se trabalho, presta-se um serviço a mais. [...] Jornalismo de serviço não se define pelo assunto, mas pela maneira de veiculá-lo. De qualquer modo, está intimamente ligado à economia de consumo. (BUITONI, 1990, p. 20-21).

Ou seja, exercer o jornalismo de serviço é poupar tempo e trabalho de leitores na procura de complementar as informações encontradas nas notícias ou anúncios, pois é relatar com detalhes o necessário para que o público entenda do que se trata. Como exemplos, podemos citar os anúncios das fugas de escravizados, venda de algum bem material, ou a oferta de aulas particulares das professoras na Província da Parahyba do Norte. Há nestes informes, entre outros aspectos, a descrição pormenorizada do tipo físico do escravizado fugido, a descrição do objeto posto à venda e a menção às matérias e endereços das professoras disponibilizados para os pais das alunas.

Elaboramos um quadro com as publicações em que há assinaturas, supostamente, de mulheres, haja vista que a possibilidade de um homem se utilizar de pseudônimos femininos não é descartada. De todas as edições do *O Publicador* disponíveis na *Hemeroteca Digital*, acrescido dos anúncios das professoras da instrução particular, encontramos estas publicações contendo assinaturas de nomes femininos:

Quadro 2 – Temas presentes nas notícias assinadas por mulheres no jornal *O Publicador* entre 1864-1869.¹⁶

Seções	Temas	Assinaturas
<i>A Pedido</i>	Correspondência endereçada à uma amiga	Juliana.
<i>Noticiario</i>	Oferta endereçada às mulheres brasileiras	Feliciano Maria de Britto Lopes Alves.
<i>Annuncios</i>	Estabelecimentos comerciais (anúncios de compra, venda ou aluguel)	Madama Ferro;
<i>Annuncios</i>		Anna Francisca Monteiro;
<i>Annuncios</i>		Catharina Umbelina de Almeida e Albuquerque;
<i>Annuncios</i>		Maria José da Purificação;
<i>Annuncios</i>		Felicia Leopoldina da Silva Ponteiro;
<i>Annuncios</i>		Florinda da S. Elena Reis;

¹⁶ Além dos temas presentes no Quadro 2, também é possível encontrar publicações assinadas por mulheres nos anúncios de aulas das professoras da instrução particular, mas serão temas aprofundados em tópicos posteriores deste capítulo.

		D. Amasile T. de Meira Hollanda.
<i>Annuncios</i>	Separação e partilha de bens	Rufina Maria de Medeiros;
<i>Annuncios</i>		Joaquina Maria da Conceição Assis;
<i>Annuncios</i>		Valentina Maria do Rosario;
<i>Annuncios</i>		Joanna Honoria de Oliveira.
<i>Annuncios</i>	Herança	D. Maria José da Porificação;
<i>A Pedidos</i>	Reclamações ou Reivindicações	Madama Picoreta;
<i>Annuncios</i>		Joaquina Vicencia Iloia da Silva Couto;
<i>Annuncios</i>		Genoveva Candida da Rocha Vasconsellos;
<i>Annuncios</i>		Joanna Maria do Rosario Costa.
<i>Annuncios</i>	Informes variados (fuga de escravos, religiosidade, dívidas...)	Ignez Joaquina de Franca Estuart;
<i>Annuncios</i>		D. Maria Clementina Monteiro da Franca e D. Clementina Xavier da Franca;
<i>Annuncios</i>		D. Amasile;
<i>Annuncios</i>		Viuva de José d' Azevedo Silva;
<i>Annuncios</i>		

		Isabel Theresa de Jesus Marques.
--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das notícias do jornal *O Publicador* – PB (1864-1869).

A presença feminina no *O Publicador* tem mais visibilidade na seção de anúncios, dada a característica de ser nos jornais, de um modo geral, lugar de divulgação da oferta de trabalhos e promotora de negociações envolvendo a venda, compra ou aluguel de bens materiais. Também encontramos escritos delas participando de um “evento solidário” em prol de um presente a ser ofertado por mulheres de todo império brasileiro à D. Pedro II, por meio de uma troca de cartas na seção noticiário. Também na seção *A Pedido*, há correspondências de uma possível autoria feminina.

Iniciando a análise de cada tema, começamos pela correspondência assinada com a denominação de Juliana, ela que enviou uma carta da Capital para sua amiga Jovita que residia na cidade de Mamanguape. A correspondência é de 1864 e está localizada na seção *A Pedido*, ocupando o espaço de três colunas entre as páginas três e quatro do jornal *O Publicador*.

A carta é redigida em 115 linhas e, visto que as matérias eram cobradas por linhas, ao comparar com os valores cobrados pelos editores do periódico podemos saber quanto custou para Juliana ter sua correspondência divulgada neste impresso. Em 1864, cada assinante pagava 40 rs por linha, já os não assinantes pagavam 100 rs por linha. Não há indício para afirmar em qual dessas condições se encontrava Juliana: assinante ou não assinante. Em todo o caso, sendo Juliana assinante, teria desembolsado 4.600 rs (valor equivalente a compra de um objeto de mobília do período, como uma mesa grande, que custava 4\$600 rs)¹⁷. Sendo não assinante teve uma despesa ainda maior, ao custo de 11.500 rs pela publicação da correspondência.

No que se refere ao conteúdo da carta, Juliana – a mulher que supostamente escreve –, inicia a correspondência indicando quem seriam seus leitores, já que além da sua amiga Jovita, também cita o amigo “correspondente de Mamanguape”. O assunto que as envolve na redação da publicação se refere às notícias do cotidiano da Cidade da Parahyba. Juliana é amiga de Jovita e escreve-lhe uma carta para contar notícias dos dias

¹⁷ (*O Publicador*, 1864).

de festa que procederam com a chegada do novo administrador da cidade e dá detalhes de como estes festejos aconteceram:

Minha querida Jovita. – O teu correspondente de Mamanguape deve estar sequioso por saber notícias desta capital. Dizem que antes amigos na praça do que dinheiro no sacco; mas tú preferes amigos no sacco, etc. Podes mandar-lhe dizer que os dias 17 e 18 do corrente forão de pleno regozijo para esta cidade, pela chegada e posse do novo administrador. Boa recepção e luzido acompanhamento até o palácio, grande reunião dos mais distinctos cidadãos para o trajecto á casa da câmara, muita tropa desfilando em continência, descargas de mosquetaria, muitos cumprimentos, opíparos banquetes, geral contentamento nos convivas, musica á noite pelas ruas, muitas passeatas, e o bello luar que então fazia... Jovita, como é bello o romper da aurora!!!... (*O Publicador*, 1864, edição 00517, p. 3-4).

Juliana ainda conta sobre o fato que aconteceu com o Emissário da Redação do *Jornal da Parahyba* – este, de acordo com o que um padre dissera a Juliana, teria ido à festa pedir licença para que o *Jornal da Parahyba* voltasse a ser folha oficial do governo. Porém, Juliana relata que o emissário se disfarçou de simples convidado e que ficou até o fim da festa abandonado e sem conseguir fazer seu pedido:

Mas como seja de antigo uso representar-se uma scena burlesca sempre que nos palácios dos grandes haja festa e convidados, encarregou-se desse triste papel um emissário da redação do *Jornal da Parahyba*, individuo em cuja testa o padre da redação faz esculpir em relevo quanta descompostura lhe apraz passar a seus desaffectedos. O tal emissário entrou bruscamente e atravessou a luzida reunião que enchia os salões de palácio, e, segundo me disse o padre ia pedir licença para, na forma da lei, poder o jornal usar das armas imperiaes por espaço de seis mezes a contar do dia em que foi demittido da folha official; mas, vendo que esse pedido era intempestivo em tal ocasião, affectou que ia áquelle lugar como qualquer outro convidado; e dirigindo-se com a mais inculcada familiaridade, ao objecto daquela festa, trata-o por tú, uma e muitas vezes, embora tivesse sempre em resposta o delicado tratamento de vossa senhoria. Desapontado por tão pronunciada repulsa áquelle grosseira familiaridade julgou prudente dar uma meia volta, e retirar-se; mas, concordando até o último furo, quis ao menos mitigar o seu padecimento moral, arrancando áquelle reunião um esbelto cavaleiro dos que faziam o ornamento dessa festa; o qual, apesar de se compadecer da sorte do triste coitado, deixou-se ficar apreciando os belos momentos de tão expansivo prazer, ao passo que o jovem abandonado, por ele esperou um bom quarto de hora cá em baixo na platéa dos pobres, onde também eu me achava.
[...] Adeos Jovita. Recebe uma beijoca desta alma do teu corpo. Juliana (*O Publicador*, 1864, edição 00517, p. 3-4).

Nas linhas seguintes da correspondência, Juliana continua a falar das questões político-administrativas da Capital e ao final da carta, despede-se de sua amiga, deixando sua assinatura revelada no jornal. Os festejos dos quais descreve foram realizados para celebrar aquele que seria o então Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sinval Odorico de Moura, que tinha como Vice-Presidente Felizardo Toscano de Brito – o responsável por romper relações com o *Jornal da Parahyba* e fazer do periódico *O Publicador* responsável por divulgar, como folha oficial, as matérias do governo.

Além desta carta, utilizando as palavras-chave “Jovita e Juliana”, encontramos mais outras quatro correspondências que levam a assinatura desta última. Todas estiveram em circulação no ano de 1864. Há nelas uma contínua crítica aos redatores do *Jornal da Parahyba*, bem como menciona recorrentemente a figura do padre, sem citar seu nome. Também foram citadas três fábulas em que comentava sobre questões do cotidiano político da cidade, duas delas intituladas: “*a história de um marinheiro e de um macaco*” – contada para criticar os gastos de alguns mercadores e a negação de doar “aos pobres pretinhos do Rosario dez tostões para o culto de Nossa Mãe de Deus” (*O Publicador*, 1864, p. 4); e “*Pellotica ou magica branca*” – conta o caso do sumiço que se deu com o dinheiro que as Câmaras municipais do centro teriam enviado à Câmara da Capital para construção da estátua de José Bonifácio, a quem chama de “Patriarcha da independência”.

O conteúdo político das correspondências, com a frequente utilização de críticas aos redatores do *Jornal da Parahyba*, bem como a outros personagens que faziam parte do cenário político da *Cidade da Parahyba*, deixa dúvidas acerca de um possível uso de pseudônimo na autoria destas cartas. No século XIX, alguns homens recorriam ao uso de pseudônimos femininos quando publicavam textos em que expunham opiniões críticas, principalmente, nos assuntos políticos da cidade. Para Barbosa:

Uma das razões, a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento. Por isso, o uso mais sistemático do artifício encontra-se em escritos amorosos, políticos, em debates e contendas pessoais (BARBOSA, 2007, p. 33).

Não podemos afirmar com certeza se as correspondências assinadas sob a denominação de Juliana se trata da utilização de um pseudônimo. Caso não seja, ela estaria impondo uma atitude corajosa para época ao revelar seu nome no jornal de maior circulação da Parahyba do Norte, o que indica também a presença de uma mulher no debate público da província.

Feliciano Maria de Britto Lopes Alves também se utilizou do espaço do jornal para informar o pedido feito pela Viscondessa de Tamandaré às mulheres de todo o império brasileiro, além de expor as cartas de algumas das senhoras que se dispuseram a aceitar e fazer a oferta estabelecida na notícia:

Offertas. – Lê-se no Jornal da Bahia: A Exm^a. Sr^a. D. Feliciano Maria de Britto Lopes Alves, acudindo ao apelo feito pela Exm^a. Viscondessa de Tamandaré as senhoras brasileiras, para darem de suas joias ao menos uma pedra, para adornar a espada de honra, que tem de ser oferecida á S. Exc. O Sr. Presidente da província, para que faça chegar ás mãos da Exm^a. Viscondessa de Tamandaré, uma rica pedra da melhor pulseira, que possui, acompanhando-a das cartas abaixo transcriptas. [...] Digne-se V. Exc. Aceitar os protestos de minha maior consideração e respeito. Deus guarde á V. Exc. Muitos anos. Bahia, 31 de outubro de 1865 – Illm^a. E Exm^a. Sr^a. Viscondessa de Tamandaré, Rio de Janeiro. – De V. Exc. Respeitadora e criada. – Feliciano Maria de Britto Lopes Alves. (*O Publicador*, 1865, edição 00978, p. 2).

Ao todo são seis cartas inseridas ao longo da notícia, dividindo espaço entre duas colunas de uma única página na seção *Noticiário*. Mesmo não possuindo assinaturas foram, provavelmente, enviadas pelas senhoras que acataram o pedido em ofertar joias ao Imperador D. Pedro II, já que o pedido da Viscondessa de Tamandaré¹⁸ era direcionado com essa finalidade às mulheres do Império. A notícia onde se encontram as correspondências e que aparece no *O Publicador* foi retirada do *Jornal da Bahia* e endereçada ao Rio de Janeiro, cidade em que residia a Viscondessa de Tamandaré. A homenagem direcionada ao Imperador faz referência à postura tomada por D. Pedro II nos campos de batalha da Guerra do Paraguai (1864-1870).¹⁹

¹⁸ Maria Eufrásia Marquês Lisboa, conhecida no Império como a viscondessa de Tamandaré – esposa do então Almirante de Tamandaré. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Viscondessa organizou leilões de prendas, com a finalidade de amparar os ex-combatentes que chegavam à Corte feridos dos campos de batalha. Também organizou uma solene homenagem ao Imperador D. Pedro II por ter se deslocado aos campos de batalha a fim de proteger o Império e dar fim à Guerra. As informações sobre a Viscondessa está Disponível em: Arquivodamarinha.dphdm-mar.mil.br. Acesso em: 11 de maio de 2022.

¹⁹ Em novembro de 1864 o Paraguai declarou Guerra ao Brasil. Em 10 de julho de 1865, D. Pedro II esteve no Teatro de Operações do conflito. Em 10 de setembro de 1865, há no periódico da *Semana Illustrada*, a ilustração do Imperador do Brasil com o Duque de Saxe em traje de campanha, na Batalha Naval de Riachuelo (*Semana Illustrada*, 1865, edição 00248, p. 8).

Eis as cartas:

« Ilm. e Exm. Sr.—Tendo lido no « Jornal do Commercio » do Rio de Janeiro um convite da Exm.^a Sr.^a viscondessa de Tamandaré ás senhoras brasileiras, para darem de suas joias ao menos uma pedra para adornar a espada com que o Brasil deve testemunhar ao seu defensor perpetuo, o Sr. D. Pedro II. o respeito e admiração devidos á virtude e abnegação de Nosso augusto monarcha, não me posso furtar ao dever, e não menos desejo de testemunhar a Sua Magesta-de Imperial o meu culto e veneração.

« De uma pulseira de meu uso descrevei a pedra que com esta será á V. Exc. apresentada para o fim por V. Exc. proposto, e o vasio que ella deixa jamais será preenchido, porque quero n'elle contemplar a honra e a mercê, em que tenho o destino que dou a pedra que o occupava, cuja falta constituirá a minha pulseira a joia de maior valor que possuo d'ora em diante.

« Offereço da melhor pulseira que possuo a melhor pedra que ella tinha, que, com a carta junta, peço á V. Exc. o favor de fazer chegar ás mãos da Exm.^a Sr.^a viscondessa de Tamandaré.

« Ilm.^a e Exm.^a Sr.^a—Não é, nem pode ser em vão o appello que V. Exc. acaba de fazer ás senhoras residentes no Brasil, á concorrerem com um diamante de seus adereços para adornar a espada, que tem de ser offerta ao Nosso Excelso Monarcha, o Sr. D. Pedro II. em signal de gratidão pelo acto magnanimo que praticara desprendendo-se voluntariamente dos laços da familia e das commodidades da vida, para ir á regiões remotas e inhospitas expor-se aos incommodos, fadigas e perigos da guerra, em que nossos irmãos tem derramado seu sangue com o fim de vingar a insolencia com que o estrangeiro audaz ousou profanar o solo da nossa cara patria; peito em que palpita um coração puramente brasileiro, grato e reconhecido, não pode deixar de acompanhar á V. Exc. na nobre missão de que V. Exc. se fez cargo.

« Congratulo-me com V. Exc. pela feliz inspiração que teve, na qual espero será V. Exc. acompanhada na copia que merece tão alto e sublime assumpto.

« Aproveito a occasião para apresentar á V. Exc. meus respeitos. Deos guarde á V. Exc. muitos annos. Bahia 34 de outubro de 1865.—Ilm. e Exm. Sr. presidente da provincia Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas.—Feliciano Maria de Brito Lopes Alves.

(O Publicador, 1865, edição 00978, p. 2).

Mas por que essas cartas foram divulgadas no jornal? — Provavelmente, em relação ao conteúdo, porque a presença de figuras masculinas públicas são, sobretudo, o motivo pelo qual essas cartas ganham notoriedade no periódico. Segundo Perrot, “as correspondências femininas privadas raramente são publicadas, exceto quando põe em cena grandes homens” (PERROT, 2015, p. 29). Sobre o caráter público das cartas em periódicos, Barbosa diz que, “a escrita da carta no jornal não se constituía como prática privada de escrita, mas como atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada” (BARBOSA, 2011, p. 332). Assim, mesmo se tratando de mulheres se dispondo a escrever e enviar correspondências entre si, é a figura masculina que aparece ressaltada nos temas que se transformam em matérias jornalísticas, restando à mulher um papel coadjuvante de mensageira da notícia.

O aparecimento de cartas nos periódicos demonstra também a proximidade de relações com os leitores do jornal. No exemplo de Feliciano, além de leitora, também

praticava a escrita das correspondências divulgadas no *O Publicador*. Ela, no entanto, fazia parte das poucas exceções de mulheres que sabiam ler e escrever no século XIX. De acordo com o Censo dos Leitores Brasileiros de 1872²⁰ na Província da Parahyba do Norte, considerando a população livre na segunda metade do século XIX, existiam 41.212 pessoas que sabiam ler e escrever (29.224 homens e 11.988 mulheres), em detrimento de 313.488 analfabetos (15.209 homens e 163.279 mulheres). Em relação à população escravizada, as mulheres aparecem com o índice de letramento numericamente maior que os homens. O registro aponta para 35 mulheres que sabiam ler e escrever, e 10.810 analfabetas, além de 26 homens que sabiam ler e escrever, e 10.655 analfabetos.

Os registros do Censo também trazem dados de meninos e meninas (pertencentes à população livre) que frequentavam escolas, com idade entre 6 a 15 anos. 6.630 meninos frequentavam escolas e 4.461 não frequentavam. No caso das meninas, 3.894 frequentavam e 5.930 não se dirigiam às escolas. Não é mencionado nenhum aluno pertencente à população cativa. No entanto, ainda que o Censo de 1872 não tenha relatado a presença de escravizados como frequentadores das escolas paraibanas, Barros chama atenção para o fato de este não ser um indício absoluto e que outras fontes, como os jornais do período, por exemplo, indicam que “filhos de escravos frequentavam instituições como o Colégio de Educandos Artífices ou a aula do Professor Lordão” (BARROS, 2017, p. 249).

Ainda que não fossem registrados, estudantes na condição jurídica de escravizados circulavam por locais em que possuíam contato com instrução primária, como no convívio das casas senhoriais, principalmente as meninas que cumpriam os afazeres domésticos e onde as filhas de condição livre possuíam aulas particulares – o que pode explicar também, de acordo com Barros, o maior número de mulheres escravizadas que sabiam ler e escrever em oposição aos homens de mesma condição cativa.

Ainda assim, nessas circunstâncias, saber ler e escrever cartas poderia ser considerado sinônimo de status social elevado para muitas destas mulheres, haja vista que eram as filhas dos mais abastados e de condição livre que tinham acesso, principalmente em meados do século XIX, aos locais de instrução ou até mesmo à chamada “Educação

²⁰ Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil – NPHEd (ufmg.br). Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

Doméstica”. Inclusive, a situação social-econômica de algumas mulheres se transformou ao longo do jornal em um dos temas que mais levam a assinatura feminina.

Na seção de anúncios é possível encontrar publicações sobre mulheres comercializando produtos em lojas de sua propriedade. São anúncios escritos de maneira direta e descritiva acerca do que estava sendo colocado à venda, como é o caso deste: “Na loja de D. Amasile T. de Meira Hollanda, tem para vender aos apreciadores do grande baile masquê mascarar de papelão fino em cobre uma 400 rs., de cera muito finas uma 2,000, de papelão diversos bixos uma 2,000” (*O Publicador*, 1868, p. 3), ou: “A abaixo assignada avisa a todas as pessoas que costumarão comprar-lhe vellas de carnaúba que está vendendo pelo modico preço de 13\$000 rs. a arroba, e pede a todos a continuação do mesmo favor. Florinda da S. Elena Reis” (*O Publicador*, 1869, p. 3).

Além do comércio de objetos e alimentos, as mulheres também estavam à frente dos negócios envolvendo a venda ou alugueis de imóveis, assim é o que dizem os respectivos anúncios das senhoras Catharina Albuquerque e Maria da Purificação: – “A abaixo assignada declara a todos que morão em prédios de sua propriedade, que nesta data resolveu aumentar trinta por cento sobre os alugueis dos mesmos. Parahyba, 6 de dezembro de 1864. Catharina U. de A. e Albuquerque” (*O Publicador*, 1864, p. 4). “Atenção. Vende-se uma casa na rua do Quartel, própria para negocio de venda por preço modico, na Viração n. 9 que achará com quem tratar. Parahyba, 17 de maio de 1867. Maria José da Purificação” (*O Publicador*, 1867, p. 4). Encontramos também até um Hotel de propriedade de uma mulher sendo anunciado no jornal:

Hotel Italiano. Madama Ferro avisa aos seus fregueses e ao respeitável publico, que acabava de mudar seu estabelecimento da rua do Trapiche n. 44 para a mesma rua n. 5. Aonde foi o hotel Francisco, e espera satisfazer ás pessoas que a honrarem com sua frequencia, por isso mesmo que não se tem poupado a despesa para poder oferecer actualmente bons commodos, prontidão e aceito do serviço e modicidade de preços (*O Publicador*, 1864, p. 4).

Por fim, outro tipo de negócio que tinha a figura feminina como administradora trata-se de uma loja onde havia venda de remédios. No anúncio a loja estava sendo posta à venda pela senhora Felicia Leopoldina, que diz ter herdado o empreendimento do falecido marido: “A abaixo assignada vende a botica homeopática do falecido Bento José Ferreira Ponteiro, com grande sortimento de medicamentos recebidos ultimamente, tanto em glóbulos como em tintura, [...]”, Além de medicamentos, outros itens foram

disponibilizados: “[...] assim como uma boa escolha de livros pertencentes a mesma. Vendem-se também carteiras, vidros com tinturas e frascos com glóbulos a gosto do comprador na rua d’Areia, casa n. 15. Parahyba, 10 de março de 1868. Felicia Leopoldina S. Ponteiro”. (*O Publicador*, 1868, p. 4). Sobre a ocupação das mulheres na esfera pública que se intensificou na segunda metade do século XIX, Bezerril comenta:

A participação das mulheres livres nos espaços públicos ocorreu de forma mais intensa em função de seu ingresso no mercado de trabalho, que permitia a afirmação de interesses individuais e uma relação societária diversa daquela preconizada pelo patriarcalismo das fazendas, pelo domínio despótico do *pater familias*, pelos interesses do grupo familiar acima dos particulares, sob uma hierarquia na qual a mulher ocupava posição inferior e subordinada, não tendo convívio no espaço social enquanto indivíduo ou cidadã (BEZERRIL, 2013, p. 63).

Os anúncios descritos anteriormente revelam a presença das mulheres nos lugares onde pensava-se que a figura masculina ainda era predominante como proprietária ou principal articuladora dos negócios da família. Ainda assim, cada informe demonstra também as estratégias discursivas utilizadas pelas assinantes para conseguirem ser visíveis na sociedade e terem participação na vida econômica da cidade, seja como donas e anunciantes do próprio negócio ou como administradoras dos bens herdados pelos maridos.

Muitos dos negócios herdados pelas mulheres no século XIX eram deixados pelos pais ou maridos falecidos. No âmbito da legislação brasileira, calcada na tradição do Direito Romano, após a morte do marido permitia-se à mulher ficar com a posse da metade dos bens do casal, o que levaria também a viúva poder assumir a chefia da família. Quando optava por não levar à frente os negócios da família, algumas dessas mulheres recorriam ao jornal para anunciar os bens herdados pelo cônjuge, assim como procedeu à D. Maria José da Porificação, na Parahyba do Norte, que procurou o diário *O Publicador* à procura de compradores para as propriedades de terras que havia herdado do marido. Assim escreve:

D. Maria José da Porificação vende por preço commodo uma parte de terras, que lhe tocou por herança de seu finado marido João Antonio Pinto dos Santos, no lugar denominado volta, no termo de Campina-Grande e Cabaceiras, terras próprias para criar e plantar quem a pretender dirija-se á casa de sua residência, á rua da Viração, n. 9. Parahyba, 24 de setembro de 1866 (*O Publicador*, 1866, p. 4).

Segundo Melo e Marques, “as mulheres tinham direitos legais à propriedade, mas o exercício do poder sobre os bens estaria condicionado a práticas sociais” (MELLO; MARQUES, 2001, p. 4). Assim, mesmo a legislação garantindo o direito às mulheres de receber herança, a dependência pela figura masculina era tão forte que o usufruto dos bens também dependiam de não ter algum parente homem que se opusesse à forma como elas estavam conduzindo o patrimônio da família. Ainda assim, para Mello e Marques, a legislação do período parecia acolher a figura feminina como a cabeça principal da família à frente dos negócios, seja após o falecimento do pai ou marido, ou quando estes ainda estariam vivos:

No que diz respeito ao direito de usufruto da riqueza e garantia de emancipação, as transformações institucionais avançaram mais em benefício da mulher. O Código Comercial, promulgado em 1850, permitiu à mulher viúva, maior de 18 anos, estabelecer-se livremente como comerciante. Medida para preservar os negócios do falecido marido e evitar a dispersão da riqueza familiar. Já as mulheres casadas mediante prova de idoneidade e capacidade de exercer o ofício, podiam estabelecer-se como comerciantes sem a autorização expressa do marido. Estavam, portanto, habilitadas a praticar todos os atos mercantes (MELLO; MARQUES, 2001, p. 15).

Em caso de separação ou se o marido viesse a apresentar condições físicas inviáveis para chefiar os bens do casal, a mulher teria a opção de recorrer à Justiça e solicitar a guarda total dos negócios familiares. Um desses casos virou notícia no *O Publicador*, divulgado pela senhora Joanna Honoria de Oliveira, na seção anúncios:

A abaixo assignada sabendo que seu marido Bernardino José de Souza, tem procurado fazer dividas não verdadeiras para comprometer aos bens do casal, e que até fez hypotheca ou contracto de penhor a que sujeitou todos os bens moveis do mesmo casal, tudo com o fim de derramar a miséria no seio de sua própria família, de seus pobres filhinhos, tendo como razão principal, como ele tem dito de publico, e que será provado em tempo oportuno, que taes dividas não são verdadeiras, prevenir-se de algum modo, afim de ao final da acção de divorcio que promove a mesma abaixo assignada ficar mais bem aquinhoado; vem a mesma de novo protestar contra essa hypotheca, penhor, essas dividas que ele diz contrahidas, pois seu dito marido não as fez e nem havia razão para as fazer, pois não se empregando em cousa alguma, e sendo de tudo sustentado pelo abaixo assignada, como tem sido durante 17 annos de seu casamento, até mesmo de gêneros e materiaes para os estabelecimentos que teve, e ultimamente de dinheiro para comprar objecto de luxo para uma escrava do casal, de nome Theresa com quem vive amasiado, e de quem, a ordem sua, tem ella sofrido provocações e ameaças, não tinha precisão de contrahir dividas, e nem o podia fazer

validamente. A abaixo assignada já procedeu o sequestro em todos os bens com o fim de evitar qualquer desvio por parte de seu dito marido, e quaisquer outras transações, dividas, hypothecas, penhores, etc., feitos nesses últimos tempos, e que continuar ele a fazer, como falsos, exige que essas pessoas appareçam a juízo afim de provarem e legalizarem esses mesmos contractos de dividas, os quaes serão havidos por falsos, se o não fizerem. Parahyba, 13 de setembro de 1867. Joanna Honoria de Oliveira (*O Publicador*, 1867, p. 4. Grifos nossos).

Joanna recorre ao jornal descrevendo a situação financeira da família e os endividamentos feitos por seu marido que teria ocasionado a penhora dos bens materiais da família. Como forma de protesto contra a hipoteca, Joanna expõe o mal comportamento do marido perante à sociedade e uma série de dívidas que teria contraído ao longo dos anos. Ela ainda conta que durante os dezessete anos de matrimônio sustentou o marido, até mesmo provendo os materiais necessários para o funcionamento do estabelecimento de que era proprietário.

Sobre a partilha de bens na separação de casais onde o marido contraía dívida, Melo e Marques esclarecem que “em havendo dívidas, estas eram quitadas antes da partilha. Logo na existência de dúvida sobre a posse de determinado bem este era colocado nas mãos de pessoa idônea, cuja atribuição de geri-lo era da autoridade judicial” (MELO; MARQUES, 2001, p. 6). Nesse sentido, ao mesmo tempo que Joanna protestava contra as dívidas contraídas pelo esposo, também reforçava aos leitores do jornal que aqueles que tivessem contas a acertar com a família aparecessem para provar o endividamento do marido. Posteriormente, provavelmente, após o pagamento das mesmas seria feita a partilha de bens entre o casal Joanna e Bernardino.

Desse modo, diante dos escritos femininos contendo assinaturas de mulheres e que foram compartilhados no jornal *O Publicador*, foi possível perceber não só quais eram os conteúdos que elas disponibilizavam no periódico, como também as estratégias discursivas de que se apropriavam para conectarem-se com a comunidade de leitores.

3.2 – Docência e Instrução Feminina

Os professores do século XIX fizeram uso dos anúncios de jornais de forma contínua e necessária para que pudessem encontrar seu alunado e também de maneira inversa, serem encontrados por eles. Além da imprensa difundir as aulas que estavam sendo, à época, ofertadas na província, também expõe através das publicações as intenções envolvidas na procura pelo Ensino Particular. É o caso, por exemplo, dos

anúncios assinados pelas professoras da instrução particular na Parahyba do Norte – em que por meio do que publicaram, pode-se perceber as estratégias de escrita que melhor poderia convencer aos pais das alunas na contratação de suas aulas. Segue abaixo o quadro de anúncios encontrados acerca das aulas oferecidas pelas professoras na então Cidade da Parahyba:

Quadro 3- Anúncios das aulas particulares da instrução feminina no jornal paraibano *O Publicador* (1864-1869)

Aulas particulares	Anúncios	Professora assinante e Fonte
Ensino primário para o sexo feminino	Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro está autorizada pelo governo da província para ensinar meninas; os paes de família que quizerem confiar suas filhas dirijão-se á rua d' Arêa , n. 86, que promette trabalhar com todo o desvelo e carinho.	Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro. (1864, 00044, p. 4).
Lições de piano e francês	Madame Tanny Boureau, residente na rua Direita casa n. 58, offerece-se ao respeitavel publico parahybano para dar lições de piano e francez em casa, e tambem vai a qualquer casa que para isso se quizer utilizar de seu prestimo. As horas marcadas serão as mais convenientes para suas alumnas.	Madame Tanny Boureau. (1864, 00657, p. 4).
Primeiras letras; costura ou bordado	Anna Afra Soares de Barros, autorizada pelo governo da província lecciona primeiras letras na rua das Convertidas casa junto a de n. 131 A, mediante a paga de 2\$ rs. por alumna externa e 20\$ rs internas mensalmente, bem como se encarrega de qualquer costura ou bordado por preços modicos para adquirir freguesia. Promette ser solicita em cumprir seus deveres.	Anna Afra Soares de Barros (1865, 00936, p. 4.).
Ensino primário para o sexo feminino	Aos pais de familia. A abaixo assignada tem a honra de levar ao conhecimento dos illustres pais de familia que no primeiro de outubro do corrente mez tenciona dar	Maria Silveira de Souza e Mello.

	principia a aula particular do ensino primario para o sexo feminino na rua da ponte n. 22. Parahyba 1 de outubro de 1867. Maria Silveira de Souza e Mello.	(1867, 01512, p. 4).
Primeiras letras	A abaixo assignada faz sciente aos Srs. Pais de familias, que tendo obtido do Exm. Sr. Presidente da provincia licença para ensinar primeiras lettras nesta capital, resolveo desde já a dar principios ás funcções inherentes ao seu magisterio no sobrado de sua residencia, n. 32, sito em a rua do Varadouro , contiguo ao Sr. Francisco Soares da Silva Retumba, Abaixo-assignada promete tambem aos mesmos Srs. Todo zêlo e esmero na educação e adiantamento das meninas que lhe forem confiadas, como preceptora e mãe. Parahyba do Norte 22 de fevereiro de 1868. Ephigenia d' Albuquerque Lima.	Ephigenia d' Albuquerque Lima. (1868, 01634, p. 3).
Instrução primaria e se propõe a ensinar à noite a ler, escrever, traduzir e falar a língua franceza.	Angela Barbosa Cordeiro de Sousa, professora particular, licenciada por S. Exc. o Sr. Presidente da provincia, tem aberta uma aula de instrucção primaria para o sexo feminino, em casa de sua residência na rua das Convertidas n. 167; garantindo aos pais de famílias, toda a aplicação e zelo pelo adiantamento de suas alumnas. Tambem se propõe a ensinar à noite a ler, escrever, traduzir e falar a língua franceza áquellas meninas ou moças que não possão vir durante o dia.	Angela Barbosa Cordeiro de Sousa (1869, 01943, p. 3).

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos anúncios presentes no jornal da Parahyba do Norte *O Publicador* (1864-1869). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 08 de dezembro de 2021. Grifos nossos.

Apesar da seção anúncios não possuir a pretensão de ser destinada à autoria de textos femininos, a partir da análise do que foi publicado levando a assinatura das mulheres, identificamos as estratégias que elas se utilizavam para conseguir visibilidade na sociedade. Através dessa percepção, os anúncios vão se constituindo como espaços em que é possível perceber a escrita feminina envolvida no que podemos chamar de “comércio da instrução”.

A circulação dos anúncios difundia a mão de obra destas professoras; facilitava o encontro e possível contratação pelos pais de família das aulas disponibilizadas para o sexo feminino da Província. Dessa maneira, ao se dirigirem à redação do periódico para ofertarem seus serviços, professores, em particular as professoras, compunham uma vitrine em que destacar atributos sobre sua moralidade eram indicações fundamentais para lecionar às futuras alunas.

Na Província da Parahyba do Norte, durante a segunda metade do século XIX, uma significativa parcela de professoras da instrução particular recorreram ao jornal *O Publicador* em busca de encontrar alunas para frequentar as aulas que dispunham nos anúncios. A mensagem escrita por elas tinha como objetivo chegar às mãos dos “pais de família”, por isso, tentando atender aos aspectos morais muito apreciados pelos pais, o texto do anúncio continha ressalvas, a exemplo de como escreve a professora Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro que “promette trabalhar com todo o desvelo e carinho” (*O Publicador*, 1864, p. 4), ou, da professora Ephigenia d’ Albuquerque Lima que “promette tambem aos mesmos Srs. Todo zelo e esmero na educação e adiantamento das meninas que lhe forem confiadas, como preceptora e mãe” (*O Publicador*, 1864, p. 4). Almeida explica a valorização da imagem maternal criada sobre a mulher:

A identidade feminina resguardada entre os vários segmentos sociais convivia com uma moldura cultural cujos valores, normas, expectativas, imagens, regras de conduta, conceitos e preconceitos compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. Das mulheres esperavam-se a permanência no espaço doméstico. O recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade de conduta, inclusive sexual, a incorporação dos atributos de proteção e mando (ALMEIDA, 2007, p. 95).

Segundo Jinzenji, “o esforço em definir a mulher virtuosa era acompanhado da defesa de certas qualidades como castidade, moderação, instrução, patriotismo, gosto pelo trabalho e a crítica a outras, como o luxo, a vaidade e o ócio” (JINZENJI, 2010, p. 173). O sentimento de maternidade também fazia parte desse arsenal virtuoso e as professoras que quisessem demonstrar bom serviço ou atrair para si a atenção dos pais das alunas, esclareciam suas virtudes morais na escrita dos anúncios.

Em linhas gerais, se apresentavam como professoras de meninas, anunciavam as matérias com as quais ministravam aulas, indicavam a localização de suas residências

onde poderiam ser encontradas pelos pais das alunas para firmarem contrato e ser lugar onde ocorriam as aulas da instrução particular para meninas. Para além disso, também esclareciam seu caráter moral e, por fim, assinavam seus nomes completos nos anúncios. Ocorria, em alguns casos, de iniciarem os anúncios apresentando os seus nomes, como no informe da professora Madame Tanny Boureau, uma mulher estrangeira que oferecia na Cidade da Parahyba do Norte, aulas de francês e piano.²¹

Eram bem vistos os professores estrangeiros que atuavam na instrução da mocidade, nos níveis primário ou secundário, pois possuir o domínio de uma língua estrangeira lhes conferiam distinção entre os demais, já que possuíam habilidades consideradas civilizadas para ensinar aos alunos/as.

Boa parte da procura pelas aulas de professoras particulares²² eram em busca do ensino de primeiras letras, mas também acontecia de uma família contratar mais de um professor para ensinar seus filhos/as, já que a cada um seria facultada uma habilidade e assim o educando conseguiria ter um leque maior de conhecimentos disponíveis a partir das especificidades de vários mestres, embora eles executassem o ensino de forma separada e a cada um fosse reservado horário diferenciado. De acordo com Ladislau “as aulas de piano também eram muito bem requisitadas nos anúncios da Parahyba do Norte, pois a camada abastada da sociedade se apropriava dessa habilidade para mostrar distinção social, seguindo um modelo de civilização europeu” (LADISLAU, 2020, p. 50).

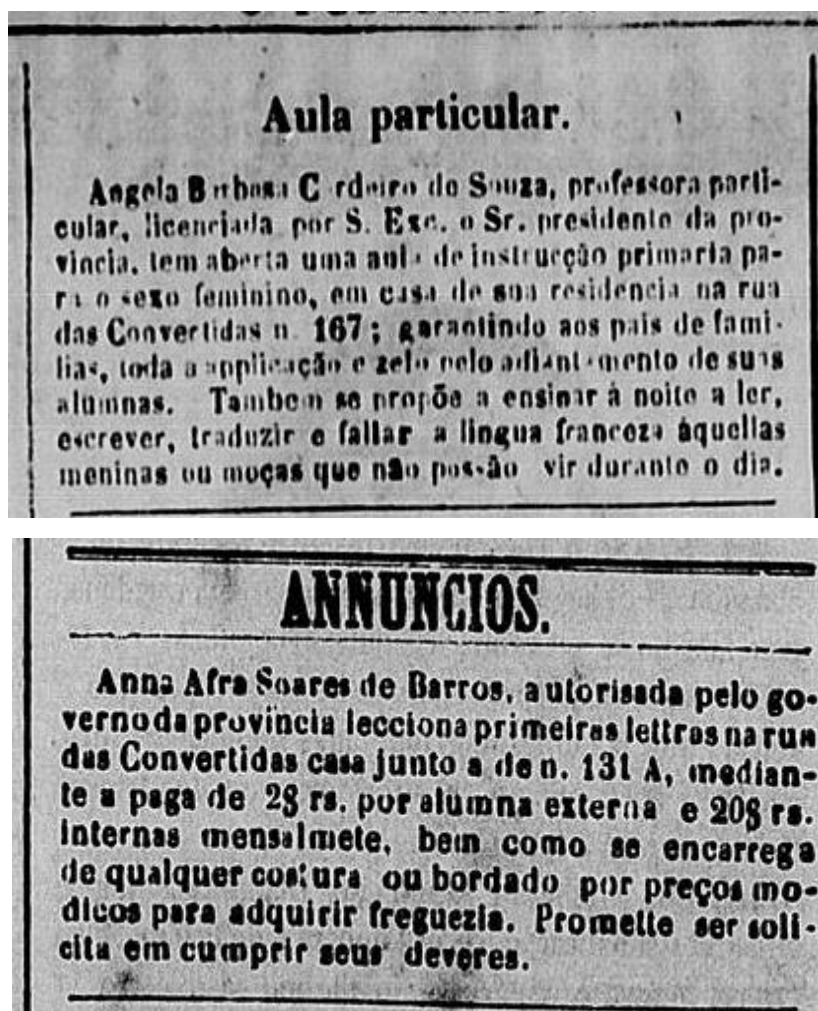
De acordo com Vasconcelos, “eram os pais que escolhiam, entre as matérias consideradas de educação, aquelas mais adequadas aos seus interesses para que fossem ministradas aos seus filhos” (VASCONCELOS, 2005, p. 75). Para Vasconcelos, “[...] o método individual foi, sem dúvida, o mais usado na educação de Oitocentos” (VASCONCELOS, 2005, p. 91). Os anúncios abaixo demonstram a importância dada a

²¹ Na mesma página de jornal onde está publicado o anúncio da professora Madame Tanny Boureau, encontra-se outro anúncio, provavelmente, do seu marido que também prestava trabalhos em casa – mesma residência da professora. “Auguste Boureau tendo mudado a sua residência da Rua da Viração para a Rua Direita casa n. 58, ahí acha-se estabelecido com sua officina de retratos, podendo ser procurado a qualquer hora do dia para tirar retratos [...] (O *Publicador*, 1864, p. 4).

²² É recorrente se utilizarem do termo “professor particular” para ofertarem seus serviços nos jornais. Contudo, em relação à nomenclatura, no século XIX, os professores particulares também podiam ser chamados de mestres. “[...] Ao longo das décadas da segunda metade de oitocentos, as nomenclaturas de professor e professora passam a ser usadas, indistintamente [...]” (VASCONCELOS, 2005, p. 53-54). Mas na segunda metade dos oitocentos muitos se denominam como professores ou professoras particulares.

participação dos pais na educação de suas filhas e as estratégias de escrita das professoras na tentativa de convencê-los, eles que eram seu principal público-leitor:

Imagem 20- Anúncios das aulas particulares das professoras Angela Barbosa Cordeiro de Souza e Anna Afra Soares de Barros.



Fonte: (*O Publicador*, 1869, p. 3 / 1867, p. 4).

Enquanto a professora Angela Barbosa dá garantia aos pais de família “toda applicação e zelo pelo adiantamento de suas alumnas”, a professora Anna Afra Soares avisa que dará aulas de prendas domésticas – ensinando costura e bordado –, por preços módicos. Esta última foi a única professora que anunciou o preço de suas aulas, podendo custar de 2\$rs a 20\$rs por aluna (poderia chegar ao custo da metade do valor que era cobrado aos anúncios dos assinantes no jornal *O Publicador*, que eram pagos a 40\$ rs por linha). Dos anúncios de professoras particulares localizados foi possível encontrar

também os mapas de frequência das aulas particulares da professora Anna Afra Soares de Barros.

Imagem 21- Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no corrente ano de 1866.

COMARCAS.	LOCALIDADES.	N.º das cadeiras.	NOMES DOS PROFESSORES.	N.º DE ALUNOS.	
				Masculino.	Feminino.
Capital.	Cidade Alta.	1	Manoel José Alves Branco.	37	9
		2	Adriano Francisco Ferreira Neves. ...	3	
		3	Francisca de Paula Pernambucana. ...		
	Bairro medio	4	João Licinio Velloso.	14	15
		5	Christovão de H. Chacon Dias Parede.	42	
	Varadouro..	6	Anna Afra Soares de Barros.		
		7	Manoel Virginio Ariense da Trindade	14	
Areia...	Areia.....	8	José Ignacio Guedes Pereira.	23	
Teixeira.	Boqueirão..	9	Marcos de Albuquerque Pessoa.	9	
		10	Padre Antonio F. Gonçalves Guimarães	40	
Somma.....				182	24
Total.				206	

Secretaria da Instrução Publica da Parahyba, 22 de Junho de 1866.

Fonte: (PAHARYBA DO NORTE, Relatório... 1866, p. 81).

Imagem 22- Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no corrente ano de 1867.

Localidades.	N. de cadeiras.	Nomes dos Professores.	N. dos alumnos.	
			Masculino.	Feminino.
Capital	1	Manoel José Alves Branco	46	
"	2	Adriano Francisco Ferreira Neves. . . .	2	
"	3	João Licínio Vellozo.	26	
"	4	Christovão de H. C. Dias Parede. . . .	50	
Mamanguape. .	5	Ignacio F. Serrano de Andrade. . . .	57	
Boqueirão.....	6	P.º Antonio F. G. Guimarães	66	
Capital	1	Anna Afra Soares de Barros		11
Somma			258	

Secretaria da Instrução Publica da Parahyba, 28 de Junho de 1867.

Fonte: (PAHARYBA DO NORTE, Relatório... 1867, p. 70).

Imagem 23- Listas das cadeiras do ensino primário da província, com declaração dos nomes dos respectivos professores.

Ns.	Localidades.....	Sexos.	Nomes.
1	Cidade alta.....	Feminino.	D. Arminda Augusta de Carvalho Chaves.
2	" ".....		D. Maria A. Peixoto de M. Henriques.
3	Bairro medio.....		D. Catharina Emilia Cavalcante Pessoa.
4	Varadouro		D. Anna Gertrudes de Hollanda Neiva.
5	Pitimbu		D. Dircêa Augusta da Silva e Mello.
6	Mamanguape		D. Senhorinha Angelica da Lapa.
7	Independencia		D. Maria Augusta de Siqueira Albuquerque.
8	Bananeiras.....		D. Serafina Leopoldina da Silva Borges.
9	Areia		D. Maria do Rosario Brasileira e Mello.
10	Alagoa Grande		D. Anna Clementina Paes Barreto.
11	Alagoa Nova.....		D. Maria Carolina Cabral de Vasconcellos.
12	Pilar		D. Maria Amelia da Veiga Pessoa.
13	Pedras de Fogo.....		D. Joaquina S. da Purificação Lima.
14	Campina Grande.....		D. Rosalina Tertuliana d'Almeida.
15	Ingá		D. Anna Afra Soares de Barros.
16	Natuba		D. Marcionilla Landelina de A. e Silva.
17	S. João.....		D. Clêa Eudocia de Brito Vianna.
18	Teixeira.....		D. Rita de Cassia Pessoa de Mello.
19	Pombal.....		D. Delfina Gonsalves de Souza Barros.
20	Catolé do Rocha.....		D. Florencia Maria de Vasconcellos.
21	Piancó.....		D. Maria Adelina Leite de Souza.
22	Misericórdia		D. Generosa da Costa Ramos.
23	Souza		D. Josefa Maria Pires Cavalcante.
24	Cajaseiras		D. Rufina Maria da Conceição Correia.

Secretaria da Instrução Publica da Parahyba, 31 de Agosto de 1869.

Fonte: (PAHARYBA DO NORTE, Relatório... 1869, p. 116).

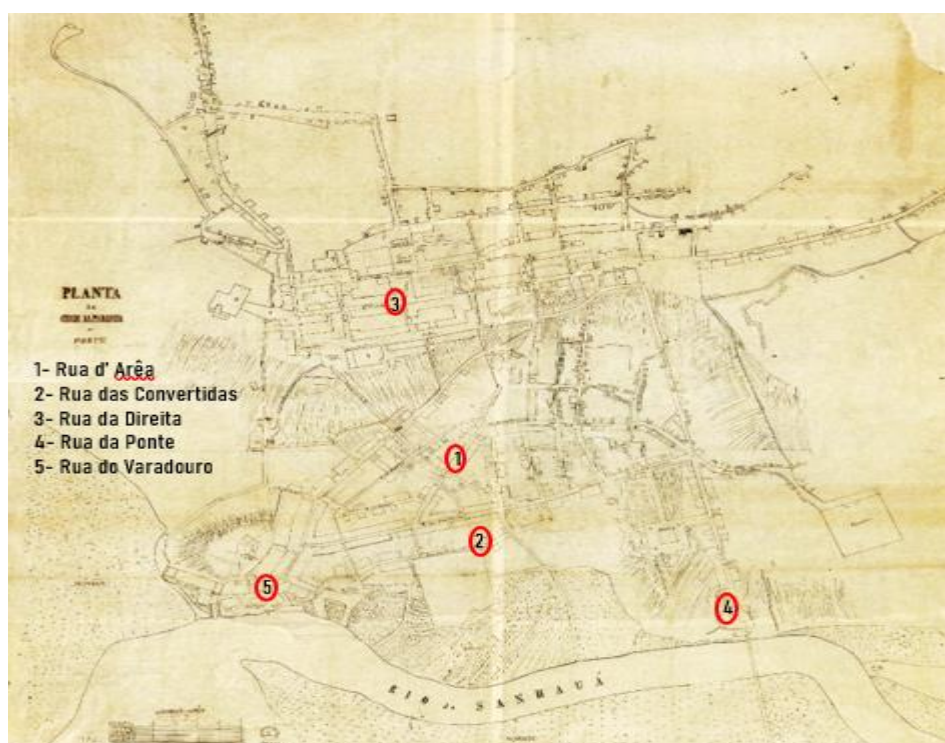
No ano de 1866, a professora Anna Afra Soares de Barros ministrou aula de instrução primária para o sexo feminino no bairro do Varadouro da Capital, tendo um total de 6 cadeiras frequentadas por 15 alunas. Passado apenas um ano, a professora terá um enorme decréscimo em seu mapa de frequência. Em 1867, ministra 1 cadeira de primeiras letras na Capital, frequentada por 11 alunas. No ano de 1869, Anna Afra é citada na Lista de professores que davam aulas de primeiras letras na Província. Desta vez, ela aparece na Cidade de Ingá, ministrando 15 cadeiras, o número de alunas não foi disponibilizado. Em nenhuma das fontes houve registro de que teria dado aulas ao sexo masculino.

Na Província da Parahyba do Norte, as professoras anunciavam nos jornais que ministravam aulas particulares nas casas das famílias, em suas casas ou nos Colégios privados. Para os pais de família que optavam pelo ensino privado e não destinavam suas filhas às escolas públicas, estes visavam, sobretudo, a manutenção do *status* social. A

educação desenvolvida no espaço privado era uma forma de distinção e estratégia de resistência na formação das elites; e a educação passa a fazer parte do discurso do governo imperial numa tentativa de construção de uma nação mais próxima do modelo europeu, ou seja, moderna e civilizada (MÉRIDA, 2013, P. 36).

Ademais, como os pais de família eram os responsáveis por decidir sobre a educação de suas filhas e por quem elas seriam ensinadas, o endereço de onde residiam as professoras ou os professores explicitado nos anúncios facilitava o encontro para uma possível contratação.

Imagem 24 - Lugares mencionados nos anúncios das professoras que ofertavam aulas particulares na Capital



Fonte: Planta da Cidade da Parahyba, s.d.; desenho a nanquim, papel vegetal; 104 x 100 cm. Setor de Cartografia, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ARC.017,07,021on). Este sumário indicando o número e as ruas foram alterações na fonte realizadas pela autora.

As ruas que estão em destaque entre números dentro dos círculos vermelhos demarcam os mesmos lugares mencionadas nos anúncios das professoras que ofertavam aulas particulares na Cidade da Parahyba.

Na Rua da Areia (nº 1) encontrava-se o local da aula particular da professora Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro que destinava instrução para o público feminino da cidade. Pela Rua das Convertidas (nº 2) a professora Anna Afra Soares de Barros

lecionava lições de primeiras letras e de costura e bordado para alunas internas e externas. Nesta mesma rua também lecionava Angela Barbosa Cordeiro de Souza, professora particular, licenciada por S. Exe. Sr. Presidente da província e que teve aberta uma aula de instrução primária para o sexo feminino, em casa de sua residência na rua das Convertidas. Ensinava à noite a ler, escrever, traduzir e falar a língua francesa às moças que não podiam aprender durante o dia.

Na Rua da Direita (nº 3) uma professora estrangeira, Madame Tanny Boureau, oferecia lições de piano e francês em casa, e também se disponibilizava a ir a qualquer casa que para isso se quisesse utilizar de seu préstimo. As horas marcadas eram as mais convenientes para suas alunas. Chegando a Rua da Ponte (nº 4) era possível ter aula particular do ensino primário ofertada para o sexo feminino pela professora Maria Silveira de Souza e Mello. E, no último anúncio encontrado, há o registro da oferta de aula particular de primeiras letras na Rua do Varadouro (nº 5), na residência da professora Ephigenia d' Albuquerque Lima.

As professoras do ensino particular parecem seguir a recomendação prevista na Lei nº 178 de 30 de novembro de 1864, promulgada pelo Presidente da Paraíba Sinval Odorico de Moura de não abrir cadeiras particulares no mesmo endereço em que funcionavam as aulas da instrução pública, como destaca o Art. 18º - “Ninguém poderá abrir escola, ou outro qualquer estabelecimento da instrução nos lugares onde houverem aulas públicas, sem prévia autorização do governo, ou do diretor” (LEIS E REGULAMENTOS... 2004 [1864], p. 174). A Rua Direita é a única exceção dos anúncios a ter o funcionamento de aulas particulares femininas mais próximas aos ambientes de instrução pública. Entretanto, de acordo com Barros, o professor Graciliano Lordão, oferecia aula particular no "beco da Companhia, n. 2", uma transversal da Rua Direita (BARROS, 2017).

Diante disso, reforçando o que foi dito anteriormente, a circulação dos anúncios das professoras serviam como uma vitrine para o comércio da instrução: destacavam atributos sobre moralidade, difundiam a mão de obra e facilitavam uma possível contratação pelos pais de família. Saber dos locais onde disponibilizavam suas aulas nos permite conhecer também a circularidade dessas mulheres na Cidade da Parahyba, e entender que, mesmo oferecendo uma atividade pública, eram dentro de suas residências o local onde continuavam a desenvolver suas experiências como esposas, mães e professoras.

3.2.1 Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques – Professora

Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques é fruto de uma família abastada no Império. Ela nasceu no ano de 1825, na Cidade da Parahyba, e faleceu em 1890 aos 65 anos. Seu pai foi o Cirurgião-mor José Thomaz Henriques, que em 1829 exerceu o cargo de Governador da Paraíba (FREIRE, 1987). Sua mãe chamava-se Ana Joaquina de João José Meira, que teve ao menos cinco filhos além de Idalina. Foram seus irmãos o Dr. Antônio José Henriques; o Coronel José Thomáz Meira Henriques; o Conselheiro Manuel Tertuliano Thomaz Meira; o Padre Leonardo Antunes de Meira Henriques e a senhora Altina Luiza Meira Henriques (SOUZA, 2016).

Quando Idalina Margarida assumiu o cargo de professora no Colégio de Nossa Senhora das Neves possuía 34 anos. Segundo o relatório de província da Parahyba do Norte de 1859, seu nome estava relacionado ao quadro de professoras de uma das mais importantes escolas de meninas da Capital à época. O então presidente da província Henrique de B. Rohan disse na ocasião que:

Nunca tive durante a minha administração um momento de tanta satisfação como n'aquelle em que vi realizado o pensamento da assembléa provincial, em prol da educação do sexo feminino. Hoje possuhe a Parahyba, no Collegio de Nossa Senhora das Neves, um estabelecimento que offerece aos paes de familia os meios necessários para a conveniente instrucção de suas filhas. Nomeei directora do collegio a Sra. Rozalina Tertuliana de Almeida, a qual, além deste encargo, tem igualmente o de professora de instrucção primária. Para professora de Geographia e historia nomeei a Sra. D. Idalina Margarida d'Assumpção Henriques (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1859, p. 138).

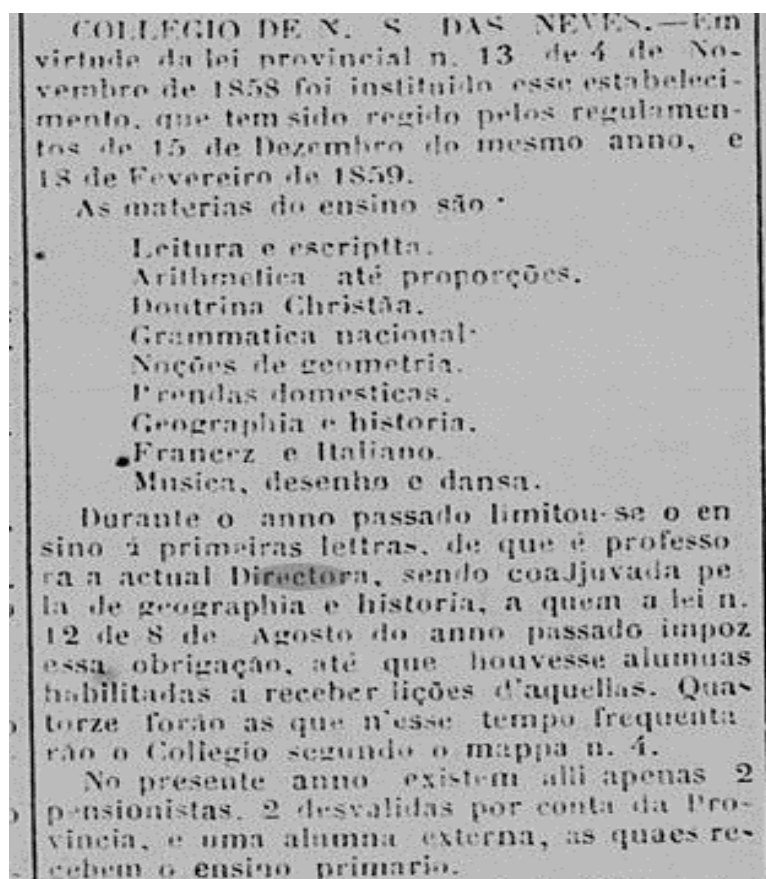
Como docente ministrou as matérias de geografia, história e primeiras letras. Em 1865, aos 40 anos, assumiu o cargo de diretora do colégio particular para meninas, Colégio Nossa Senhora do Carmo. Aliás, não apenas exerceu o cargo de diretora como foi ela mesma a fundadora. Para Souza:

Idalina assume como diretora da escola uma posição associada ao sexo masculino, rompendo com as tradições culturais que negavam à mulher administrar uma empresa privada. Nesse sentido, mais uma vez ela se torna uma pioneira entre as mulheres de sua época (SOUZA, 2016, p. 44).

Idalina atuou como professora no Colégio de N. S. do Carmo, que manteve na Capital²³. Souza aponta que “possivelmente ela deveria ter tido apoio e ajuda da elite para continuar com esse trabalho educativo durante o funcionamento da escola, mesmo com recursos menores do que os destinados à instrução para meninos” (SOUZA, 2016, p. 45).

A professora também se utilizava dos jornais para anunciar a disponibilidade das aulas oferecidas ao público feminino da cidade. A notícia abaixo refere-se ao Colégio de N. S. das Neves e informa o ano em que o estabelecimento foi instituído, como também avisa sobre as matérias a serem oferecidas e o número de frequência das alunas.

Imagem 25 – Anúncio Colégio N. S. das Neves



Fonte: *A regeneração*, 1861, p. 3.

²³ A última menção ao Colégio em funcionamento foi localizada no Relatório do Presidente de Província de 1870, assinado pelo Diretor da Instrução Pública Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Disponível em:

http://ddsnext.crl.edu/titles/178?terms=Idalina%20&item_id=4076#?h=Idalina&c=4&m=58&s=0&cv=27&r=0&xywh=705%2C1145%2C949%2C669. Acesso em 02 de nov. de 2022.

Henrique de Beaurepaire Rohan – então presidente da Província da Parahyba do Norte –, assinou o decreto de Lei nº 13 de 4 de novembro de 1858, concedendo, assim, a ordem de abertura ao Colégio de Nossa Senhora das Neves (EGITO, 2008). No mês seguinte, impôs a Lei nº 439 de 15 de dezembro de 1858, dispondo das atribuições do cargo de diretora:

Art. 32º - O Presidente da Província nomeará uma diretora, que será ao mesmo tempo professora do ensino primário no Colégio.

Art. 33º - Como professora gozará a diretora das mesmas vantagens que competem as demais professoras da Capital.

Artr. 34º - Como diretora, além de seus vencimentos, de professora, perceberá a gratificação de 300\$ anuais.

Art. 35º - Tem a seu cargo o governo e economia interna do estabelecimento, e apresentará ao presidente da província no fim de cada semestre um balanço da despesa do mesmo (LEIS E REGULAMENTOS... 2004 [1858], p. 174).

Essa diretora tão citada nos artigos da referida Lei é Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques. Que tanto na notícia do jornal, quanto na legislação aparece ocupando não só o cargo de diretora, mas também de professora das matérias de geografia, história e primeiras letras. Aliás, no início do funcionamento do Colégio de N. S. das Neves essa última matéria era a única oferecida no estabelecimento.

O público predominante das aulas particulares oferecidas pelas professoras no século XIX, eram as filhas das elites e as matérias ensinadas objetivavam o aprendizado para a vida no lar doméstico. Por isso, havia inserida como matéria, o ensino de prendas domésticas²⁴. Mas ser um colégio para meninas da elite²⁵ não impediu que alunas pobres tivessem instrução formal. De acordo com Egito, “ainda estava previsto pelo regulamento do colégio, no Artigo 6º que na classe das internas, poderia haver a admissão gratuitamente de duas órfãs desvalidas, na classe das semi-pensionistas, três, e na das externas, seis” (EGITO, 2008, p. 127). No entanto, a coeducação entre meninos e meninas não era permitido, isso porque havia forte influência da moral religiosa e do ideário de civilização corrente no período de que as mulheres, por suas “virtudes femininas”, deveriam cuidar da educação das meninas.

²⁴ Munhoz diz que “[...] não houve uma definição específica sobre quais seriam as tais prendas, mas as práticas foram, principalmente, do ensino de costura e bordado” (MUNHOZ, 2018, p. 5).

²⁵ Conforme afirma Egito, “O Colégio, apesar de ser mantido em grande parte com recurso público, também contava com as mensalidades pagas pelas alunas, cujo valor, variava de acordo com tipo de vínculo” (EGITO, 2008, p. 127).

Segundo Almeida, “na terminologia pedagógica, coeducar refere-se ao ato educativo no qual ambos os sexos se educam em comum na escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos, todos sob uma direção comum” (ALMEIDA, 2007, p. 166). Para a cultura moralizante da época, havia o debate de que ter professores e alunos do mesmo sexo em um mesmo ambiente provocaria o risco de contaminação da pureza do alunado, sobretudo, do público feminino²⁶.

Durante o tempo em que exerceu funções no Colégio de N. S. das Neves, Idalina recebeu como diretora e professora o ordenado no valor de 116\$666, mais a gratificação²⁷ de 50\$000 réis. Para se ter uma ideia da valorização salarial que possuía, o mesmo Colégio pagava ainda a quantia de 33\$334, mais a gratificação de 66\$666 réis à uma professora de Geografia – matéria que a mesma lecionou, mas provavelmente esse salário já estava incluso no valor total de 116\$666, haja vista que a Lei nº 18 de 16 de agosto de 1860, menciona separadamente os ordenados recebidos pelos funcionários do Colégio. Contudo, para exercer o direito à docência, Idalina teve que cumprir os requisitos previstos no Relatório de 1869:

Com quanto se não dêa proscrever absolutamente o ensino particular primário, entendo que ele deve passar pelos mesmos tranmites, porque passar o ensino publico primário. Em outros termos, para sêr-se professor particular dêve-se exigir, além dos requisistos do artigo 47 do regulamento da instrucção publica, o ter sido aprovado plenamente em algum concurso publico para o professorado. Sem esta condição entendo que se não dêve absolutamente conceder licença para ensinar-se particularmente (PARAHYBA DO NORTE, Relatório... 1869, p. AB-6).

Não foi possível encontrar registros históricos que apontem a trajetória de Idalina como aluna ou em que circunstância se deu a sua formação de professora, pois seu nome não é mencionado nas listas de frequência de aulas na Província da Parahyba do Norte. Possivelmente, teria concluído seus estudos fora da Província e retornado já como magistrada. O Colégio de N. S. das Neves foi o ponto de partida de Idalina na condução administrativa de uma instituição de ensino paraibana. Mas esta experiência durou pouco tempo. Criado em 1858, fechou as portas dois anos depois, em 1860, e só voltaria às

²⁶ Segundo Almeida, “no século XIX, o sistema público de ensino contava com classes mistas mais por forças das circunstâncias econômicas que acatamento de ideais coeducativos” (ALMEIDA, 2007, p. 181).

²⁷ Ordenado é como se chamava à época o salário pago aos funcionários do Estado. Já a gratificação servia como pagamento extra e poderia ser utilizada para pagamento do aluguel da casa onde havia aulas de instrução ou ainda para obtenção de materiais de ensino.

atividades em 1895, dessa vez sob nova direção de uma figura masculina²⁸. Egito conta qual foi o destino de Idalina e das outras professoras que lecionavam lá:

Com o fechamento do Colégio Nossa Senhora das Neves, sobrou, além das cadeiras públicas de primeiras letras, apenas a possibilidade de contratação de preceptoras, senhoras de comprovada idoneidade que acompanhavam a instrução das meninas no espaço doméstico, ensinando-lhes o que era necessário, o que em geral resumia-se a algumas prendas domésticas, uma vez que deveriam apenas ser boas donas de casa. Como previsto no Regulamento do Colégio, em caso de fechamento da escola, as professoras deveriam ser remanejadas para as cadeiras públicas femininas de outras cidades. E foi exatamente o que ocorreu. Quando findaram as atividades do Colégio, em 1860, a diretora foi mandada para Campina Grande, com o intuito de se responsabilizar pela cadeira de ensino de primeiras letras (EGITO, 2008, p. 129).

Mas a estadia de Idalina em Campina Grande durou pouco tempo. Alguns anos depois ela retorna à Cidade da Parahyba para erguer aquele que seria, por cerca de uma década, um dos principais colégios particulares (em funcionamento) destinado ao público feminino, denominado Colégio de N. S. do Carmo. Para abrir a instituição particular de ensino, ela teve que seguir as normas presentes na Lei nº 178 de 30 de novembro de 1864, promulgada pelo Presidente da Paraíba Sinval Odorico de Moura que previa:

Art. 18º - Ninguém poderá abrir escola, ou outro qualquer estabelecimento da instrução nos lugares onde houverem aulas públicas, sem prévia autorização do governo, ou do diretor.
 §1º - Nos lugares, onde não houverem escolas públicas, a licença para ensinar, poderá ser concedida pelo Diretor.
 §2º - As qualidades pessoais, habilitação, e mais condições para obter essas licenças serão estabelecidas no Regulamento.
 §3º - O que tiver sido habilitado na escola normal poderá obter licença para ensinar, independente de mais outra prova de habilitação.
 (LEIS E REGULAMENTOS... 2004 [1864], p. 174).

Não poder estabelecer colégio particular próximo à localização de onde ocorre aulas públicas supomos ser uma forma estratégica, tanto para o favorecimento de obter maiores frequências no setor público, quanto para manter o *status* social das elites, dividindo o alunado em ambientes diferentes. Aos colégios particulares caberia maior circulação de aprendizes vindos das classes sociais mais abastadas, enquanto a esfera

²⁸ De acordo com Egito, “Após assumir a recém-criada Diocese da Paraíba, em 1892, Dom Adauto de Miranda Henriques, em 1865, reabriu o já extinto Colégio de N. S. das Neves” (EGITO, 2008, p. 130).

pública possuía uma frequência de estudantes originários de classes diversas. A esfera de ensino privado ainda garantia uma tímida participação dos que não tinham condições de matricularem-se em colégios particulares.

Para Freire “o Colégio de N. S. do Carmo era o melhor colégio da Capital, o único no gênero, com Curso Primário, Secundário, prendas domésticas e artes. Funcionou de 1865 a 1875, ano em que faleceu a sua fundadora” (FREIRE, 1987, p. 194-196). Porém, ao contrário do que a autora diz, o jornal *Gazeta da Parahyba* divulgou uma nota de falecimento da professora Idalina em 1890: “Falleceo hontem a Exma. Sra. D. Idalina Margarida de Assumpção Henriques. A finada contava 65 annos de idade e foi professora particular durante muitos annos n’esta Capital, onde em tempos idos tivera um Collegio [...]” (*Gazeta da Parahyba*, 1890, p. 2). E, ainda que a instrução particular secundária não apareça mencionada nos anúncios de jornais (onde encontramos apenas a divulgação da oferta ao ensino primário), o Relatório do Presidente de Província de 1869, assinado pelo Diretor da Instrução Pública Silvino Elvidio Carneiro da Cunha afirma que o Colégio de Idalina ensine “tambem materia de instrucção secundaria” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório... 1869, p. AB-6). De acordo com esta fala do Diretor da Instrução, podemos considerar que a instituição fundada por Idalina também era dedicada ao ensino secundário.

Consta no regulamento de criação de 1862, o pedido de Idalina e suas irmãs para possuir a licença de abertura do Colégio. Até 1865, quando a licença oficial para funcionamento é obtida e quando a escola começa a ser regulamentada, havia apenas o ensino das aulas de primeiras letras. Uma das primeiras menções oficiais deste colégio está no Relatório de Província de 1862, assinado pelo Presidente Dr. Francisco de Araújo Lima que diz o seguinte:

Achão-se registradas na Secretaria desta Directoria 23 licenças para aberturas de escolas particulares. Entre ellas figura a do estabelecimento do Collegio de N. S. do Carmo para meninas, sob a direcção de D. Idalina Margarida de Assumpção Henriques e duas irmãs. Os respectivos estatutos forão aprovados por Portaria de 25 de Janeiro do presente anno; mas o collegio ainda não funciona regularmente, limitando-se o ensino de primeiras letras. A’ falta de estabelecimentos desta natureza, que tantos beneficios podem trazer a educação das jovens parahybanas, até hoje, privadas dos meios de obterem uma instrucção condigna á sua natural aptidão, e a capacidade da directoria no Collegio de N. S. do Carmo, o fazerem merecedor de toda a protecção (PARAHYBA DO NORTE, Relatório...1862, p. AG-8).

Dos vinte e três pedidos de licenças para aberturas de aulas particulares, não foi citado quantos estavam relacionados ao ensino particular feminino. O que, de fato, pode ser encontrado nas fontes é a concessão da licença para o Colégio de N. S. do Carmo. Embora também conste que a instituição era dirigida por Idalina e suas irmãs²⁹, apenas o nome de Idalina é quem ganha destaque e é mais frequente nos anúncios de jornais e relatórios da instrução particular da Província. A administração de Idalina neste estabelecimento rendeu-lhe muitos elogios – que também podem ser encontrados nos Relatórios de Presidentes de Província da Parahyba do Norte.

No Relatório apresentado pelo 1º Vice-Presidente Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866, a gestão da professora é enaltecida: “[..] em quanto, porém, ao de meninas, dirigido por D. Idalina Margarida da Assumpção Henriques, tenho satisfação em fazer saber á V. Exc. que progride com vantagem e aproveitamento de 22 alumnas que ali aprendem” (RELATÓRIO, 1866, p. A8-9). Cerca de quatro anos depois, os elogios à sua administração se mantêm por parte dos Presidentes de Província:

Existem actualmente 8 cadeiras, sendo 6 do sexo masculino, e 2 do feminino. No anno próximo passado frequentaram aquellas 260 alumnos, e estas 67. Tratando destas escolas, **cumpre-me mencionar entre outros com louvor os collegios de D. Idalina Margarida da Assumpção Heriques do sexo feminino**, e Manoel José Alves Branco, do sexo masculino, nesta Capital, pelo interesse dos seus mestres e aproveitamento dos discípulos, nas quaes se ensinão também matéria de instrucção secundaria (PARAHYBA DO NORTE, Relatório... 1869, p. AB-6. Grifos nossos).

É visível a discrepância entre a oferta de instrução destinada ao público masculino e feminino, em que menos da metade de cadeiras disponíveis eram frequentadas por meninas, tendo como matriculados no total o número de 260 alunos do sexo masculino e 67 do sexo feminino. A Diretora Idalina é louvada, mais uma vez, por sua atuação à frente do Colégio, o que indica a adesão da população, sobretudo, os pais em matricularem suas filhas na esfera privada e exclusiva à este público. Os elogios também são importantes para compreender a permanência do funcionamento deste colégio, uma vez que havia normas sobre a manutenção de tais instituições como, por exemplo, o baixo número de frequência de matrículas dos alunos que acarretaria no fechamento de cadeiras isoladas

²⁹ Foi localizada apenas o nome de uma irmã de Idalina, chamada Altina Luiza Meira Henriques (SOUZA, 2016, p. 45).

ou Colégios. Na imagem abaixo é possível ver o Mapa de frequência das aulas particulares na Parahyba do Norte, com destaque para a professora e diretora Idalina:

Imagem 26- Mapa dos alunos que frequentam diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino, como do feminino no ano de 1865.

Localidades.	Numeros.	Nomes dos Professores.	Sexo.	N.º de alumnos.	TOTAL.
Capital	1	João Hamilton	Masculino	31	86
Idem	2	Christovão de Hollanda C. Dias Parede		27	
Idem	3	Manoel Alves Branco		28	
Capital	4	Francisca de Paula Pernambucana	Feminino	20	84
Idem	5	D. Idalina d'Assumpção Henriques		17	
Cabedello	6	Rosalina Joaquina Soares		6	
Pedras de Fogo.	7	Dina da Silva Coutinho		41	
Somma					170

Secretaria da Instrução Publica da Parahyba, 30 de Junho de 1865.

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Relatório... 1865, p. mapa 3.

O mapa de frequência de 1865 é o primeiro que se tem notícia a citar os dados de matrícula das aulas oferecidas pela professora Idalina, no Colégio de N. S. do Carmo. Neste ano, haviam 17 meninas matriculadas nas matérias lecionadas pela professora e diretora do colégio, de um total de 84 alunas que frequentavam aulas ministradas por outras professoras. A distinção entre “Colégio”, “Aulas” ou “Professores particulares” não fica clara nas fontes do período. Aparece nos relatórios oficiais o nome de Idalina ao lado das professoras Francisca de Paula Pernambucana (20 alunas frequentaram suas aulas particulares na Capital); Rosalina Joaquina Soares (ministrou aulas particulares para 6 alunas em Cabedelo) e Dina da Silva Coutinho (41 alunas frequentaram as aulas em Pedras de Fogo) – indícios de que, possivelmente, o Colégio de N. S. do Carmo não era o único espaço exclusivo para a instrução de meninas, como afirma (SOUZA, 2016, p. 44).

No ano seguinte, houve um aumento de 22 alunas matriculadas, conforme o Relatório do 1º Vice-Presidente Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866. Como o colégio vinha progredindo na procura pelo ensino particular das meninas, no Relatório de 5 de agosto de 1867, o 2º Vice-Presidente Barão de Maráu chama atenção para que fossem feitas melhorias no ambiente. Esta fala do Barão de Maráu também foi publicada no jornal *O Publicador* no mesmo ano. É possível fazer uma comparação entre

a publicação do jornal, sobre as condições do colégio, com a fotografia retirado por Walfredo Rodrigues acerca da Rua em que a instituição funcionava no século XIX:

Imagem 27 – Crítica ao Colégio N. S. do Carmo pelo 2º Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte Barão de Maráu

O collegio de meninas. estabelecido nesta capital sob a direcção de D. Idalina Margarida d'Assumpção Henriques, prestaria um optimo auxilio á educação de seu sexo, se fossem melhor aproveitadas as condições em que se acha; porém tenho informações que esse collegio, além de estar em uma casa acanhada e incommoda para as internas. carece de mestras habilitadas.

Fonte: *O Publicador*, 1867, p. 1.

Imagem 28 – Trecho da Rua Direita, atual Duque Caxias, 1871.



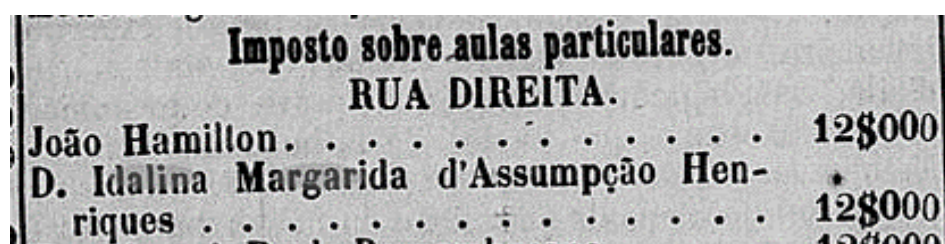
Fonte: RODRIGUES, Walfredo. 2 séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930). João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

A primeira imagem trata-se de uma crítica feita pelo 2º Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, Barão de Maráu, às condições, segundo ele, “incômodas” em que se encontravam as alunas do Colégio N. S. do Carmo. Pede melhorias na ampliação do espaço onde as aulas aconteciam, bem como a contratação de professoras que fossem habilitadas. Nesta última crítica, o Barão de Maráu põe em dúvida a capacidade e a habilitação para o exercício do cargo que as mestras, deveriam e provavelmente possuíam para lecionar. Haja vista que, um dos critérios contidos na legislação que regulava a instrução da Província para criação e funcionamento de um colégio particular era de que “§3º - O que tiver sido habilitado na escola normal poderá obter licença para ensinar, independente de mais outra prova de habilitação (LEIS E

REGULAMENTOS... 2004 [1864], p. 174). Como o Colégio tinha a licença para atuar, supõe-se que Idalina e demais professoras possuísem habilitação regulamentada pela Lei.

O colégio encontrava-se à época na Rua Direita, atual Rua Duque de Caxias, onde funcionou o Museu Fotográfico Walfredo Rodrigues, na Capital da Paraíba (Freire, 1987). Na imagem acima, é possível ver entre as casas de primeiro andar, casas mais acanhadas, em algumas dessas moradias, de acordo com Freire, se estabeleceu o Colégio de N. Senhora do Carmo. No jornal *O Publicador*, se encontra o valor que Idalina pagava de impostos sobre as aulas particulares que ministrava situadas na Rua Direita, provavelmente, no Colégio N. S. do Carmo:

Imagem 29 –Imposto sobre aula particular da professora Idalina Margarida Assunção Meira Henriques – Rua Direita, Cidade da Parahyba.



Imposto sobre aulas particulares.	
RUA DIREITA.	
João Hamillon	12\$000
D. Idalina Margarida d'Assumpção Hen- riques	12\$000

Fonte: *O Publicador*, 1864, p.4.

A partir das administrações de Idalina à frente da educação feminina na Cidade da Parahyba, pode-se perceber também o espaço onde se adquiria a instrução como um lugar de experiências de lutas e conquistas das mulheres no século XIX, não só pela ampliação das aulas destinadas às meninas, mas no que diz respeito ao seu direito de estudar e poder frequentar as aulas de primeiras letras. Também de afirmação das professoras enquanto partícipes da construção da educação na província, buscando demonstrar a capacidade intelectual colocada em dúvida pelo pensamento patriarcal vigente à época, que impunha restrições para que as mulheres ocupassem ambientes públicos ou de instituições privadas que pudessem favorecer maior liberdade social.

Assim, a construção da história da professora e diretora Idalina Margarida só se faz possível por sua forte presença nos anúncios das páginas dos jornais paraibanos e relatórios de presidentes de província – fontes importantes, justamente porque revelam como estes embates sobre a emancipação intelectual e social da mulher foram travados na Província da Parahyba do Norte. O caso dela ser uma mulher a instituir e dirigir uma

instituição de instrução particular, em pleno século XIX, é revelado a partir do registro da sua atuação como professora e diretora nos anúncios de periódicos paraibanos. Conhecer parte do muito que foi Idalina é descobrir a história de uma mulher pública que, atuou e fez história nos ambientes privados da educação feminina.

3.3 – Atrizes nos anúncios das peças dos Teatros Paraibanos

No século XIX, período em que as mulheres começaram a conquistar espaços na vida pública das cidades, o teatro aparece como um lugar que promove e, até mesmo, apoia a permanência da figura feminina na realização de trabalhos que conferem à elas certa autonomia, nas esferas econômica, cultural e política. No teatro a maioria das companhias eram dirigidas por homens que seguiam comportamentos enraizados no pensamento patriarcal. Realizar uma peça em que a atriz deve estar vestida e atuando como personagem masculino é exemplo disso – cenas, inclusive, frequentes nas peças de teatro brasileiro, no período imperial.

Assim como a maioria das casas teatrais de outras províncias do Brasil, na Parahyba do Norte, os primeiros edifícios erguidos com destinação a receber apresentações das companhias de teatro receberam investimentos de grupos particulares, além da vendagem de ingressos ao público em geral. Respectivamente, o Teatro Santa Cecília fundado entre 1857 a 1859, na cidade de Mamanguape e o Teatro Recreio Dramático criado no ano de 1859, em Areia, foram idealizados por homens, que entre outras profissões exerciam também a dramaturgia e fizeram parte das chamadas “Sociedades Dramáticas” – responsáveis por agrupar atores e atrizes a fim de se constituírem ao longo do tempo em companhias teatrais.

No jornal *O Publicador* localizamos oito atrizes mencionadas, sobretudo, nos anúncios das peças de teatro apresentadas não só em palcos paraibanos, mas também recifenses, já que havia em meados do século XIX, uma intensa rota comercial e cultural entre as cidades do interior das Províncias Parahyba do Norte e Pernambuco. As atrizes estão listadas no quadro abaixo, seguindo a escrita dos seus nomes, o título das peças das quais fizeram parte do elenco e o ano em que o informe aparece citado nas seções do periódico paraibano:

Quadro 4 – As atrizes nos anúncios do *O Publicador*

Atriz	Peça/apresentação anunciada e personagem	Ano
Olimpia Augusta de Oliveira	Recebe a dedicação de um poema escrito por Pinheiro Caldas, que exalta suas apresentações no Theatro Areiense.	1865
	Peça O Anjo da Paz. Personagem: Condeça	1866
	Peça MÃI. Personagem: Eliza, filha de Gomes	1866
Virginia	Peça Uma Scena de Nossos Dias	1866
Maria da Gloria	Peça O Anjo da Paz. Personagem: Maria	1866
	Peça Abençoada Resignação Personagem: “Vestida de Homem”	1866
	Peça MÃI. Personagem: Joanna	1866
	Peça Por causa de um Algarismo ou O Soldado N. 9.	1866
Clelia de Carvalho	Peça Os Amores de Cleopatra	1867
	Dueto O Estudante e a Lavadeira	1867
	Peça Tchang - Tching - Bung! Personagem: Florentina	1867

	Peça Dalila	1867
D. Leopoldina	Peça A Escrava Andréa Personagem: Andréa	1867
D. Camara	Peça Dalila Peça A Escrava Andréa Personagem: 2º Marinheiro	1867 1867
Emilia Bernardina de Pontes	Peça Os Amores de Cleopatra Peça A Escrava Andréa Personagem: 1º Marinheiro Peça O Algorismo Personagem: Rosalina Peça Dalila	1867 1867 1867 1867
D. Jesuina	Peça O Algorismo Personagem: Dorotéa	1867

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das notícias do jornal *O Publicador*.

Das dez peças encenadas por mulheres, que foram citadas nos anúncios do jornal e estão destacadas no quadro acima, somente em uma delas é feita menção direta ao teatro corrente na Cidade da Parahyba. O que para época era uma novidade, já que as cidades de Mamanguape e Areia monopolizavam a realização das apresentações das companhias de teatro. Na ocasião, a peça foi dedicada à atriz Virginia, por ser a primeira vez que ela pisava em palcos paraibanos, atuando no drama escrito pelo poeta brasileiro Calasans. O drama teve como título “Uma Scena de Nossos Dias”, dividido em quatro atos, como mostra o anúncio:

Imagem 30 – Anúncio da peça teatral *Uma Scena de Nossos Dias*



Fonte: *O Publicador*, 1866, p. 4.

Na Cidade da Parahyba, até a construção do Teatro Santa Rosa em 1889, as companhias de artistas de palco se apresentavam em locais adaptados. De acordo com Palhano, geralmente eram espaços como “tablados armados nos adros das igrejas; espaços abertos alternativos e, na melhor das hipóteses, em função das circunstâncias em que comumente se encontravam, especificamente nas ruas, tendo em conta a precariedade da iluminação” (PALHANO, 2009, p. 70). Houve, em 1853, a criação da construção de um prédio que tivesse como finalidade se tornar o primeiro teatro da capital paraibana. Mas, essa função nunca veio a ser exercida neste estabelecimento, que se tornou em 1868, abrigo do Tesouro Provincial.

Provavelmente, a atriz Virginia ao chegar na Capital da província paraibana encontrou um público diverso daquele que se fazia presente nos teatros de Mamanguape

e Areia, durante boa parte da segunda metade do século XIX. Público este que as atrizes Olimpia e Maria da Gloria tiveram contato de perto, quando de suas apresentações nessas duas cidades.

Olimpia Augusta de Oliveira é uma das atrizes citadas nos anúncios do *O Publicador*, em duas peças apresentadas no ano de 1866, denominadas “O Anjo da Paz” e “Mãe”. Esta última peça faz parte do drama escrito em quatro atos, do poeta brasileiro José de Alencar. As duas peças foram dirigidas pelo artista Sacramento. No ano anterior, o mesmo periódico publica na seção *A Pedido*, um poema dedicado à atriz Olimpia, escrito por Pinheiro Caldas, que em alguns trechos diz:

E’ árdua, escabrosa, cercada de espinhos
A estrada que eu, óra, te vejo trilhar!
Carece de alento, de forças carecer,
Se afim a victoria quiseses cantar!

[...] Actriz, tu na scena revellas talento!
Um dia no palco tu has de reinar!
Que o estudo aproveito, e após o trabalho
Succedem-se os dias de ledô folgar!

[...] Avante! Que ao fim da jornada
O porto, que almêjas, de certo has de achar;
Então o caminho juncado de flores
E c’rôas de louro na fronte a brilhar!

(Pinheiro Caldas, Cidade d’Arêa, 1 de novembro de 1855).

Ao final da poesia, pela data e lugar citados, percebemos que se trata de uma atriz que esteve em cena nos palcos da Província da Parahyba do Norte, na cidade de Areia. E embora o poema tenha sido publicado pelo jornal em 1865, a data original em que foi escrito por Pinheiro Caldas é de 1855, ou seja, foi escrito ainda quando o edifício do Teatro Recreio Dramático não havia se estabelecido. O poema transformado em matéria jornalística, após dez anos de escrito, demonstra que a atriz Olimpia continuava exercendo suas funções artísticas e sendo admirada por alguns dos seus expectadores. Além disso, o poema relata como a vida de atriz era cercada de muito trabalho, e quando suas apresentações chegavam ao fim, Olimpia seguia rumo ao Porto. De acordo com Palhano:

A trajetória litoral/sertão e sertão/litoral, dava-se a partir da estrada real Mamanguape/Areia, que era um dos únicos acessos para o Oeste da Província. Têm-se assim, notadamente, as

particularidades essenciais e fundamentais, que sedimentaram as bases para o paralelo desenvolvimento dessas duas localidades: Mamanguape, com seu porto de Salema, e Areia, como elo entre litoral e sertão (PALHANO, 2009, p. 123).

Além das cidades de Areia, Mamanguape e da Cidade da Parahyba, Recife também completava a rota teatral durante a segunda metade do século XIX, com o seu imponente Teatro Santa Isabel, inaugurado em 18 de maio de 1850, na província de Pernambuco. Aliás, O Teatro Santa Isabel influenciou os primeiros teatros da Parahyba e também fomentou a ida de vários atores e atrizes aos palcos paraibanos. No periódico do *O Publicador*, é possível encontrar diversos anúncios das peças que eram encenadas no Teatro Santa Isabel, em Recife, a exemplo do anúncio da imagem a seguir:

Imagem 31 – Anúncio da peça teatral *Os Amores de Cleopatra*



Fonte: *O Publicador*, 1867, p. 4.

Além de Clelia de Carvalho, as atrizes Leopoldina, Eugênia Câmara e Maria da Glória fizeram parte da Sociedade Dramática de Santa Isabel e tiveram suas peças anunciadas na imprensa da Parahyba do Norte. Em um dos anúncios que tem a atriz Maria da Glória como parte do elenco, chama atenção o tipo de personagem que ela interpretaria. Assim ela foi anunciada:

Companhia Dramatica sob a direção do artista Sacramento. Estreia da Companhia. Representar-se-há pela 1ª vez neste teatro, o muito lindo drama em 3 actos original portuguez, do distincto dramaturgo Barros.

Abençoada Resignação. Dará fim ao espectáculo uma linda scena cômica, pela distincta atriz, D. Maria da Gloria (vestida de homem) que tem por titulo, O Sr. Domingos Fora do Sério. Principiará às 8 horas. (*O Publicador*, 1866, p. 4. Grifos nossos).

As atrizes sofriam preconceitos tanto por estarem trabalhando em espaços públicos, quanto por exercerem uma atividade que era vista por muitos como ilegítima. Havia também o contrário, segundo Rocha, “no início do século ainda existiam companhias em que personagens de mulheres eram interpretados por homens vestidos com roupas e maquiagem de mulheres” (ROCHA, 2020, p. 8). Ainda segundo a autora, os olhares de alguns viajantes estrangeiros, frequentadores dos teatros brasileiros, uma atriz que não fosse prostituta não seria própria para se apresentar em teatros.

Desse modo, a partir dos anúncios de atrizes no jornal *O Publicador*, foi possível localizar quem eram as mulheres que estavam realizando atividades em espaços públicos, como os teatros, e quais eram os locais por onde circulavam na Província da Parahyba do Norte e também na Província de Pernambuco – grande influenciadora do teatro paraibano. Além do mais, são as publicações presentes no periódico que dão visibilidade a essas mulheres do século XIX, pois é o meio pelo qual as apresentam como mulheres exercendo atividades fora do lar doméstico, lutando pelo seu sustento. Essa atividade, porém, também foi marcada pelos preconceitos patriarcais da época. Mesmo assim, o teatro foi um espaço valioso pelo qual puderam praticar e buscar ainda mais a expressão da liberdade de seus corpos femininos.

3.3.1 Eugênia Infante Câmara – Atriz

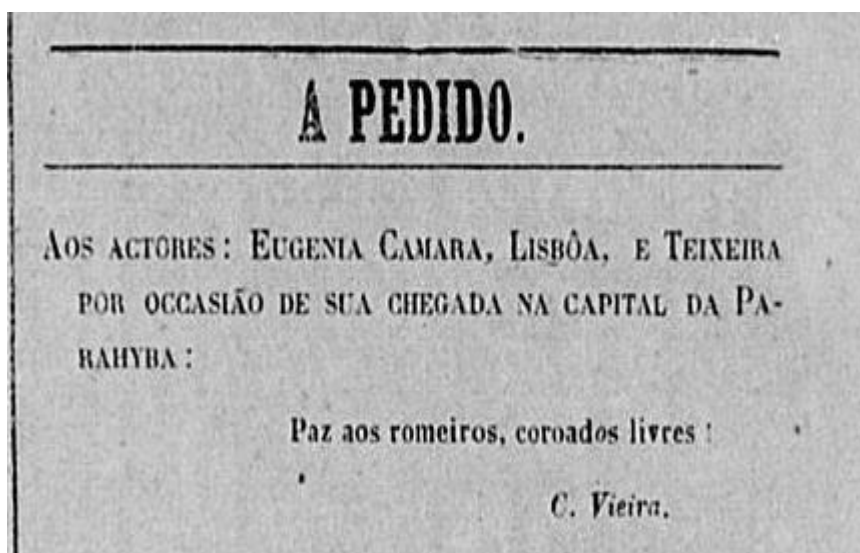
Atriz, Diretora de Companhia de Teatro, compositora de poemas e roteirista de peças dramatúrgicas, Eugênia Infante Câmara se consagrou como uma das mais brilhantes atrizes do século XIX. Nascida em 9 de abril de 1837, na cidade de Lisboa, a portuguesa adentrou em terras brasileiras definitivamente em 1858, acompanhada de outros colegas atores que fariam uma série de apresentações no Rio de Janeiro. Antes de fazer história nos teatros do Brasil, Eugênia já trazia consigo ares de celebridade, como mostra a notícia publicada no *Jornal Entreacto* do Rio de Janeiro.

Antes de assumir a posição de primeira nas Variedades, Eugenia Camara foi quarta ou quinta na Companhia do Gymnasio, onde estreou vindo diretamente de Portugal [...] Eugenia Camara quando aportou às nossas praias, trazia um amplo passaporte de celebridade. Tinha por si

os folhetins; era enfim atriz impressa (*ENTREACTO*: Jornal Ilustrado com retratos e caricaturas (RJ), 1860, p. 2).

O nome de Eugênia Câmara é fartamente noticiado em diferentes jornais e em diversas províncias do Brasil. Na Província da Parahyba do Norte, o periódico *O Publicador* divulgou um poema destinado à atriz e seus colegas da Companhia de Teatro por estarem vindo à Capital da província apresentar uma peça. A matéria encontra-se na Seção *A Pedido*. Dedicada aos *Actores*: Eugenia Camara, Lisbôa, e Teixeira por ocasião de sua chegada à Cidade da Parahyba.

Imagem 32 – Poema dedicado à chegada de Eugênia à Parahyba do Norte



Fonte: *O Publicador*, 1867, p. 3.

Aleluia! Aleluia! A harpa celeste.
Toca a alvorada, que acordou Sião:
Saude, e gloria aos peregrinos d'arte.
Pobres, descalços, que na estrada vão!

E a Palmyra do Norte, ao doce canto,
No seu berço de flores se levanta.
Ergue a fronte gentil, e diz sorrindo:
Benvinda seja a caravana santa! [...]

Parahyba – 1867

Arnold.

(*O Publicador*, 1867, p. 3).

O poema faz menção à vinda da companhia de teatro à Cidade da Parahyba, na qual tinha Eugênia Câmara como uma de suas atrizes. Entretanto, até o fim do século XIX, não havia teatros localizados especificamente na Capital da província. Eram as cidades de Mamanguape e Areia quem detinham o controle deste circuito cultural, e que recebia apresentações de companhias oriundas de outras cidades como Recife e Lisboa. Assim, provavelmente, Eugênia teria frequentado tanto o Teatro Santa Cecília em Mamanguape, quanto o Teatro Recreio Dramático em Areia. O primeiro fora fundado no ano de 1857, e o segundo em 1859. Apenas 50 anos depois é que a Capital seria contemplada com a construção do seu primeiro teatro, denominado Santa Rosa³⁰.

A presença de mulheres atuando como atrizes no Brasil tornou-se prática comum no decorrer do século XIX, embora exista registro de encenações teatrais desde o período colonial. Acredita-se que as primeiras cidades brasileiras a vivenciarem o advento do processo de urbanização tiveram a possibilidade de criar e expandir lugares exclusivos para a diversão da sua população. Segundo Almeida “a urbanização e a expansão do lazer criaram um mercado voltado para o universo da diversão no qual as mulheres viam uma oportunidade de trabalho e de ascensão financeira e pessoal” (ALMEIDA, 2017, p. 225).

No livro *Dicionário Mulheres do Brasil* há referência a três atrizes que atuaram nos palcos brasileiros, são elas: Augusta Candiani (1820-1890), Estela Sezefrida (c. 1810-1874) e Luísa Leonardo (1859-1926)³¹. O nome de Eugenia Infante Câmara, no entanto, não é lembrado na coletânea, mesmo sendo uma atriz famosa no século XIX. Provavelmente por ser de origem portuguesa e, por isso, não fazia parte do rol de atrizes nacionais da época. Sobre o trabalho de ser atriz no Brasil, Almeida destaca que:

O ofício de atriz no Brasil teve início na colônia. Nesse período, existem registros da atuação de freiras e índias nos teatros jesuítas. Já no século XVIII, ocorreram as primeiras tentativas para estabelecer elencos dramáticos, nos quais mulheres passaram a atuar. A transferência da família real para o Brasil gerou um forte intercâmbio cultural resultando

³⁰ “Doze dias antes de ser proclamada a República no Brasil, o então Presidente da Província da Paraíba, o jornalista e médico Francisco Luís da Gama Roza Junior nomeia e inaugura, no dia 03 de novembro de 1889, o Theatro Santa Roza. O mais antigo teatro construído pelo poder do Estado e o quinto mais antigo do Brasil” (SILVA, 2014, p.18).

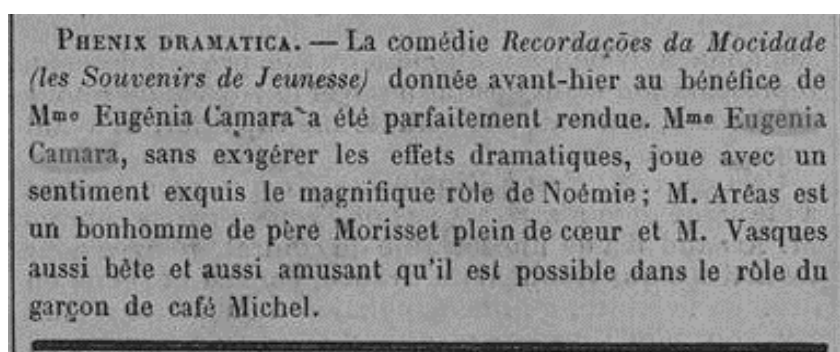
³¹ Augusta Candinani (1820-1890) foi cantora, atriz e mulher divorciada. Perdeu a guarda da filha no divórcio. Estela Sezefrida (c. 1810-1874) exerceu a profissão de atriz e bailarina. Foi a pioneira do *Teatro no Brasil* – primeira companhia nacional de teatro João Caetano. Antes dessa, só as companhias portuguesas ou de outros países europeus se apresentavam no Brasil. Luísa Leonardo (1859-1926), foi musicista, compositora e atriz. Escreveu o romance *Gazel*, artigos para revista de teatro publicado nos jornais do Brasil (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000).

no aumento da vinda de companhias teatrais portuguesas (ALMEIDA, 2017, p.226).

Eugênia Câmara fez parte, assim como outras mulheres e homens, de companhias que se instalaram no Brasil, vindas de Portugal. Exemplo de que estava se criando no país uma cultura de entretenimento concentrada nas cidades, com abertura de mercado de trabalho para as mulheres, principalmente na segunda metade do século XIX, momento em que há mais procura pela carreira de atriz (ALMEIDA, 2017). Antes de fundar sua própria companhia de Teatro, a atriz fez apresentações como integrante de, pelo menos, quatro distintas empresas: o *Theatro das Variedades* (1860); *Theatro do Gymnasio* (1860); *Companhia Furtado Coelho* (1864); e a *Empresa Coimbra* (1865). Em 1869 dirige sua companhia denominada *Empreza Eugênia Infante Câmara*.

As suas apresentações artísticas renderam-lhe diversas críticas na imprensa oitocentista, até mesmo publicada em outros idiomas, como o francês:

Imagem 33 – Elogio à atuação de Eugênia Câmara no jornal francês



“Fênix Dramática. - A comédia Recordações da Mocidade apresentada anteontem em benefício da Sra. Eugênia Câmara foi perfeitamente interpretada. A Sra. Eugênia Câmara, sem exagerar nos efeitos dramáticos, interpreta com requintado sentimento o magnífico papel de Noemie; O Sr. Areas é um pai bem-humorado Morisset e o Sr. Vasques é tão estúpido e divertido quanto pode ser no papel do garçom Michel”. **Fonte:** (Ba-Ta-Clan (RJ), 1869, p. 4).

O modo como conduzia as cenas de comédia era uma das facetas mais elogiadas na atriz Eugênia. Até mesmo seus críticos mais ferrenhos publicavam na imprensa sobre o que consideravam sua maior virtude nos teatros: a graça que provoca risos ao público presente nas apresentações. Na matéria assinada por Gavani, Eugênia era uma menina hábil, mas “com cara vulgar e cabeça comum”. Ele ainda diz que “o que ela tem em larga escala é uma certa graça. É nisso que reside a sua força suprema, é isso que dá um grande realce ao seu talento” (GAVANI, *Entreacto* (RJ), 1860, p. 2). Como boa escritora de

peças que era, além de atuar, também escreveu cenas que a teve como protagonista. Exemplo disso é a cena cômica intitulada *Não volto ao palco*, de sua autoria, e que contou ainda com imitação em francês. O fato de escrever algumas de suas cenas teatrais, atraiu para si o título de *atriz impressa*, haja vista que tanto atuava, quanto escrevia os roteiros e publicava alguns deles nos jornais da época.

Seu talento para o ofício de escritora não surgiu no Brasil, ainda quando morava em Portugal publicou no ano de 1855, seu primeiro livro chamado *Esboços Poéticos*. Anos depois, estabelecida no Brasil como atriz, escreveu seu segundo livro *Segredos d'Alma*, de 1864. As imagens a seguir mostram as capas de suas respectivas obras:

Imagem 34 – Obras escritas por Eugênia Câmara



Fonte: Family Search.org

Alguns autores tratam as duas obras como sendo, a segunda, reedição da primeira – para Manoel de Sousa Pinto essa correlação é errônea, uma vez que o segundo livro de Eugênia Câmara além de introduzir novas poesias, possui um tom mais íntimo referente aos escritos dedicados às suas viagens pelas províncias do Império brasileiro na condição de atriz. “Algumas das confissões dos *Esboços Poéticos* não foram repetidas nos

Segredos d'Alma. Eram uma parte morta da sua vida, que ela assim rejeitava. Outras poesias mudaram de nome” (PINTO, *Typografia Fortaleza, Family Search*).

A diferença entre seus dois livros é perceptível, em princípio, pelas capas de ambas as produções. *Esboços Poéticos* é oferecido ao público de Portugal, publicado pela primeira vez na Cidade do Porto, através da *Typographia de Sebastião José Pereira*. Contém 102 páginas de poesias autorais. Por sua vez, o livro *Segredos d'Alma* reunia poemas da obra anterior com o acréscimo de, pelo menos, outras 19 poesias, publicado pela *Typographia Constitucional*, localizada na província de Fortaleza, Brasil. A comparação entre os escritos dos dois livros também explicita as distintas facetas de Eugênia em cada obra, como nos exemplos a seguir:

Passagens poéticas de Eugênia Câmara em *Esboços Poéticos*:

Vais partir!..., Num álbum, porque duvidas?
A actriz, O meu credo,
Vais sem mim!, Olhos que eu amo!,
Descrença, O Proscrito, No prado do Repouso, etc.

Não hesito um só momento,
Livre... Livre... Como o vento,
Busco a glória, e deixo amor!

Quero os homens para vê-los
Baixarem-se ao meu amor,
Como a onda que na praia
Solta uma queixa de dor!
Fingir querê-los, desprezá-los,
Roubar-lhe vida e fulgor,
Com tanto que os veja todos
Baixarem-se ao meu amor!...
(CÂMARA, Eugênia, 1855).

Passagens poéticas de Eugênia Câmara em *Segredos d'Alma*:

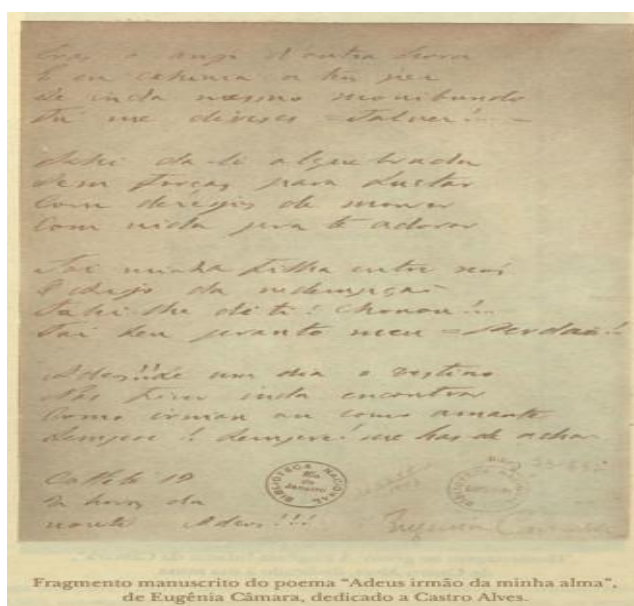
Minha Mãe

As vicissitudes e alternativas da vida, se me têm alcatifado a senda, que trilho, de flores e glórias, nem por isso deixa de ser agudo o espinho que, através de tantos triunfos, me fere constantemente o coração. A saudade, esse sofrer doce, amargo e resignado das almas sensíveis, é como uma nuvem negra, que tolda e escurece sempre o horizonte azul e límpido de minhas glórias artísticas: é pois este o motivo de, nas horas vagas, em que a mente descansa vergada sob o peso dos louros das vitórias, ou acabrunhada por dissabores inerentes à vida humana, eu lançar sobre o papel todas as impressões, todas as ideias, que me povoam o espírito e me adormecem a alma (CÂMARA, Eugênia, 1864).

As passagens referentes ao livro *Esboços Poéticos* transcritas aqui são trechos de três poesias distintas. Respectivamente, a autora aborda a sua partida para seguir carreira de atriz fora de sua terra natal, além do seu desejo de ser livre e independente como mulher. Já em *Segredos d'Alma* escreve uma reflexão dedicada à sua mãe. Eugênia fala do sucesso que tem no Brasil como atriz e da saudade que sente de sua mãe que residia em terras portuguesas. Na primeira obra, Eugênia destaca a importância de sua partida para o lugar onde pudesse continuar a prosperar com a carreira de atriz. No segundo livro, destaca seu reconhecimento nos palcos brasileiros e descreve as experiências de viagem entre as províncias do Brasil.

Todavia, mesmo tendo escrito dois livros com diversas poesias autorais, talvez o poema mais conhecido da atriz tenha sido aquele destinado ao poeta Castro Alves – com que se relacionou entre os anos de 1866 a 1869. Após a separação, Eugênia compôs *Adeus irmão da minha alma* – poesia de despedida ao seu amado:

Imagem 35 – Poema de Eugênia Câmara: *Adeus irmão da minha alma*.



Eras o anjo d' outra hora
E eu cahiria a teus pés
Se inda mesmo moribundo
Tú me deixes – Talvez!...
(?)
Sem forças para lutar
Com desejos de morrer
Com vida para te adorar
Foi minha filha entre nós
O anjo da redenção
Falei-lhe de ti! Chorou!...
Foi seu pranto meu – perdão!...
Adeus!! Se um dia o destino
Nos fizer inda encontrar
Como irmão ou como amante
Sempre! Sempre! Me has de achar.
Cattete. 2 horas da Noite Adeus!!!
Eugênia Câmara

Fonte: CÂMARA, Eugênia. Adeos irmão desta alma, digo-te adeos\ Original com autógrafo, 3 p. Em português. Poema dirigido a Castro Alves. BN – DIMSS.

O poema de despedida reflete a intensidade do amor que Eugênia sentia por Castro Alves e deixa explícita a amizade existente entre ambos, mesmo depois da separação do casal³². Na biografia de Castro Alves, publicada pela Fundação Biblioteca Nacional em

³² Sobre a vida amorosa de Eugênia sabe-se que morou junto com Luis Candido Cordeiro Pinheiro Furtado Coelho entre os anos de 1861-1866, com quem teve sua única filha chamada Emília –

1997, Eugênia é citada como a grande musa do autor, tendo servido de inspiração para muitas de suas poesias, entre elas: “Adeus”; “O vôo do gênio”; “O Gondoleiro do amor”; “À Eugênia Câmara” e “A atriz Eugênia Câmara”. De acordo com a biografia, Eugênia “em 1863, representava Dalila, de Octave Feuillet, no Teatro Santa Isabel, quando Castro Alves a conheceu. O poeta e a atriz se uniram em 1866 e foram morar numa casa, à rua do Barro, afastada do centro de Recife” (Biblioteca Nacional do Brasil; 1997, p. 47). Além de dedicar à ela algumas de suas poesias, Castro Alves também a desenhou à mão, como mostra o registro seguinte:

Imagem 36 – Caricatura de Eugênia Câmara feita por Castro Alves.



Fonte: ALVES, Castro. [Estudo de cabeças de homens e de uma mulher: Eugenia Câmara]. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 des, grafite, pb, 20,5 x 15,3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon165070/icon165070.pdf. Acesso em: 2 de março, 2022.

A caricatura de Eugênia feita por Castro Alves refletia o encantamento que o poeta sentia pela musa de suas poesias. Mas para a história, Eugênia significa muito mais. Ela é exemplo de mulher que adentrou na vida pública através do ofício realizado. O seu trabalho mais destacado era a carreira de atriz. Não contente apenas em estar nos palcos, também se sobressaía nos bastidores, exercendo a função de diretora de companhia de

falecida ainda jovem. Assumiu o relacionamento com Castro Alves e morou junto com ele por apenas um ano, de 1866 a 1867. Romperia definitivamente com o poeta em 1869. Em novembro de 1873, casou-se com Antonio Assis de Orternold, com quem conviveu até os últimos dias de vida.

teatro e escrevendo algumas das peças em que atuava. Uma mulher de múltiplas facetas. Atriz impressa – título que recebeu à época, nos periódicos, por deixar registrada sua assinatura na imprensa brasileira do século XIX. Mulher de referência para a compreensão do lugar social ocupado pelo feminino no período imperial. Sendo, dessa forma, a sua imagem um reflexo, sobretudo, das mulheres que tentavam superar o lugar de submissão que o patriarcado Oitocentista lhes impunha. Uma mulher que merece ser lembrada e admirada, também, na historiografia sobre as mulheres.

No quarto e último capítulo discutiremos as experiências das mulheres escravizadas. Elas eram mencionadas no periódico na seção de anúncios como um item de consumo. Também apresentaremos a trajetória de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso: abolicionista e fundadora da Sociedade de Caridade de São João Evangelista – instituição essa que tinha como um dos seus sócios o primeiro proprietário do jornal *O Publicador*, José Rodrigues da Costa.

IV – ABOLICIONISMO, ESCRAVIDÃO E MULHERES EM *O PUBLICADOR*

4.1 – Ana, Joaquina, Josepha e demais escravizadas

Além de serem corpos que exerciam a função de reproduzir novos outros corpos para a escravidão e servir na criação da prole dos seus senhores,³³ as mulheres escravizadas realizavam atividades a partir da sua força de trabalho. Através dos anúncios na imprensa paraibana percebemos sua participação como mão de obra para trabalho em casas localizadas fora das cidades, na lida com as atividades agrícolas, como cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras e para a companhia de crianças dos seus proprietários. Nesse sentido, pelo exercício de tais funções desempenhadas pelas cativas, Haack afirma que “enquanto trabalhadoras escravizadas, estas mulheres passaram pela exploração produtiva e reprodutiva de seus corpos e força de trabalho” (HAACK, 2021, p. 56). Na historiografia, a atividade de ama de leite e os trabalhos domésticos são exemplos da utilização das mulheres escravizadas como engrenagens reprodutivas e produtivas ao longo do período imperial.

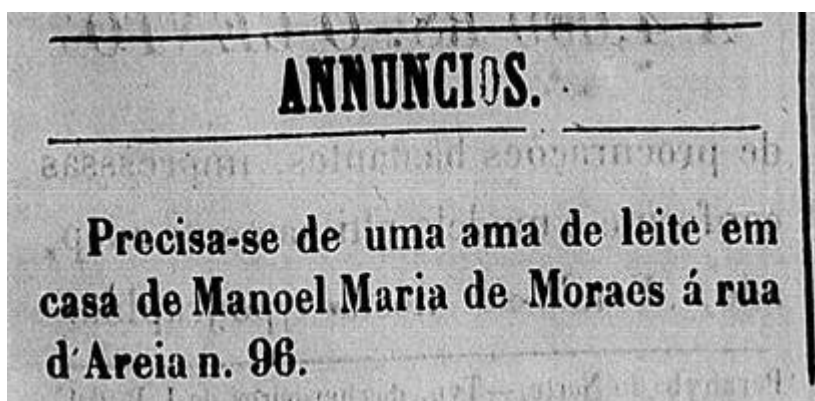
Na Província da Parahyba do Norte, particularmente no decorrer da década de 1860, os noticiários dos jornais quase não exibiam uma edição sem que não fossem publicados anúncios relacionados aos escravizados. Ao fazer um recorte de gênero, com foco na busca pelas matérias em que mulheres escravizadas eram citadas no periódico *O Publicador*, foi possível constatar as suas participações tanto dentro, quanto fora da casa de seus senhores, trabalhando desde criança ou com idade já avançada para a época, ou ainda, realizando o serviço mais “familiar” de todos os outros: ser ama de leite dos filhos de seus proprietários.

A seção de *Annuncios*, no caso de *O Publicador* é uma coluna fixa no periódico e também uma seção muito importante para a manutenção financeira do mesmo, haja vista que para arcar com os custos da produção diária, além de o proprietário empregar recursos próprios, também recebia o pagamento dos assinantes do jornal. Assim, garantia a circularidade permanente na capital e entre as províncias.

³³ “O princípio do *partus sequitur ventrem* foi responsável pela manutenção da escravidão após o fim do tráfico transatlântico. A condição jurídica das filhas seguia a de suas mães. Dessa forma, todas as crianças nascidas de mulheres escravizadas eram também escravizadas, aumentando a posse dos senhores” (HAACK, 2021, p. 63).

Neste periódico publicava-se diariamente nos anos de 1864 a 1869, à custa de 1\$000 rs por mês e os anúncios dos assinantes eram pagos a 40\$ rs por linha, e 100\$ rs a quem não fosse assinante. Esses valores podem indicar as possíveis razões da maioria dos anúncios, principalmente, os relacionados à venda ou aluguel de escravizados/as serem mais curtos, apresentando cerca de quatro linhas acrescido do título – escrito em negrito e em caixa alta para chamar a atenção dos leitores/as –, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 37: Anúncio pelos serviços de ama de leite



Fonte: *O Publicador*, 1868, p. 3.

Um senhor que quisesse publicar a venda/aluguel ou o desejo da compra de um/a escravizado/a gastava por anúncio, em média, cerca de 120 réis (sendo assinante), a 400 réis (não sendo assinante). Essa redução de valores para a publicação de informes para os assinantes do jornal pode ser vista como uma estratégia dos proprietários e redatores para fazer aumentar o número de assinaturas e atrair o público-leitor. Há, porém, alguns anúncios como, por exemplo, sobre as fugas de escravizados/as em que os seus detentores descreviam com detalhes suas características e, por isso, acabavam gastando mais linhas e dinheiro na procura da posse perdida.

Na historiografia brasileira, Gilberto Freyre considerado um dos grandes intérpretes do Brasil e estudioso da relação entre escravizados/as e seus/suas proprietários/as, se utilizou dos anúncios de jornais do século XIX para analisar como se efetivava a presença desses sujeitos naquele que era o veículo de maior expressividade comunicacional do período. A seção anúncios para ele:

É a parte mais humana e mais viva dos mesmos diários. A mais ligada à economia da época – a patriarcal e agrária; a mais ligada à vida então

vivida pelo brasileiro, tanto nas cidades como, principalmente, nas fazendas, nos engenhos, nas chácaras; e em casas - as das fazendas, dos engenhos, das chácaras – as mais ou menos grandes às quais eram indispensáveis se não senzalas, escravos (FREYRE, 1979, p. 11).

Assim como Freyre aponta para uma dependência econômica ligada aos trabalhos dos escravizados, os anúncios das escravizadas paraibanas revelam que tipo de atividades realizavam ajudando a manter o sistema escravocrata e patriarcalista em vigor na província.

A seguir, dos quadros 5 ao 8 estão listados treze anúncios. Encontramos o nome de uma escravizada, chamada Ana. Nos outros doze anúncios, a identidade dessas mulheres não é revelada, ao contrário dos anúncios de homens escravizados em que seus nomes aparecem com maior frequência quando assunto referia-se à oferta de mão de obra. Isso porque era assim que seus senhores as viam, como objetos, despossuídas de humanidade, um produto rentável. Para além dos quadros, há ainda dois anúncios de fuga em que são mencionados os nomes das escravizadas Joaquina e Josepha. Apesar de não sabermos os nomes de muitas delas, sabemos por meio da historiografia o que está por trás das suas histórias. E o que os estudos de mulheres escravizadas têm constatado até aqui, são demonstrações de lutas por resistência e também uma dependência dos trabalhos realizados por elas por parte das elites do império. Esse último caso é o que fica explícito nos anúncios presentes no jornal *O Publicador*, analisados a seguir.

Quadro 5: Atividade realizada – Ama de Leite

Seção Anúncios	Localidade	(ano, edição e página)
Ama de Leite. Precisa-se de uma ama para uma criança de tres mezes, prefere-se escrava á livre , mulher moça e sadia; dirija-se ao vice-consul inglez presentemente no sitio da Illm. Sr. Dr. José Antonio Baptista, no caminho da Cruz d' Alma.	Capital, Sítio no caminho da Cruz d' Alma.	1867, 01329, p. 4.
Precisa-se alugar uma escrava que sirva de ama; na rua da Areia n. 25.	Capital, rua da Areia n. 25.	1867, 01378, p. 4.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos anúncios presentes no jornal da Parahyba do Norte *O Publicador* (1864-1869). Grifos nossos.

Segundo a definição utilizada por Carneiro, amas de leite são geralmente “escravas que, por sua especialização no âmbito do serviço doméstico, podem ser entrevistadas no conjunto como mucamas. Estas são identificadas com as práticas domésticas e com os cuidados de criação dos filhos de seus locadores ou proprietários” (CARNEIRO, 2006, p. 217). A principal função de uma ama de leite era amamentar os filhos recém-nascidos da Casa-Grande. Por ser uma atividade exercida por mulheres que tinham acabado de parir uma criança de seus próprios ventres e viam-se forçadas a amamentar os filhos de seus donos, é considerada uma atividade de reprodução (HAACK, 2021), cujo principal instrumento de trabalho é a utilização das funções reprodutivas da fêmea. Como indicado no quadro 5, a partir do acesso aos anúncios de compra e venda das amas de leite pode-se perceber que havia a preferência para esse serviço as mulheres moças, sadias, escravas à livres.

Entretanto, a experiência da maternidade das escravizadas era bem mais sofrida. Antes de serem alugadas como amas, essas mulheres passavam pela dor de romper laços de afetividades com seus próprios filhos. Uma dor que percebemos expressa nos atos de resistência, como nos exemplos das fugas de escravizadas. Segundo Freyre, “havia mães que fugiam levando consigo não as joias no pescoço nem os brincos nas orelhas, mas os filhos de mama escanchados às costas”. (FREYRE, 1979, p. 36). Essa é outra visão da condição materna das amas de leite, a de ter que se separar dos próprios filhos para cuidar das crias dos seus senhores. Inclusive, no tempo em que não podiam ficar com os seus filhos, eram as mulheres escravizadas mais velhas que tomavam de conta da prole constituindo, assim, uma rede de solidariedade entre as escravizadas (HAACK, 2021). Para Carneiro, as mulheres na condição jurídica de escravizadas:

São corpos que exprimem um não-lugar da vontade, ou lugar de persona negada; destinadas pelo sexo e hierarquizadas nos sinais de raça, idade e gênero; corpos que se alugam, compram ou vendem e continuam dando frutos, leite e rendas; corpos que são desejados também por nutrirem crianças, produtos de corpos proprietários, locatários, para além do uso, do fruto, do leite e do gozo. Para além do olhar e do gosto (que neles reconfigura e materializa) do exercício da dominação escravagista e androcêntrica, naquelas formas singulares e históricas que conformam a ordem patriarcal, escravocrata e monárquica (CARNEIRO, 2006, p. 214).

De acordo com Telles (2021), para as mulheres escravizadas que exerciam a função de ama de leite, o mercado de trabalho no século XIX dava-se por duas principais vias: a primeira caracterizada pela exploração da mãe, a segunda pela negligência dos filhos paridos por essas mulheres. Nesse sentido, Ariza endossa que as “amas e seus filhos ausentes por certo representaram de forma mais apurada os enigmas de maternidades negras nas quais dor, luto, afeto e alegria fundiam-se, em permanente tensão” (ARIZA, 2021, p. 39). Nessa relação ambígua entre maternidade e trabalho escravo, os corpos femininos enfrentaram a brutalidade do sistema escravista onde mais poderia lhes doer: internamente, em seus ventres.

No entanto, para além do trabalho considerado feminino e só executado por mulheres, já que biologicamente os escravizados do gênero masculino ficavam de fora do mercado de trabalho das amas de leite, em um dos anúncios do *O Publicador* – que pode ser visto no quadro 6, havia escravizadas trabalhando em atividades ligadas ao campo.

Quadro 6: Atividade realizada – Trabalho na roça ou Serviço em casa de campo

Seção Anúncios	Localidade	(Ano, edição e página)
Vende-se na rua das Convertidas n. 127, 4 cavallos novos, a saber um de sella muito bom, como também uma escrava crioula de 24 annos, propria para roça, porém tem defeito de ser muda, e por isso mesmo se dá por preço commodo; quem a pretender dirija-se á mencionada casa que terá com quem tratar.	Capital, na rua das Convertidas n. 127.	1866, 01003, p. 4.
Vende-se uma escrava crioula , de idade de trinta annos pouco mais ou menos, serve em casa, e melhor para serviço de campo em que foi acostumada; quem a pretender dirija-se a esta typographia que se dirá quem vende.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1866, 01258, p. 4.
Vende-se uma escrava de côr preta , de 40 annos; propria para o serviço do campo; á tractar na mesma casa acima.	Capital, rua da areia, n. 72.	1868, 01809, p. 3.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos anúncios presentes no jornal da Parahyba do Norte *O Publicador* (1864-1869). Grifos nossos.

Ao contrário de alguns trabalhos historiográficos que defendem haver uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres escravizadas não participavam das atividades agrárias destinadas aos homens, os anúncios acima revelam casos que fogem a essa regra. No quadro 6, os três anunciantes colocam à venda escravizadas, as quais dizem ser próprias para o trabalho na roça ou serviço de campo. Respectivamente, duas delas são crioulas e uma de cor preta, possuindo entre 24, 30 e 40 anos de idade. Em particular, o primeiro anúncio deste quadro chama atenção pela forma com que é redigido. A então escravizada crioula estava sendo posta à venda juntamente com um conjunto de quatro cavalos novos, o que deixa explícito o tratamento de indigência e objetificação dado às mulheres cativas.

No censo demográfico de 1872, a Paraíba possuía 7% de pessoas escravizadas (CONRAD, 1978).³⁴ Segundo Rocha:

A província da Paraíba foi a quarta com menor número de escravizados entre as províncias do Norte, com porcentagem superior apenas da província do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas. No entanto, desde a conquista da Paraíba, homens e mulheres negros independente de sua condição jurídica (livre, liberto ou escravizado), fizeram-se presentes e foram essenciais para o desenvolvimento da economia paraibana, tanto em atividades rurais, como urbanas (ROCHA, 2009, p. 110).

As principais fontes de economia paraibana neste período estavam concentradas na produção agrícola – com o cultivo do açúcar e algodão –, e na pecuária. Com relação ao mercado de trabalho para escravizadas, tanto o meio urbano, quanto o rural geravam oportunidades de trabalho diferenciadas, sobretudo, para as mulheres cativas ou fugitivas. Na cidade, as fugitivas conseguiam através de uma rede de solidariedade de pessoas conhecidas, oportunidades de trabalho que as fugitivas do campo encontravam com mais dificuldade por não estabelecerem relacionamentos no meio urbano para o qual estavam fugindo.

No caso da Parahyba do Norte, “acrescenta-se a este fato a existência de uma população negra e mestiça, livre e liberta, que havia na Paraíba na segunda metade do século XIX, na qual ofereciam mais chances destas escravizadas que fugiam se passarem

³⁴ De acordo com Barros, “No início do século XIX, dos 122.407 paraibanos, 48.613 eram considerados brancos, enquanto os demais 73.794 pretos ou pardos. No último quartel, quase dois terços da população se encontravam entre os grupos pretos ou pardos” (BARROS, 2017, p. 89).

por livres e forras” (DIAS, 2011, p.7). Para conter os disfarces entre livres e forras foi utilizado na Parahyba do Norte o mecanismo do passaporte, também adotado por outras províncias. De acordo com Dourado: “por meio desse mecanismo, muitas pessoas “de cor” podiam ser escravizadas ou reescravizadas (no caso das libertas) por não levar consigo esse documento, assim, eram presos por suspeita de serem escravos fugitivos” (DOURADO, 2017, p. 243). As fugas de mulheres cativas estão destacadas em fartas quantidades de anúncios nos jornais, especificamente, no jornal paraibano *O Publicador*. Os dois exemplos de fuga a seguir mostram como essas mulheres eram procuradas através da imprensa da época:

Seção Annuncios.

Na madrugada do dia 14 de março corrente fugio da casa do seu senhor a escrava Josepha com os sinais seguintes: estatura alta, cabellos carapinhos, que se prestão a amarrar, cara bexigosa, boca regular, cor parda, idade 30 annos, pouco mais ou menos. Andava com chales encarnado; levou consigo toda roupa que possue. Suppõe-se ter seguido para o Cariri em procura do lugar Boa-Vista, donde é natural, e onde morão os antigos possuidores. Roga-se ás autoridades policiaes, e a todas aquellas pessoas que da referida escrava tiverem conhecimento, queirão ter a bondade de fazze-la apprehender e mandar levar á casa do Sr. Antonio Vicente de Magalhães no Varadouro desta cidade, certos de que, alem do agradecimento, serão generosamente recompensados. Parahyba, 15 de março de 1864. (*O PUBLICADOR*, 1864, p.4).

Seção Annuncios.

Fugiu da abaixo assignada sua escrava de nome Joaquina, com os signaes abaixo declarados: altura regular, côr preta, desdentada na frente, e com os dêdos grandes dos pés mais curtos que os immediatos. A pessôa que a apprehender e leva-la á rua das Convertidas casa n. 89, será gratificada. Parahyba 14 de junho de 1866. Ignez Joaquina de França Estuart. (*O PUBLICADOR*, 1866, p. 4).

A marca dos anúncios de escravos fugidos é, principalmente, a riqueza de detalhes que apresenta na descrição feita sobre os corpos dos cativos/as. No primeiro anúncio da fuga da escravizada Josepha, o Sr. Antonio Vicente de Magalhães, provavelmente seu proprietário, indica que o lugar de destino da fuga era a cidade em que nasceu e mantinha parentes por lá. Essa atitude é uma evidência de que mesmo vivendo em condições de exploração, os escravizados não esqueciam de tentar reconectarem-se aos familiares, mesmo que para isso tivessem de enfrentar os percalços de uma fuga.

Já no segundo anúncio, a informação sobre a dentição e a deformação nos pés indicam as marcas dos trabalhos realizados por essas mulheres, atividades estas que não

lhes garantia a proteção de seus corpos. A falta de dentes também poderia significar a origem étnica da escravizada, já que de acordo com Freyre (1979), os povos africanos e seus descendentes praticavam a tradição de extraírem os dentes. Além disso, chama atenção o aparecimento do primeiro nome das escravizadas fugidas nos dois anúncios e também de uma das proprietárias. Ao contrário dos anúncios em que se procurava ou se oferecia mão de obra escravizada, em que seus nomes pouco são evidentes, nos anúncios de fuga o interesse por nomeá-las é maior a fim de que pudessem ser localizadas.

Por outro lado, para aquelas cujo dever era permanecer dentro da casa da família de seus proprietários, a cozinha se transformava em ambiente de trabalho e exploração, mas também de laboratório, onde as negras escravas criavam e reinventavam receitas culinárias. Essa era uma das atividades mais solicitadas nos anúncios de compra e venda de escravizadas. Trabalho primordial para a manutenção do *status* social da família escravocrata. Na Província da Parahyba do Norte os anúncios procurando por cozinheira enfatizavam a condição jurídica das mulheres, preferindo as escravizadas para a realização da prática doméstica. Perspectiva essa que pode ser constatada no quadro 7:

Quadro 7: Atividade realizada – Cozinheira

Seção Anúncios	Localidade	(Ano, edição e página)
Precisa-se de uma mulher forra ou escrava , para cosinhar em casa de pasto, que faz comidas para mulatas; a tratar na rua da ponte, n. 37.	Capital, rua da ponte, n. 37.	1864, 00626, p. 4.
Compra-se uma escrava moça , que não tenha vícios e achaques, e que saiba engommar e cosinhar; nesta typographia se dirá quem compra.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1866, 01244, p. 4.
Vende-se uma escrava moça de 25 annos de idade sem achaques e nem vício de qualidade alguma, e sabe lavar, engomar, cozer e cozinhar, quem a pretender dirija-se a rua das Convertidas n. 32 a tratar com Antonio Correia da Silva e Companhia. Parahyba 21 de janeiro de 1868.	Capital, rua das Convertidas n. 32	1868, 01604, p. 3.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos anúncios presentes no jornal da Parahyba do Norte *O Publicador* (1864-1869). Grifos nossos.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

Dos três anúncios acima apresentados, apenas o primeiro é publicado com o nome da escrava a ser vendida ou alugada, denominada Ana. Fato raro de aparecer nos anúncios à procura do trabalho de escravizadas na Parahyba do Norte. No entanto, em todos eles eram destacados a qualidade da juventude dessas mulheres, sendo repetida as informações acerca da idade que, preferencialmente, eram moças ou mulheres de 25 anos. Além de cozinhar, ressaltava-se outras tarefas do lar em que atuavam, como a de lavar e engomar roupas.

Para a mulher branca de posses do período, realizar ela mesma os afazeres domésticos quando se poderia colocar uma mulher negra escravizada à frente, era entendido como inconcebível, uma vez que possuir outras mulheres, sobretudo escravizadas, era sinônimo de obter um bom *status* social. Outros tipos de afazeres domésticos estão listados no quadro 8:

Quadro 8: Atividade realizada – Serviço da casa

Seção Anúncios	Localidade	Fonte (ano, edição e página)
Precisa-se alugar uma escrava para o serviço de casa; trata-se nesta typographia.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1864, 00044, p. 4.
Precisa-se alugar uma ama para todo o serviço de casa, forra ou escrava . Nesta typografia.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1864, 00501, p.4.
Ama. Precisa-se allugar uma, que saiba lavar, engomar, e arranjar uma casa, prefere-se captiva ; na rua Nova, n. 26.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1864, 00580, p.4.
Precisa-se de uma ama para casa de pouca familia; preferindo-se escrava . Nesta typographia se dirá quem precisa.	Capital, dirigir-se à Typographia de José Rodrigues da Costa.	1865, 00991, p. 3.
Precisa-se alugar uma escrava de meia idade para todo serviço de uma casa de	Capital, rua das Convertidas n. 3.	1866, 01004, p. 4.

pouca família á tratar na rua das Convertidas n. 3.		
---	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos anúncios presentes no jornal da Parahyba do Norte *O Publicador* (1864-1869). Grifos nossos.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

Mais uma vez, os anúncios destacaram a preferência de mulheres cativas para o trabalho doméstico. Como a referência às amas também eram recorrentes nas publicações percebe-se que amamentar os filhos dos senhores não era a única atividade a ser desempenhada por elas, tendo ainda sob sua responsabilidade o zelo pela casa daqueles que as contratavam. O aluguel apresentava-se nesse contexto como um instrumento que nutria o comércio escravocrata, pois os proprietários das escravizadas adquiriam lucro a partir do trabalho executado por suas cativas em casas de outros senhores. À escravizada cabia apenas realizar suas funções.

Em um dos anúncios encontrados no *O Publicador*, havia uma menina que também já desempenhava funções nas casas dos donos de escravos. Sua atividade era fazer companhia às crianças, filhos de seus compradores. A contratação poderia ser feita por meio de anúncios como este: “*Seção Annuncios. Vende-se uma molatinha com 11 annos de idade, propria para andar com crianças, a tratar no sitio da viuva Barreto*” (*O Publicador*, 1866, p. 4). A idade da menina, de apenas 11 anos, mostra que desde cedo a figura feminina fazia parte do mercado de mão de obra estipulado pelo sistema escravista do século XIX, e como as mulheres proprietárias de escravizados – a exemplo da Viúva Barreto –, também se fazem presentes nesse comércio de cativos/as.

Desse modo, através dos anúncios de aluguel, compra, venda e fuga de escravizadas percebemos a circularidade nos espaços ocupados por essas mulheres que experimentaram consigo as marcas da escravidão. Assim como disse Dias “a mulher cativa não foi apenas representada como uma mera “mercadoria” oferecida em um anúncio de jornal, mas também como mãe e mulher que resistia e fugia da escravidão” (DIAS, 2011, p. 9). Elas mesmas, cada qual ao seu modo, refletiam em experiências cotidianas os modos de serem mulheres nessa sociedade oitocentista, em que encontravam brechas para serem os sujeitos de suas próprias histórias.

4.2 – Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso – Abolicionista

Na segunda metade do século XIX, Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso fundou, na Província da Parahyba do Norte, a Instituição de Caridade de S. João Evangelista. Essa foi a primeira associação da província cujo objetivo era alforriar e dar assistência aos então escravizados. De acordo com Souto, a sociedade “fora instalada em 27 de dezembro de 1863 pelos sócios instaladores. No entanto, seus estatutos só foram escritos três meses depois – 28 de fevereiro de 1864 – e, aprovados em reunião no dia 10 de abril” (SOUTO, 2021, p. 215). A associação aceitava entre seus sócios homens e mulheres de outras províncias e países. Em uma de suas publicações do jornal *O Publicador*, aparece uma lista dos sócios instaladores da Sociedade na Parahyba, entre os nomes destacam-se as mulheres paraibanas, incluindo a fundadora: “1- Anna Paulina Rodrigues Chaves; 2- D. Maria Francisca de Moura Reis; 3- Anna Alexandrina de Lima Mindello; 4- Anna Genoveva Rodrigues da Silva; 5- Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso; 6- Clementina Gomes de Sousa Shalders; 7- Luiza Gomes de Souza” (*O PUBLICADOR*, 1864, p. 3).³⁵

A partir do cruzamento de informações do jornal *O Publicador* com as do site *Family Search*³⁶ pudemos estabelecer uma parte da árvore genealógica da fundadora da Sociedade Caridade de S. João Evangelista. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso nasceu no ano de 1838, na cidade de São Luiz, província do Maranhão, Brasil. Casou em 1859, aos 21 anos, com Antonio Brito de Souza Gayoso, este também de origem maranhense, nascido no ano de 1834.

As fontes indicam que tiveram ao menos três filhos: Jose Gomes de Souza Gayoso, nascido em 1860; o filho que deu nome à Sociedade, João Evangelista de Souza Gayoso, nasceu em 1861 e veio a falecer com idade de dois anos em 1863; e Maria Evangelista Gomes de Souza Gayoso, nascida em 1863 e falecida em 1929. De acordo com as fontes, quando o casal Gayoso teve a sua filha Maria Evangelista, eles já haviam se mudado para a Província da Parahyba do Norte, pois consta que ela tem a naturalidade paraibana. Também consta o falecimento do segundo filho do casal João Evangelista, que ocorreu em 21 de dezembro de 1863, na Cidade da Parahyba. A imagem seguinte mostra

³⁵ Para além de Maria Gayoso, não encontramos informações sobre as outras mulheres sócias instaladoras citadas nesta notícia.

³⁶ Informações sobre o parentesco de Maria Barbara G. S. Gayoso está disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/timeline/MZ5H-2YS>, acesso em 10 de fev de 2022.

uma parte significativa do parentesco da família Gayoso na linha do tempo da família, disponibilizada pelo site *Family Search*.

Imagem 38 – Linha do tempo da família de Maria Gayoso



Fonte: Imagem fornecida pelo site *Family Seach.org*.

A ação de Maria Gayoso em criar na Parahyba do Norte a associação abolicionista é saudada em uma notícia vinda da província do Ceará e que virou matéria no *O Publicador*:

Seção Transcrição.

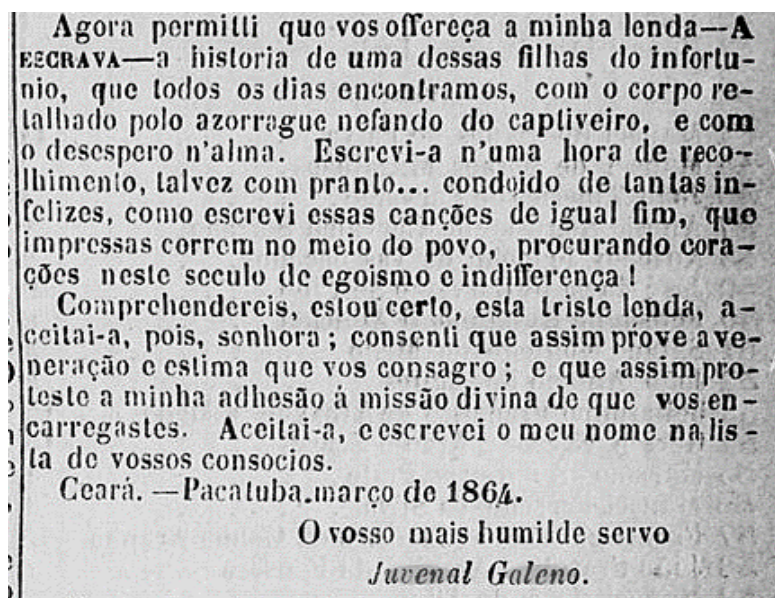
A' Illm.^a e Exm.^a Sr.^a **D. Maria B. Gomes de Souza Gayoso**. Senhora soube que haveis instituido na Capital da Parahyba uma sociedade com o fim de libertar os escravos, e agora tive o ineffavel prazer de ler o vosso discurso inaugural [...] **faltava uma voz de mulher, que despertasse esse incrível exercito soltando o primeiro brado; vós, senhora, o soltastes;** instituistes uma sociedade symbolisando-a com o amor maternal na denominação que lhe deste de S. João Evangelista - de vosso filho... desse João Evangelista, que hoje eu tanto amo por ter

dispertado tão Santa ideia; agora é mister prosseguir, continuar a revolução, implantar a semente nos corações maternos, cultiva-la depois com disvellos; é mister constancia, é mister coragem! [...]. Ceará - Pacatuba, março de 1864. (*O PUBLICADOR*, 1864, p. 3. Grifos nossos).

Além do jornal cearense, outras províncias anunciaram a instituição da Sociedade Caridade S. João Evangelista, na Parahyba do Norte, por meio dos periódicos: *Correio Sergipense: folha oficial, política e literária* (SE); *Diario de Pernambuco* (PE); e o *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal* (RJ). Fazendo, assim, com que houvesse uma circulação do conhecimento sobre os feitos da referida entidade, o que ajudava na entrada de novos sócios-colaboradores vindos de outras províncias do Império.

Exemplo disso é o caso de Juvenal Galeno. Poeta aclamado pela crítica da época que se juntou à instituição como um dos sócios instaladores de fora da Parahyba. Seu nome nas fontes está associado à província do Ceará. Se comunicava diretamente com a diretoria da sociedade através de correspondências, algumas delas noticiadas na imprensa cearense, como a publicação em que conta detalhes do que o motivou escrever a lenda destinada à senhora Maria Gayoso.

Imagem 39 – Correspondência do poeta



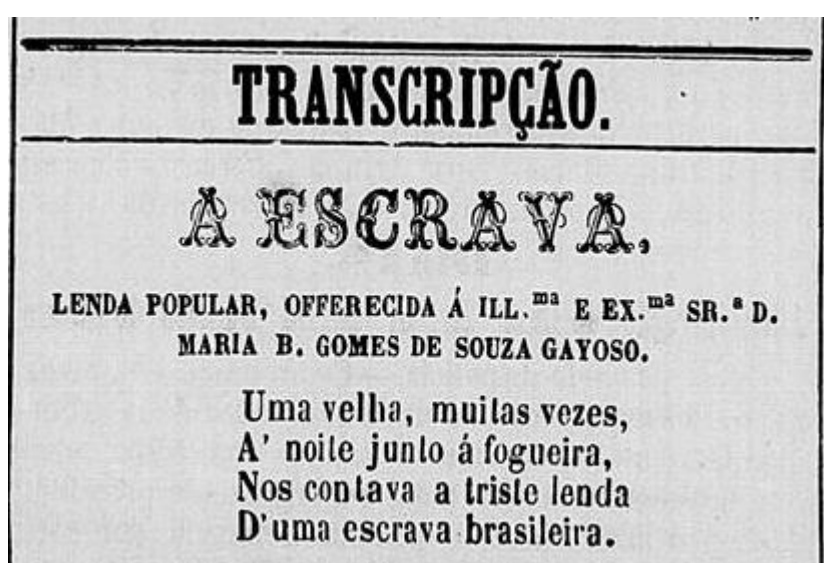
Fonte: *O Publicador*, 1864, p. 2.

A correspondência de Galeno deixa clara sua adesão à sociedade abolicionista e demonstra a estima que tinha pela fundadora Maria Gayoso, bem como deixa entender a

sua circulação como homem letrado da época nos ambientes populares, de onde extraía as experiências contadas em suas lendas. Escrever sobre o cotidiano das pessoas era a principal característica dos seus poemas. À época foi visto pela crítica literária como autor que mostrava inteligência, imaginação e gosto pelas tradições populares, servindo-se da melodia do verso para retratar os costumes do povo mais rústico.

Seu texto contendo a lenda sobre “A Escrava” foi publicado no jornal *O Publicador*, em 1864. Segundo o próprio autor, trata-se de uma lenda popular que, costumeiramente, era contada por “uma velha” a noite junto à fogueira:

Imagem 40 – transcrição da lenda “A Escrava” de Juvenal Galeno



Fonte: *O Publicador*, 1864, p. 2 - 4.

Vou contar-vos sua história...
Francisco, dá-me um tição;
Antonio, traz-me o caximbo,
Tira o fumo no surrão:
Silencio agora... escutai-me,
Meus filhos, muita atenção.
E fumando a pobre velha
Sentada junto á fogueira,
Nos contava assim a lenda
D'uma escrava brasileira.

A história contada na lenda era a de Maria, nascida no Congo, com condição de livre. Quando virou moça, passeando pelo bosque perto de sua casa, foi capturada, amarrada e posta em uma embarcação rumo ao Brasil.

Chegando a infeliz Maria
 A's terras de Santa Cruz,
 Foi no mercado vendida
 A quem mais deu... meu Jesus!
 Depois escrava de brancos
 Tão rigorosos... tão crús!
 Depois... Depois, que tormento...
 Ai que terrível viver!
 Sem um sorriso nos lábios...
 Sem um consolo... um prazer...
 Quase nua exposta ao frio...
 Muitas vezes sem comer!

A mando do seu Senhor, Maria casou-se com um escravo, que foi vendido, já sendo seu companheiro por mais de um ano e deixando-a com um filho no colo. Maria, de tanta tristeza adoeceu, sua enfermidade secou o leite e, provavelmente de fome, o filho veio a falecer. Quando soube da morte do filho, Maria ficou muito desapontada e calou-se de vez, em seguida teve um ataque de fúria e enlouqueceu.

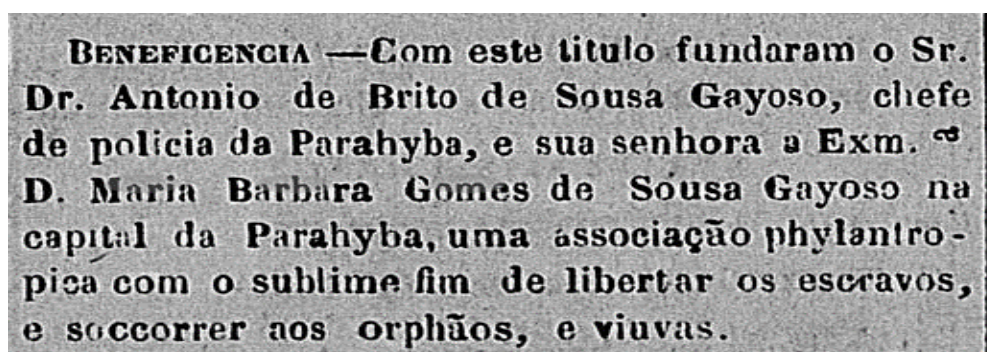
Uma noite, após o canto...
 Para sempre se calou...
 Morreu só... Morreu á mingoa...
 Quem jamais d'ella cuidou? – Homens das leis... vinde vel-a
 Ai, vel-a... como expirou!

(O PUBLICADOR, Juvenal Galeno, 1864, p. 2-3).

Juvenal Galeno finda a história contando que a velha terminava a lenda chorando copiosamente junto à fogueira. Além da lenda “A Escrava”, aparecem nos jornais da época publicações do mesmo autor como o volume de poesias denominado “Lendas e Canções Populares”. O intuito da referida publicação nos jornais do período, ao que parece, visava sensibilizar os leitores sobre a condição dos escravizados, em particular, das mulheres cativas. Destinar como correspondência a Maria Gayoso significava disseminar apoio à causa abolicionista que a tinha como referência, uma mulher à qual gozava de respeitabilidade e reconhecimento dentro e fora da província paraibana.

Sobre os objetivos da instituição de Caridade S. João Evangelista, eles estiveram definidos em uma das notícias que, para além de libertar escravizados, socorria também órfãos e as viúvas. Sendo, nesse sentido, uma sociedade abolicionista filantrópica, como destaca a publicação seguinte:

Imagem 41 – Anúncio da criação da Sociedade Caridade São João Evangelista



Fonte: *O Cearense*, 1864, p. 1-2.

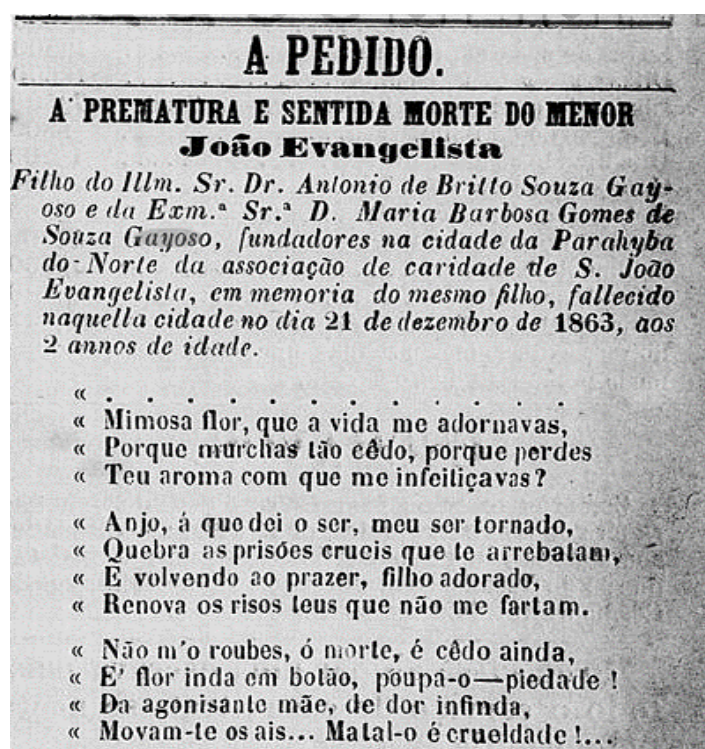
Segundo Alonso, as mulheres “não adentraram ao abolicionismo como bloco; dividiram-se conforme a hierarquia da sociedade imperial, entrando por três portas” (ALONSO, 2015, p. 82). Maria Gayoso adentra no movimento por meio de duas destas portas: primeiro pela via da filantropia, seguindo pela via do acompanhamento de um homem, seu marido Antonio Gayoso. A terceira via de entrada estava destinada aos artistas, entre eles, as atrizes e instrumentistas que se utilizavam dos seus talentos e do ambiente do teatro para propagarem o movimento abolicionista.

Para Macena, “a filantropia foi convenientemente usada como tática de atuação, uma causa eminentemente política” (MACENA, 2015, p. 240). Nesse sentido, a autora chama atenção para o aspecto politizado que havia, em particular, nas associações abolicionistas lideradas por mulheres que, também, denominavam como ações de caridade, reforçando a imagem naturalizada da vocação da mulher em ser generosa, materna e caridosa – essa visão disseminada no século XIX, no entanto, não deve encobrir a perspectiva política que embalou as mulheres participantes do movimento. De acordo com Nunes, “as mulheres envolvidas no movimento abolicionista experimentaram participar de movimento social e político pela primeira vez de maneira mais concreta”. (NUNES, 2020, p. 5). Uma ação coletiva que as colocaram no convívio dos espaços públicos e deu à elas a condição de pessoa política.

Na Parahyba do Norte a criação da primeira instituição abolicionista se deu após o falecimento de João Evangelista, seus pais: Maria Barbara Gomes de Sousa Gayoso e Antônio de Brito de Sousa Gayoso decidiram fundar uma associação voltada para eliminar, ainda que parcialmente, a escravidão na província. O nome da referida instituição seria o de seu filho falecido. Segundo Silva, “O artigo 48 do estatuto previa

que os escravizados libertos pela associação deviam adicionar aos seus nomes o complemento de S. João Evangelista” (SILVA, 2016, p. 57). Esse registro simbolizava uma homenagem ao filho do casal, mas também demonstra um elemento de submissão, bem como de difusão da causa abolicionista pregada pela família Gayoso. Para Silva, “esses aspectos denotam o perfil emancipacionista baseado em um discurso religioso e humanitário no qual a associação foi formada” (SILVA, 2016, p. 58). No *O Publicador* há um poema assinado por “Um amigo”, em que comenta o falecimento do filho e a ligação que fizeram desse acontecimento com a Instituição que leva seu nome:

Imagem 42 – Poema sobre o falecimento de João Evangelista

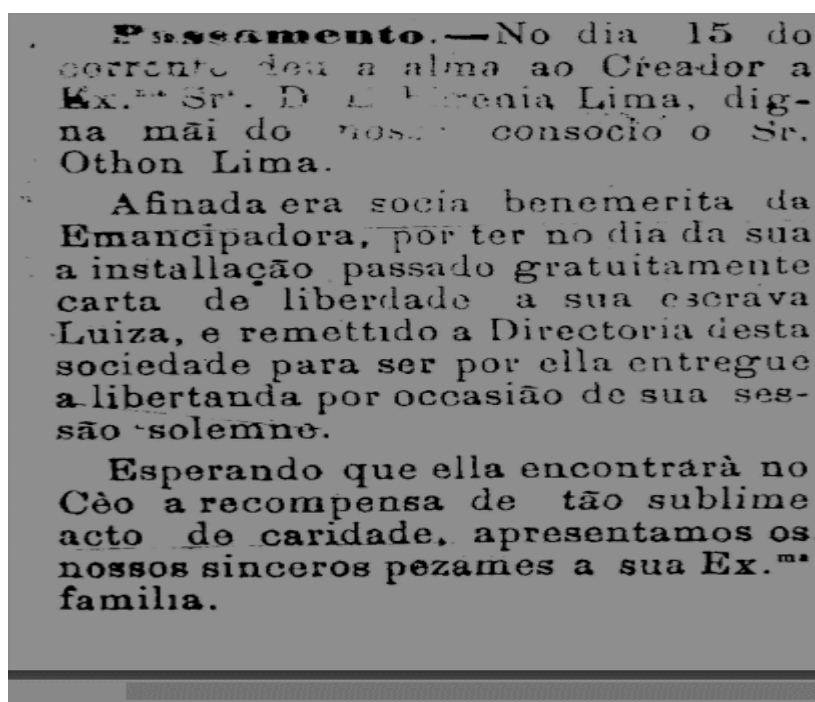


Fonte: *O Publicador*, 1864, p.3-4.

A presidência da sociedade ficou nas mãos de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso, e à frente da vice-presidência esteve seu marido, o então chefe de polícia da Cidade da Parahyba Antônio de Britto de Sousa Gayoso. Havia reuniões constantes na Associação, incluindo a presença dos sócios e também daqueles que estavam “concorrendo” à alforria. Era prática recorrente a concessão de alforrias a cada evento ou reunião das associações (SILVA, 2016). Na Província da Parahyba do Norte, a Sociedade de Caridade de S. João Evangelista foi a primeira, mas não a única a exercer atividades

de cunho abolicionista nesta província. Havia ainda outras seis, denominadas: Emancipadora Areiense (1873); Emancipadora Parahybana (1883); Núcleo Abolicionista (1884); A Emancipadora 25 de março (1885); e Centro Libertador Rui Barbosa. Dessas, conseguimos encontrar uma notícia do falecimento de uma das sócias da Emancipadora Parahybana, publicada no jornal que a mesma instituição possuía denominado de *O Emancipador: Órgão da Emancipadora Parahybana* – mantido por um grupo de abolicionistas formado por homens e mulheres:

Imagem 43 – Notícia sobre o falecimento de uma das sócias da Emancipadora Parahybana



Fonte: *O Emancipador*, 1883, p.4.

Não foi localizada a participação de mulheres nas demais associações abolicionistas paraibanas desse período. Mas em relação à Instituição de Caridade S. João Evangelista, o discurso de inauguração da sociedade abolicionista proferido por Maria Gayoso se encontra na Seção Noticiário e ocupa cerca de três colunas em duas páginas do jornal *O Cearense*, divulgado em uma terça-feira do dia 26 de janeiro de 1864. Estas foram algumas de suas palavras:

Senhores: – **Ha muito tempo que trabalho no meu pensamento a criação de uma associação que cure da maior chaga**, que existe na sociedade, infelizmente hoje mesmo, no seculo das luzes, no seculo do progresso – a escravidão – [...] **O escravo, senhores, não é pessoa, é cousa, é objecto possuído**; ou melhor, o escravo, se tem filhos, não são

seus; se tem mulher, não é sua; esses entes queridos pertencem a seu senhor que os vende, que caprichosamente lh'os arrancam dos braços; o escravo não respira o ar que respiram até os irracionais, não come quando tem fome, não bebe quando tem sede, não dorme, quando está exausto sofre mesmo quando o coração lhe extala de desespero. O escravo só faz tudo isto, quando o senhor consente. Salvemos, pois, o maior numero, que podemos, desses infelizes á miserabilissima sorte que os oprime [...] O nome da sociedade por mim lembra-lo é – Caridade de S. João Evangelista. – **Aqui, senhores, cumpre-me pedir-vos desculpas de procurar ligar o nome do meu filho, João Evangelista, á criação de uma associação**, que, espero, não se extinguirá tão cedo como ele [...] **Agora que me ouvistes, desejo saber se me comprehendestes, se approvaiz o que expuz, se posso contar com o vosso apoio dedicado para esse maior empenho de minha alma; assim como vós senhoras mães de família da Parahyba, cujo auxilio encarecidamente invoco** (*O CEARENSE*³⁷, 1864, p. 1-2. Grifos nossos).

Pode-se compreender do discurso de fundação da associação, pelo menos, quatro principais aspectos enfatizados por Maria Gayoso: primeiro referente à origem de criação da instituição abolicionista, que segundo ela, teria surgido a partir de seus próprios pensamentos. O que indica uma atitude de consciência política partida da experiência de uma mulher, contrariando, assim, os discursos do período em que representavam as mulheres fora do espaço público, onde se debatiam questões políticas e sociais.

O segundo aspecto está relacionado ao destaque que dá à condição inferiorizada dos escravizados na sociedade, sendo considerados como indigentes e, por isso, necessitavam de ajuda para se verem livres do jugo da escravidão. Terceiro, justifica a ligação existente entre o nome do seu filho falecido prematuramente ao da Instituição. Tendo ou não a intenção, ela estava, dessa forma, vinculando sua vida privada com o espaço público, agindo por meio do sentimento de caridade, de filantropia e também por consciência política que tinha.

Ao final do discurso evidencia-se o quarto aspecto alusivo ao pedido de apoio da população, tanto aos homens como às senhoras mães de família da Província da Parahyba do Norte. Dessa forma, Maria Gayoso abria espaço para que mais mulheres pudessem estar vinculadas à causa e exercer seu papel social na política da época. Nesse sentido, Alonso afirma que, “ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão

³⁷ O periódico *O Cearense* (CE) teve como proprietário o Sr. Thomaz Pompêo de Sousa Brasil. Como posicionamento político seguia as ideias do Partido Liberal. Publicava-se duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras.

onde ela era tão forte quanto silenciosa: em casa. Politizou a vida privada” (ALONSO, 2015, p. 83).

No artigo 41 do estatuto da Associação de Caridade de São João Evangelista estava determinado que “para as alforrias serão, em igualdade de circunstâncias, preferidas as mulheres aos homens, as que tiverem filhos às que não tiverem, as casadas às solteiras” (*O PUBLICADOR*, 1864).³⁸ Assim, a prioridade era dada às mulheres casadas e com filhos, possivelmente, porque essas carregavam consigo um grau de afetividade com seus parentes, sobretudo, seus filhos, e que despertava maiores necessidades pela busca da liberdade em viver essas relações maternas. Ainda de acordo com Silva, também “as pessoas escravizadas que possuíssem parte do dinheiro necessário eram preferidas” (SILVA, 2016, p. 56).

A notícia abaixo é exemplo de publicação sobre uma das reuniões que aconteciam na associação:

A PEDIDO

Sociedade “Caridade de S. João Evangelista”

Pela directoria da sociedade Caridade de S. João Evangelista se faz publico, que na sessão de 10 de abril proximo passado forão definitivamente approvados os estatutos da mesma sociedade; e procedendo-se na mesma sessão á eleição da directoria effectiva, que tem de funcionar até 27 de dezembro do corrente anno, recahio a votação sobre os seguintes:

Presidente effectivo – a Exm. Sra. D. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso... 29 votos. Vice-presidente effectivo – o illm. Sr. Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso... 27 votos. Secretario – Jose Antonio Baptista... 27 votos. Procuradores – Francisco Antonio Aranha Chacon... 26 votos. Manoel Odorico Cavalcanti de Albuquerque... 26 votos. João Pinto Monteiro e Silva... 25 votos. Thesoureiro – Custódio Domingues dos Santos... 24 votos. Vice-presidentes honorarios, – o Exm. Barão de Mamanguape... 25 votos. José da Silva Coelho... 24 votos. Commendador João José Innocencio Poggi...20 votos. Dr. Felisardo Toscano de Britto...18 votos.

Forão na mesma sessão decretadas as alforrias dos escravos Benvinda, com 22 annos de idade, de D. Anna Joaquina Tavares Franco, e Raymunda, com 36 annos, dos herdeiros de Dr. Manoel Corrêa Lima: passarão-se as cartas de liberdade pelos respectivos senhores, com as

³⁸ A íntegra do Estatuto da Sociedade está presente no Anexo II. Apresenta 6 capítulos, contendo 54 artigos que, respetivamente, se referem ao modo de organização e finalidade do instituto; as obrigações dos/as sócios/as; da Diretoria da sociedade; das reuniões entre os/as sócios/as e trabalhos que faziam; da alforria de escravizados/as e as obrigações por eles contraídas; e demais disposições inseridas no Estatuto. A Sociedade foi instalada em 27 de Dezembro de 1862. A íntegra de seu Estatuto foi publicada em 28 de Fevereiro de 1864, redigido pelos senhores: Felisardo Toscano de Brito; Vigario Joaquim Antonio Marques; Dr. João da Matta Corrêa Lima; Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso; Manoel Porfírio Aranha; Dr. Antonio Henriques de Almeida; e Thomás d’Aquino Mindêllo.

declarações exigidas pela sociedade, sendo marcadas, de conformidade aos artigos. 20 e 8, e 43 dos respectivos estatutos, as quantias de 36\$000 para a mencionada escrava Raymunda, e a de 40\$00 para a escrava Benvinda, para auxilio dos fins da sociedade.

O secretario. Jose Antonio Baptista (*O PUBLICADOR*, 1864, p. 3).

Na lista que compunha os sócios da associação vemos nomes importantes, como os do Barão de Mamanguape, o Comendador João José Innocencio Poggi e o então Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte e também chefe do Partido Liberal Progressista, Felisardo Toscano de Britto. Há, inclusive, uma notícia no jornal que mostra a rede de sociabilidade que havia ao redor de um dos fundadores da Associação e informa que o Sr. Dr. Chefe de Polícia Antonio de Britto Souza Gayoso – marido da Senhora Fundadora da Instituição e Vice-Presidente da Associação – participou de um jantar oferecido pelo Partido Liberal Progressista ao Chefe do Partido Liberal Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano, de Brito. “De onde [Antonio Gayoso] foi saudado com o quarto brinde no jantar” (*O PUBLICADOR*, 1864, p. 2).

Ao final desta reunião, foram concedidas alforrias a duas escravizadas: a mais nova com 22 anos, de nome Benvinda ao custo de 40\$000 reis e a mais velha de 40 anos chamada Raymunda por 36\$000 reis. Os proprietários das escravizadas pagavam o custo das cartas de liberdade, dinheiro esse visto como um auxílio para pagamento das despesas da Associação. Esse pagamento faz da dita “benfeitoria” da Instituição ser contraditória, uma vez que as alforrias só eram concedidas por meio da arrecadação de dinheiro, seja enviados pelos proprietários ou dos/as próprios/as escravizados/as.³⁹

Para Alonso, “trazer à cena indivíduos que viveram o conflito dá rosto à enorme teia de ativismo. A abolição não se faria por si, pelo desenvolvimento da economia ou por decisão solitária do sistema político” (ALONSO, 2015, p. 10). A participação de mulheres em associações abolicionistas, inclusive ocupando cargos na administração, revela a atuação da figura feminina em ambientes importantes da sociedade, onde podiam expressar sua voz política e lutar pela liberdade de outras mulheres que detinham a condição de cativas.

O pioneirismo de Maria Gayoso com a Sociedade de Caridade S. João Evangelista é exemplo de grande destaque da presença de uma mulher atuante no movimento

³⁹ Os artigos que regulam as formas de pagamento pelas alforrias concedidas estão presentes nos estatutos da Instituição, que foram divulgados em sua íntegra no *O Publicador*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&Pesq=%22evangelista%22&pagfis=150>. Acesso em 03 de nov. 2022.

abolicionista na Parahyba do Norte, feito esse que merece destaque na historiografia brasileira, por sua história de enfrentamento às amarras da sociedade patriarcal e escravagista na qual viveu.

Contudo, a sua imagem chega ao século XXI apagada da história. Nas pesquisas de grande relevância como a de Alonso, na obra “Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)”, há em anexo uma lista com os nomes das associações abolicionistas em atividade entre o período de 1850-1888, a qual Maria Gayoso e sua instituição não são mencionadas. Seu nome também fica ausente do “Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”, dos autores Brazil e Shumaker, publicado nos anos 2000, e que traz nomes de mulheres abolicionistas do século XIX.

Qual seria o motivo do seu apagamento na historiografia? – Pode-se pensar na dificuldade em encontrar farto acervo de fontes para que a história de Maria Gayoso pudesse ser contada, mas esse não é bem o caso quando se trabalha com os jornais paraibanos da época, meio em que seu nome aparece nas muitas notícias que circulavam tanto dentro, quanto fora da província. Ainda mais quando há periódicos do período disponibilizados digitalmente no acervo da *Hemeroteca Digital*. No entanto, de fato, o que precisa ser visto na historiografia é a importância de ter pesquisas voltadas ao estudo de mulheres como Maria Gayoso – figura fundamental para compreender o espaço ocupado pelas mulheres oitocentistas na Província da Parahyba do Norte, bem como para romper com o silenciamento de experiências femininas que foram importantes nas causas sociais e políticas do século XIX⁴⁰.

A atuação de Maria Gayoso na luta pelo fim da escravidão foi possível pela teia de relações que estabeleceu no seu círculo social, dentro e fora da província da Parahyba do Norte, já que muitos sócios da instituição eram de outras províncias do Império. Nesse sentido, Perrot afirma que “nenhum processo histórico age por si mesmo. Supõe complexas interações em que as mulheres desempenharam seu papel ora individualmente, ora coletivamente”. (PERROT, 1998). A fundadora da Caridade de S. João Evangelista exerceu seu papel individual quando se lançou na campanha abolicionista após um assunto doméstico: a morte do seu filho. Ao mesmo tempo em que integrava

⁴⁰ Assim como Maria Gayoso, mulheres de outras províncias também fundaram, presidiram e participaram de Associações abolicionistas. Foram os exemplos de Elisa Faria Souto – presidente das Amazonas Libertadoras, em Manaus (1884); Elvira Pinho – principal articuladora da Sociedade Abolicionista Cearenses Libertadoras, no Ceará (1879) e a negra Brandina – atuou no movimento abolicionista na Cidade de Santos, São Paulo, na segunda metade do século XIX. (BRASIL; SCHUMAKER, 2000).

coletivamente, junto com outros homens e mulheres, a organização de uma entidade que resultou na libertação e acolhida dos mais necessitados do seu tempo.

Assim, finalizando este capítulo, vimos por meio dos anúncios do *O Publicador* como as mulheres na condição de escravizadas apareciam neste jornal, quando eram requisitadas ou colocadas à disposição para realizarem a função de reproduzir novos outros corpos para a escravidão, servir na criação da prole dos seus senhores ou participarem como mão de obra para trabalho em casas de campo, na lida com as atividades agrícolas, como cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras. Para elas, o periódico servia como uma vitrine comercial de papel, dos que estavam em busca dos serviços prestados por aquelas mulheres que para as elites representavam itens de consumo de vidas e corpos das escravizadas.

Além disso, também apresentamos a trajetória de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso – uma mulher, abolicionista, fundadora da Sociedade de Caridade de São João Evangelista. Bastante mencionada no *O Publicador*, principalmente porque tinha o primeiro proprietário do jornal como um dos sócios da instituição abolicionista e também porque a sua Sociedade era muito influente nas questões sociais da Cidade da Parahyba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da narrativa construída, pudemos nos aproximar das formas como se deu a presença das mulheres nas seções do jornal *O Publicador*, percebendo não só os conflitos que experimentaram nas entrelinhas das notícias divulgadas, mas também como algumas se utilizaram deste meio de comunicação para subverter os lugares de invisibilidade que os ideais patriarcais haviam demarcado.

Na década de 1860, *O Publicador* não era o único periódico em circulação na Província da Parahyba do Norte. Havia ainda, cerca de mais outros 23 jornais que compunham o cenário do comércio impresso. Marcado neste período por apresentar um editorial diversificado, que contemplava as esferas do debate político, daquilo que acontecia no cotidiano ou no âmbito burocrático, e também na divulgação de obras que se destinavam à leitura folhetinesca, romancista e literária. Boa parte das edições disponíveis nos acervos *online* são, inclusive, de jornais dessa época que se destinaram à leitura recreativa – principalmente das crônicas. Nesse sentido, era um comércio imerso na cultura cotidiana dos paraibanos e paraibanas.

A partir dos dados sobre o custo das assinaturas destes periódicos atentamos para a tendência de que os jornais de maior periodicidade custavam mais em comparação àqueles que publicavam com pouca frequência (uma vez na semana, por exemplo). Em comparação aos demais, *O Heliotropio* possuía o menor custo: 320 rs mensais. *O Diário da Parahyba* e *O Comercial*, *O Solicito* e *Academico Parahybano*, expressavam as assinaturas de valores mais elevados, respectivamente, 1\$000 rs por mês para a Capital.

O diário *O Publicador* custava 1\$000 rs por mês, também. Tratava de assuntos diversos, defendia a política liberal progressista e destinava-se à leitura tanto de homens, quanto de mulheres pelo que pudemos apurar. Muito embora tenha predominado o olhar masculino ao longo de suas publicações. Mesmo depois de 1866, ano em que os herdeiros do proprietário e fundador – algumas delas mulheres –, assumem a administração do periódico, o editorial não objetivou à uma escrita feminista. A herdeira de maior destaque, como visto, foi Calecina Rodrigues. Não encontramos nenhuma outra mulher à frente de oficinas tipográficas, proprietária e redatora-chefe de jornal neste período, na província.

Calecina é uma das mulheres apresentadas nesta pesquisa que rompe com o silenciamento por meio das fontes e da historiografia escrita até o século XIX. Ela tem registros trabalhando no comércio editorial da Província da Parahyba do Norte até a década de 1890. As fontes indicam também que ela comanda “oficinas”, no plural. Com

a virada do século e o aparecimento nos anos de 1920, da Escola dos Annales, da emergência dos campos da Nova História Cultural e Social, os historiadores passaram a inserir as mulheres como sujeitos históricos de seus estudos.

Nos anos de 1980, a historiografia brasileira ingressa no campo da História das Mulheres, sob o ponto de vista de historiadoras – o que contribui com a tarefa de desvincular as mulheres do “sujeito universal” propagado pela visão metódica ou positivista, em que se acentuava a hegemonia de uma história escrita por e para homens. A consolidação e diversificação deste campo ainda apresenta lacunas.

Parte desta lacuna está sendo suprida com a escrita desta dissertação, especialmente, porque percebemos e identificamos a presença e participação das mulheres na história da imprensa paraibana, por meio do *O Publicador*. Neste jornal, o perfil feminino foi traçado a partir de alguns eixos centrais como: literatura, religião, educação, moda e loucura, arte, condição civil, escravidão, comércio, casamento/divórcio.

Assuntos que eram disseminados com uma “função pedagógica” e representavam as mulheres a partir de virtudes, imperfeições, personagens bíblicas e opiniões moralizantes sobre a maneira “civilizadora” de como deveriam se comportar em sociedade.

Para serem vistas para além do que o imaginário patriarcal estabelecia, era preciso que fossem lidas. No *O Publicador* elas praticavam uma escrita definida como “jornalismo de serviço”. Poupavam o tempo dos leitores ao anunciar com descrição a oferta de seus trabalhos, a venda de bem de consumo, de sua mão de obra, ou ainda, a divulgação de suas correspondências.

Em relação às correspondências identificamos o possível uso de pseudônimo na carta assinada por “Juliana”. Não podemos afirmar, com certeza, que se tratava de uma assinatura feminina ou de um homem utilizando o nome de uma mulher, já que o conteúdo presente na correspondência traz aspectos da política da Cidade da Parahyba, e assuntos em que havia opiniões acerca desta questão eram escritos, como prática comum, por homens que se ocultavam atrás de um pseudônimo.

A presença feminina no *O Publicador* tem mais visibilidade na seção anúncios, por ser lugar de divulgação de seus trabalhos e venda de algum item de consumo ou de imóveis de sua propriedade – muitas vezes herdados ou fruto do divórcio e até falecimento dos maridos. Este último aspecto demonstra a presença de mulheres onde a

figura masculina era predominante, como proprietária e articuladora dos negócios da família.

Para as professoras, os anúncios serviam como uma vitrine para o comércio da instrução: destacavam atributos sobre sua moralidade, difundiam a mão de obra e facilitavam a contratação pelos pais de família.

Para as atrizes, o jornal foi o porta-voz das atividades que realizaram no teatro brasileiro e paraibano. Foi possível elaborar um quadro inédito com os nomes das mulheres em que apareceram seus nomes nos anúncios do *O Publicador*, oferecendo assim, mais visibilidade ao trabalho e trajetórias dessas atrizes.

Para as escravizadas, o silêncio de sua identidade no jornal é ainda mais evidente que o das mulheres de condição livre. Isso porque – salvo, Ana, Joaquina e Josepha –, houve uma ausência de seus nomes nos anúncios do jornal. Quando as poucas eram mencionadas servia para complementar a descrição do anúncio de fuga por seus donos ou donas.

A partir do Censo de Leitores da Parahyba do Norte de 1872, vimos que as mulheres de condição livre possuíam maior taxa de analfabetismo se comparada aos homens de mesma condição jurídica. E as mulheres escravizadas, ainda que o mesmo indício aponte para a ausência da frequência de meninas cativas em aulas de instrução primária, também mostra que as escravizadas possuíam uma taxa de letramento maior que a dos homens escravizados. Ainda assim, saber ler e escrever era uma condição mais presente na vida de mulheres livres e com maiores recursos econômicos – índice abaixo se comparado ao “gênero oposto”.

Sem mais delongas, recordemos o nosso principal objetivo ao iniciarmos este trabalho: identificar a presença das mulheres no *O Publicador*. Pelo que foi dito acima, assim o fizemos, acrescentando ainda as experiências de três trajetórias de mulheres que merecem visibilidade na historiografia nacional e local, pelo trabalho que realizaram e por suas ações que contribuíram para a História da Província da Parahyba do Norte: Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques, Eugênia Infante Câmara e Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso.

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir e despertar para a importância que tem a área de estudos sobre a História das Mulheres na imprensa paraibana.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fotografia

Rua Direita – Capital. RODRIGUES, Walfredo. 2 séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930). João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

Legislação

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Lei nº 439 de 15 de dezembro de 1858. Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no Período Imperial. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://ghenoufpb.wixsite.com/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Lei nº 13 de 4 de novembro de 1864. Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no Período Imperial. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://ghenoufpb.wixsite.com/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Lei nº 178 de 30 de novembro de 1864. Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no Período Imperial. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://ghenoufpb.wixsite.com/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

Relatórios

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do Presidente de Província. Henrique de Beaurepaire Rohan. 1859, p. 138. A Instrução Pública na Parahyba do Norte: Discursos, Falas e Relatórios de Presidentes da Província (1837-1889). FERRONATO, Cristiano (org.). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <https://ghenoufpb.wixsite.com/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do Presidente de Província. Silvino Elvídio Carneiro de Moura. 1865, p. 79. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do 1º Vice-Presidente de Província. Felisardo Toscano de Brito. 1866, p. 81. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do 2º Vice-Presidente de Província. Barão de Maraú. 1867, p. 70. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do Presidente de Província. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. 1869, p. 116. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do Presidente de Província. Venâncio José d' Oliveira Lisbôa. 1871, p. 78. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Sites Consultados

ALVES, Castro. **[Estudo de cabeças de homens e de uma mulher: Eugenia Câmara]**. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 des, grafite, pb, 20,5 x 15,3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon165070/icon165070.pdf. Acesso em: 2 de março, 2022.

Árvore genealógica de Maria Evangelista Gomes de Souza Gayoso. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/MZ5H-2RB/maria-evangelista-gomes-de-souza-gayoso-1863-1929>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Center for Research Libraries. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1224%2C-141%2C3934%2C2775> . Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Eugênia Infante Câmara. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/G9MD-TSD/eug%C3%AAnia-infante-da-c%C3%A2mara-1837-1874>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO). Disponível em: <https://ghenoufpb.wixsite.com/gheno/producoes>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> .Acesso em: 01 de maio de 2021.

Muito além do Grito do Ipiranga #7 - A Independência nas folhas dos impressos - Aldenize Ladislau (Mestranda História UFPB) e Nayana Mariano (DFE-UFPB). Disponível

em: https://open.spotify.com/episode/2rQUqsQm7zzlQfzlcMhChy?si=dMzsByMbQP-QAJ676cx-fg&utm_source=whatsapp . Acesso em: 19 de setembro de 2022.

Pop 1872 – Brasil. **Recenseamento do Império do Brasil – NPHEd (ufmg.br)**. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

Planta da Cidade da Parahyba, s.d.; desenho a nanquim, papel vegetal; 104 x 100 cm. Fonte: Setor de Cartografia, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ARC.017,07,021on).

Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

Jornais

A Borboleta (1860), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br> e <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

Academico Paraibano (1866), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

A Esperança (1867), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

A Estrella (1860), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

A Gyromancia (1862), Paraíba. Disponível no Arquivo Maurílio de Almeida.

A Regeneração (1861-1862), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br> e <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

Diario da Parahyba (1862), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

Echo Parahybano (1862), Paraíba. Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37).

Esperança (1867), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

Fraternidade Artistica (1866), Paraíba. Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37).

Jornal da Parahyba (1863), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Amor Perfeito (1862), Paraíba. Citado em (SOUZA, 2013, p. 98).

O Cearense (1864), Ceará. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Comercial (1862), Paraíba. Disponível no Arquivo Maurílio de Almeida.

O Conservador (1862), Paraíba. Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37).

O Despertador (1866), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br> e <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Estado da Parahyba (1891), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Foguete (1862), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Heliotropio (1861), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Imparcial (1861), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Liberal Parahybano (1884), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Mercantil Parahybano (1862), Paraíba. Citado em (MARTINS, 1976, p. 78).

O Publicador (1864-1869), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 02 de junho de 2022.

O Solicito (1867), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Tempo (1865), Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html> e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Acesso em 16 setembro de 2022.

O Voluntario da Patria (1869), Paraíba. Citado em (SOUZA, 2013, p. 99).

O Yetim (1866), Paraíba. Citado em (SOUZA, 2013, p. 99).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Flávia Ferreira de. **O mercado de trabalho dos espetáculos**: atrizes das companhias portuguesas nos palcos do teatro musicado carioca. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 09, abr, 2017.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, Imprensa e Vida**. Campina Grande: Grafset, 1986.

ARIZA, Marília B. A. Ventres, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T. [et al.] (orgs.). **Ventres Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

AZEVEDO, Sandra Raquew; BÃDÃRÃU, Maryellen. **A crônica feminina na imprensa paraibana: trajetórias, escritas de si e cotidiano**. – João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

AZEVEDO, Sandra Raquew; BÃDÃRÃU, Maryellen. **O desenvolvimento da escrita feminina na imprensa da Paraíba**: um olhar para a crônica e para a história das mulheres. Revista Mídia e Cotidiano. V. 4, n. 2, maio-ago. de 2020, p. 149-166.

BARBOSA, Everton Vieira. **Costuras em papel: a moda parisiense e suas relações com o Rio de Janeiro e São Paulo**. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2021.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a História Cultural**. In: Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. p. 87-98. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009.

BARBOSA, Socorro de Fátima. **Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. -João Pessoa, 2009.

BARROS, Mariana Monteiro; MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), 2017.

BEZERRIL, Fernanda Daniella de França. **Vozes Femininas**: as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880-1882). Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa, UFPB, 2013.

Biblioteca Nacional (Brasil). **Castro Alves: o olhar do outro**. — Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1997.

BLÁZQUEZ, Gustavo. Exercícios de apresentação: Antropologia social, rituais e representações In: CARDOSO, C.F; MALERBA, J. (org) **Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, p 169-194.

BRAVO; Camila Fernandes; EWALD, Ariane P.; GUIMARÃES, Aurea Domingues; SOBREIRA, Carolina Bragança. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In: FERREIRA; Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. — Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Maria Aparecida. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – Biográfico e Ilustrado. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.18, ago. / set., 1989.

BUITONI, Dulcília H. S. **Imprensa Feminina**. São Paulo, 2. Ed. Editora Ática, 1990.

BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da Historiografia. 2ª edição – Editora UNESP, São Paulo, 2011.

CÂMARA, Eugênia. **Esboços Poéticos**. Porto, Typografia de Sebastião José Pereira, 1855.

CÂMARA, Eugênia. **Segredos D' Alma**. Fortaleza, Typografia Constitucional, 1864.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2006.

CARULA, Karoline. **Perigosas amas de leite**: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 197-214.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª edição. Editora DIFEL [1988], 2002.

CONRAD, Roberto. **Últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Isadora de Melo Escarrone. **Entre o Brasil e Portugal: Gênero e religião na representação do feminino em meados do Oitocentos**. Temporalidades – Revista de História. Ed. 35, v. 13, n. 1 (jan/ jun. 2021).

COSTA, Isadora de Melo. **Entre demônios de saias e rosas com espinhos: o ser mulher em periódicos femininos da segunda metade do XIX**. Revista Laboratório de História. Ano 2, n. 2, p. 177-192, jun. 2018.

COSTA, Isadora de Melo. **Sincronias impressas entre o Rio de Janeiro e Porto: um estudo comparado sobre as representações das mulheres no Jornal das Senhoras (Rio de Janeiro; 1852-1855) e A Esperança (Porto; 1865-1866)**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UERJ, 2021.

COSTA, Lourenço Resende da. **História e Gênero: a condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis**. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 1, n. 2, 2013.

CUNHA, Karolina Dias da. **As mulheres brasileiras no século XIX**. Anais do Encontro Nacional do GT-Gênero/ANPUH. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2019.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. **A representação da mulher escravizada nos anúncios de jornais da Paraíba Oitocentista (1850-1888)**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. 28 de outubro de 2011, João Pessoa – PB.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOURADO, Larissa Bagano. **Escravidões na província da Paraíba: trabalho e opressão na sociedade escravista (1850-1888)**. Faces da História. Assis-SP, v. 4, nº 1, p. 241-258. Jan-jun, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX, Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. **A instrução feminina na Capital da Província da Parahyba do Norte: o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1895)**. In: FERRONATO, Cristiano; PINHEIRO, Antonio (orgs.). Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889). João Pessoa, Editora Universitária (UFPB), 2008.

FEIJÃO, Rosane. **Moda e moral: algumas questões entre os séculos XIX e XX**. Contemporânea. Ed. 22, v. 11, n. 2, 2021.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. **História da Paraíba (para uso didático)**. João Pessoa: A união Cia. João Pessoa – 1987.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2 ed. AUM. – São Paulo: Ed. Nacional: [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

HAACK, Marina Camillo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850 – 1888)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2019.

HAACK, Marina Camilo; SOUSA, Caroline Passarini; TARDINO, Giovana Puppini. **Localizando a mulher escravizada nos mundos do trabalho**. Dossiê Mundos do Trabalho. Cantareira, 34ª ed. Jan-Jun, 2021, p. 54-75.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LADISLAU, Aldenize da Silva. **Educação Doméstica na Parahyba do Norte: o ensino no espaço da casa (1880-1889)**. Monografia (Graduação em História). João Pessoa – PB, Universidade Federal da Paraíba. 2020.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los estudios históricos**. Buenos Aires: Pléyade, 1972.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Imprensa e rede de solidariedade feminina na sociedade baiana dos séculos XIX e XX**. Revista Modos de Ser Femininos, Relações do Gênero e Sociabilidades no Brasil. Feira de Santana, Bahia, 2011.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão as mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera – São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVANDOSKI, Daisa Maria; RODRIGUES, Juliana; TAVEIRA, Adriana do Val Alves. **Mulher e a psiquiatria no século XIX**. Faz Ciência, v. 20, 31, jan/ jun. de 2018, p. 95-108.

LOPES, Silvana Fernandes. **“Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX**. Revista Plures Humanidades, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan.jun, 2011.

LOURO. Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: Mary Del Priore (org.) História das Mulheres no Brasil. Ed. 10a .. São Paulo: Contexto, 2015.

MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2015.

MARTINS, Eduardo. **A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos**. João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, Eduardo. **Primeiro Jornal Paraibano**: apontamentos históricos. João Pessoa: União Cia Editora, 1976.

MELLO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal**. Encontro ANPEC. 2001, p. 1-18. Disponível em: anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101222.pdf.

MÉRIDA, Alexandre Pereira. **Quando a casa é a escola**: a educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis, 2013.

MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. **Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional**. Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo no V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007.

MOREIRA, Lucianne Christina Fasolo Normândia. **Ser mulher: a representação da condição feminina e a loucura em O Limiar de Susan Glaspell**. Dissertação (Mestrado em Letras). UFPR, Curitiba, 2017.

MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. **Sobre História e Historiografia das Mulheres**. *Caderno Espaço Feminino*, 31(1). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1: 336. Jan.jun/ 2003. P. 224-233.

NUNES, Etiane Carvalho. **A participação de mulheres na campanha abolicionista de Pelotas (1881-1884)**. XV Encontro Estadual de História ANPUH-RS: História e Resistências. Universidade de Passo Fundo, 2020, p. 1-16.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. **Entre Terra e Mar – Sociogênese e Caminhos do Teatro na Paraíba 1822-1905**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2009.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa**: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2015.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Fundação Editora da UNESP – Prismas, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura**. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX)**. Ano 90, Porto Alegre, n. 4, dezembro, 1995, p. 115-127.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). **Gênero e Imprensa na História do Amazonas**. Manaus. Editora EDUA, 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, Lílían Rúbia da Costa. **A produção cultural do Brasil oitocentista e a atuação de mulheres no teatro popular**. Campinas: UNICAMP. Anais do Seminário Interno de Pesquisa do PPG Artes de Cena. Vol. 8, 2020, p. 1-14.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

RODRIGUES, Walfredo. **2 séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930)**. João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos Santos. **Acerca do Conceito de Representação. Revista de Teoria da História**. Ano 3, nº 6, dez. UFGV, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SENNA, Adriana Kivanski de. **As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina (1889-1916)**. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

SILVA, Innocencio Francisco da Silva. **Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brazil**. Lisboa, Imprensa Nacional. Edição 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735>, acesso em: 28 de marc. de 2022.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição na Parahyba do Norte (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, João Pessoa, 2016.

SILVA, Maria Géssica Romão da. **Correspondências de professores: representações e práticas docentes nos jornais da Paraíba Imperial (1864-1889)**. – João Pessoa, 2015.

SOUTO, Pedro Nicácio. **As últimas décadas da escravidão na Parahyba do Norte (1860-1910)**. São Paulo, Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2021.

SOUZA, Francis Raniere Silva de. **Rompendo Padrões Culturais: O Papel de Idalina Margarida de Asumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte**. Monografia (Graduação em Pedagogia), UFPB, João Pessoa, 2016.

SOUZA, Keyle Samara Ferreira de. **Alba Valdez: a palavra das mulheres na história da Literatura e da Imprensa no Ceará**. – João Pessoa, 2019.

SOUZA, Thiago Oliveira. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura Educacional e Culturas Políticas no Anos de 1880**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2017.

TELLES, Lorena Ferres. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). In: MACHADO, Maria Helena P. T. [et al.] (orgs.). **Ventres Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro, Gryphus, 2005.

VERONA, Elisa Maria. **O Romance, a mulher e o histerismo no século XIX brasileiro**. História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 32, 2008.

ZIN, R. B. **Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX**. *Revista Interdisciplinar Em Cultura E Sociedade*, 4 (especial), 15–27.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert (org.). **Mulheres gaúchas na imprensa do século XIX: Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro**. – Santa Catarina, Ed.1, Educs, 2018.

Anexos

Anexo I

Quadro 9 - Cenário paraibano do comércio impresso na década de 1860

Ano (identificado)	Jornal	Linha editorial e objetivos	Formato	Posicionamento político	Periodicidade	Preço e locais de impressão ou venda	Proprietário e/ou redatores
1860	A Borboleta: Jornal Recreativo, Jovial e Poético.	Seções: Editorial denominado “A Borboleta”; Poemas e Romance. Comunica que seu fim é de distrair as belas jovens e os amáveis leitores e que nada mais conterà que notícias “sui generis”.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas.	Não encontrado	Publica-se todos os domingos.	A assinatura é de 500 rs mensais. Cidade da Parahyba, Typographia Liberal Paraybana da Rua Direita, n. 102.	Impresso por Jesuino da Silva Figueredo e José Emiliano M. de Burgos.
1860	A Estrella: Periodico Recreativo e Critico	Seções: Editorial denominado “A Estrella”; Horas Vagas; A Patrulha; Acrostico.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas.	Não encontrado	Não encontrado	Impresso na Typographia Parahybana – Rua da Baixa, n. 41.	Não encontrado

1861-1862	A Regeneração: Jornal Politico, Litterario, Noticioso e Commercial	“O nosso objetivo é muito precioso, o nosso titulo é meramente politico, e lemita-nos á realidade dos factos taes como se vão succedendo na mesma sociedade – com ello queremos significar o periodo em que entrou agora o partido constitucional – conservador”. (<i>A Regeneração</i> , 1861, ed. 1, p. 3).	Cada edição possui 4 páginas divididas em 4 columnas.	Conservador	Publica-se nas quartas-feiras e sábados.	Anúncios para assinantes são grátis até a 10 linha. Publicações de interesse particular custam 80 rs por cada linha. Folha avulsa 200 rs. Os assinantes da capital pagavam por ano o valor de 10\$000. Os assinantes do interior pagavam 11\$000. Havia ainda, assinaturas por semestre e trimestre. Impresso na Typographia Parahybana – Rua da Baixa, n. 41.	Não encontrado
1861	O Heliotropio: Periodico Recreativo	Seções: Editorial denominado “O Heliotropio”; O Melitar; Carta; Mote; Glosa;	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 columnas.	Não encontrado	Publica-se uma vez por semana	Subscreve-se por 320 rs mensais Impresso na Typographia Liberal	Não encontrado

		Charadas; Poesias.				Parahybana á Rua Direita, n. 102.	
1861	O Imparcial: Jornal Politico, Litterario e Noticioso	Não encontrado	A edição n. 80 do Ano II contém 4 páginas – as duas primeiras páginas são divididas em 2 colunas e as duas últimas divididas em 4 colunas.	Conservador	Publica-se duas vez por semana	Número avulso 100 rs. Anúncios e mais publicações dos assinantes 40 rs por cada linha impressa, e dos que não forem 80 rs. O preço das assinaturas para a Capital por ano era de 9\$000, para o Interior era de 10\$000. Assinava-se também por semestre e trimestre. Impresso na Typographia de José rodrigues da Costa, na Rua Direita, n. 6.	Impresso por Atilano Chrispiniano da Silva.
1862	Diario da Parahyba	Seções: Kaleydoscopio Noticioso, Transcrição, Commercio,	Cada edição possui 4 páginas divididas	Não encontrado	Não encontrado	Subscreve-se á 1\$000 rs por mês para dentro da Capital e 1\$500 para fora dela.	Impresso por Pedro Soares de Figueredo na Typographia de José rodrigues

		Edital, Anuncios, Atenção.	em 2 colunas.			Os assinantes pagam anúncios 40 rs por linha e os que não forem 100 rs.	da Costa, na Rua Direita, n. 20.
1862	O Foguete: Periódico Crítico, Litterario e Noticioso	Seções: Editorial denominado “O Foguete”, O Correio da Semana, Logogripho, Variedades, Anuncios.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas. A maior parte do jornal é escrito em formato de poema.	Não encontrado	“Publica-se todas as vezes que for possível”. (<i>O Foguete</i> , 1862, p. 1).	Custa 500 rs mensais. Subscreve-se na Typographia Litteraria Parahybana.	Não encontrado
1862	A Gyromancia	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Publica-se uma vez por semana.	As assinaturas custavam 2\$000 rs por trimestre para a Capital e fora dela 2\$400. Vendido e impresso na Typographia de propriedade de Thadeu Pereira Bastos e filhos.	Não encontrado

1862	O Comercial	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Publica-se duas vezes por semana.	Custava 1\$000 por 10 exemplares para dentro da Capital e para fora dela á 1\$500. Vendido e impresso na Typographia da Rua das Convertidas, n. 100.	Não encontrado
1862	O Mercantil Parahybano	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Esteve sob a orientação de Padre Lindolfo Correia.
1862	Echo Parahybano	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
1862	O Conservador	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
1862	O Amor Perfeito	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
1863	Jornal da Parahyba	Seções: Parte Official, Editaes, Parte da Instrução Publica, Annuncios.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas.	Órgão do Partido Conservador	Publica-se regularmente duas vezes por semana.	Anúncios grátis até 10 linhas, daí por diante custam 80 rs por linha. Valor das assinaturas para a Capital por ano: 10\$000 rs;	Fundado pelo Senador Frederico de Almeida e Albuquerque. Impresso por Joaquim Sabino Soares Leite.

						por trimestre: 3\$000. Para o Interior por ano: 11\$000; por trimestre: 3\$500.	Um dos seus principais redatores era o Barão de Abiahy e o Padre Meira.
1864-1869	O Publicador	Seções: Editorial denominado “O Publicador”, Parte Official, Editorial, Noticiário, Edital, Communicado, Miscellanea, A Pedido, Transcrição, Correspondencia, Variedades e Annuncios. “Era inquestionável a necessidade, que sentia esta capital de ter um jornal diário, onde todos com facilidade podessem obter as noticias do que se passa no paiz, e fora d'elle; de um jornal que, não se dedicando exclusivamente á	Cada Edição possui 4 páginas divididas em 4 colunas.	Liberal	Publicação diária	Publicava-se diariamente à custa de 1\$000 rs por mês. Os anúncios dos assinantes eram pagos a \$40 rs por linha, e \$100 rs a quem não fosse assinante. Impresso nas dependências da Typographia de José Rodrigues da Costa, no Beco da Misericórdia, n. 9, na Cidade da Parahyba.	Fundador e proprietário tipógrafo José Rodrigues da Costa; Redator-Chefe (1862-1886) Padre Lindolfo Côrrea das Neves; Calecina, Redatora-Chefe a partir de 1866, ajudada pelas irmãs Eliza, Francisca e Julia, e o irmão Francisco, que era o impressor.

		questões políticas, oferecesse aos seus leitores assumptos de diversa natureza, que servindo-lhes de distração aproveitassem á inteligência”. (<i>O Publicador</i> , 1865, p. 1).					
1865	O Tempo: Orgão do Partido Republicano	Seções: Editorial denominado “O Tempo”, Gazetilha, Commercio, Annuncios.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 4 colunas.	Liberal	Publica-se todas as segundas e quintas-feiras.	Os assinantes pagam 40 rs por linha. Não assinantes pagam 100 rs por linha. Folha avulsa custa 100 rs. As correspondências poderiam ser enviadas a custa de 3\$000 rs. Escreve-se no escritório da Typographia do Tempo, na Rua das Trincheiras, n. 5.	Proprietário e Diretor da Redação Joaquim Moreira Lima. Impresso por O.V. Moraes.
1866	O Yetim	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

1866	Academico Paahybano	Seções: Editorial denominado “Academico Parahybano”, Parte Litteraria, Parte Noticiosa: Exterior e Interior.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 4 colunas.	Não encontrado	Publica-se menos de duas vezes por semana.	Assina-se na Livraria Economica, Rua do Crespo, n. 2. Assinatura para o Recife: 1\$500 por mês; para a Parahyba: 3\$000 por trimestre. Impresso em Pernambuco – Typographia do Correio do Recife. Rua do Imperador, n. 70, 1 andar.	Não encontrado
1866	Fraternidade Artistica	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Publica-se na Typographia de B. J. F. Ponteiro, na Rua das Convertidas, casa n. 127.	Não encontrado
1866	O Despertador: Jornal Politico, Litterario e Noticiador	Seções: Editorial denominado “O Despertador”, Mosaico, Correspondencias, A Pedido, Annuncios.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 4 colunas.	Liberal	Publica-se uma vez por semana.	Subscreve-se para a Capital á razão de 10\$ rs por ano, 5\$500 rs por semestre e 3\$000 por trimestre. Para fora 11\$000 rs por ano, 6\$000 rs por semestre e	Redigido por Antonio Souza Carvalho.

						3\$500 por trimestre. Assinantes pagam 40 rs por linha, não assinantes pagam 80 rs. Cada repetição custaria a metade. Numeros avulsos 220 rs.	
1867	A Esperança: jornal Noticioso, Recreativo e Joco-Serio	Seções: Editorial denominado “A Esperança”, Archivo Noticioso (Nomeações, Congos, Demissão, Obtuario, Interinidades), Colluna Electrica, Album dos Assignantes.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas.	Não encontrado	Publica-se aos domingos	Custa 500\$ mensais. Impresso na Typographia Liberal á Rua Direita, n. 102.	Impresso por Jurcilino Casado de Lima.
1867	Esperança: Jornal Recreativo e Noticioso	Seções: Editorial denominado “Esperança”, Noticiário, Album. A redação aceita qualquer trabalho que e lhe ofereça.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 2 colunas.	Não encontrado	Não encontrado	Assinaturas custam 500\$ rs por mês. Impresso na Typographia Liberal.	Impresso por Jurcilino Casado de Lima.

1867	O Solicito	Seções: Editorial denominado “O Solicito”, O Folhetim (Vingança – Romance Original por Camillo Castello Branco). Correspondencia, Pagina Avulsa, Annuncios.	Cada edição possui 4 páginas divididas em 3 colunas.	Não encontrado	Não encontrado	Subscreve-se a 1\$000 por mez pagos adiantados. Os anúncios dos assinantes são grátis até 6 linhas, e daí por diante a 40 rs. Publica-se na Typographia de B. J. F. Ponteiro, na Rua das Convertidas, casa n. 127.	Não encontrado
1869	O Voluntário da Pátria	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos exemplares de periódicos encontrados em circulação na Parahyba do Norte da década de 1860.

A Borboleta (1860) – Edição n. 4 e 8 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; Edição n. 10 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. **A Estrella (1860)** – Edição n. 7 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. **A Regeneração** – Edições do n. 1 até 60 do ano 1861 e do n. 72 até 84 do ano 1862 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e também no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. **O Heliotropio (1861)** – Edição n. 10 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. **O Imparcial (1861)** – Edição n.80 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Diario da Parahyba (1862)** – Edição n.58 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **O Foguete (1862)** –

Edição n.2 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ***A Gyromancia (1862)*** – Edição n. 38 disponível no Arquivo Maurílio de Almeida. ***O Comercial (1862)*** – Edição n. 61 disponível no Arquivo Maurílio de Almeida. ***O Mercantil Parahybano (1862)*** – Citado em (MARTINS, 1976, p. 78). ***Echo Parahybano (1862)*** – Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37). ***O Conservador (1862)*** – Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37). ***O Amor Perfeito (1862)*** – Citado em (SOUZA, 2013, p. 98). ***Jornal da Parahyba (1863)*** – Edição n. 145 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. ***O Publicador (1864-1869)*** – Edições disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ***O Tempo (1865)*** – Edição n. 29 até 133 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19; também há múltiplas edições disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. ***Academico Paraibano (1866)*** – Edição n. 2 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. ***Fraternidade Artística (1866)*** – Citado em (ARAÚJO, 1986, p. 37). ***O Despertador (1866)*** – Edição n. 445 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19 e n. 474 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ***O Yetim (1866)*** – Citado em (SOUZA, 2013, p. 99). ***A Esperança (1867)*** – Edição n. 53 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. ***Esperança (1867)*** – Edição n. 77 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. ***O Solicito (1867)*** – Edição n. 22 disponível no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. ***O Voluntario da Patria (1869)*** – (SOUZA, 2013, p. 99).

Anexo II

Estatutos da Sociedade Caridade de São João Evangelista

A PEDIDO.

ESTATUTOS

DA

SOCIEDADE

CARIDADE DE S. JOÃO EVANGELISTA.

Installada a 27 de Dezembro de 1862.

CAPÍTULO I.

Da organização e fins da Sociedade.

Art. 1.º Fica creada na cidade de Parahyba do Norte, capital da provincia do mesmo nome, uma sociedade denominada—Caridade de S. João Evangelista—, que será posta sob a protecção de SS. MM. II., solicitando-se para isso previamente o seu assentimento.

Art. 2.º Ella tem por fim principal—dar liberdade aos escravos—; e por secundario—socorrer e livrar da miseria os orphãos menores desamparados, e

Art. 9.º Cada socio receberá uma carta, ou diploma declaratorio da sua qualidade e gradação social, com a effigie de S. João Evangelista, assignado pelos Presidente, Secretario e Thesoureiro da sociedade, conforme o modelo junto.

Art. 10. Alem disso serão reconhecidos e declarados socios bemfeitores:

§ 1.º Os que fizerem dadias em beneficio da sociedade, cujo valor não seja inferior a duzentos mil réis.

§ 2.º Os que alforriarem escravos em nome da sociedade, e com os encargos impostos por esses estatutos.

§ 3.º Os que por diligencia propria, adquirirem para a sociedade, pelo menos, dez membros.

Art. 11. Cada socio pagará a quantia de cinco mil réis, como joia de sua entrada, na occasião de se alistar na sociedade, e contribuirá mensalmente com a quantia de um mil réis; do que haverá recibo assignado pelo Thesoureiro, ou por algum dos procuradores.

Art. 12. O pagamento das mensalidades será adiantado, e effectuado regularmente no principio do mez.

viuas honestas desvalidas, com preferencia dos socios, e praticar outros quaesquer actos de urgente beneficencia

Art. 3.º Só quando, dentro do anno, se tiver libertado, pelo menos, um escravo, se poderá applicar os recursos da sociedade ao fim secundario della, sem, contudo, exceder-se a quantia que para isso houver sido fixada em sessão magna.

CAPÍTULO II.*Dos Socios e suas obrigações.*

Art. 4.º Sendo a sociedade humanitaria, é cosmopolita, e admitte socios de um e outro sexo, de outras provincias e paizes.

Art. 5.º Os socios se classificam em instituidores, installadores, e meramente socios.

Art. 6.º Socios instituidores são aquelles que conceberam a idéa da criação da sociedade, e deram os primeiros passos para realisá-la. São somente dous.

Art. 7.º Socios installadores são os que assistiram á installação da sociedade no dia 27 de dezembro de 1863, e os que nella se alistarem até a epocha da approvação definitiva dos presentes estatutos.

Art. 8.º Meramente socios serão todos os que, depois desse prazo, declararem que querem fazer parte da sociedade, e obtiverem della o competente titulo.

Art. 13. As joias e mensalidades poderão ser augmentadas ou diminuidas por deliberação da assembléa geral dos socios, segundo a marcha e estado da sociedade.

Art. 14. Os socios, que quizerem pagar de uma só vez as mensalidades de um anno, ou de mais, podem-lo-hão fazer, sem que tenham direito á restituição de parte alguma das mesmas mensalidades, caso a sociedade se dissolva antes de findo o tempo.

Art. 15. Os socios residentes nesta cidade, ou em suas immedições, deverão comparecer pessoalmente ás sessões da sociedade, sempre que lhes for possivel; e ahi poderão propôr e discutir o que entenderem util e conveniente á mesma, e for concernente aos seus fins, tendo a respeito voto deliberativo.

Art. 16. Os socios residentes fora da cidade, e em outras provincias e paizes corresponder-se-hão por escripto com o centro director da sociedade, ou se farão representar nella por procuradores, não podendo cada um d'estes ter mais de tres votos deliberativos.

CAPITULO III.

Da Directoria da sociedade.

Art. 17. A sociedade será ordinariamente representada e dirigida por uma comissão composta de sete membros, eleitos por escrutinio em sessão magna, e por maioria absoluta dos votos presentes; a saber: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Secretario, 1 Thesoureiro, e 3 Procuradores.

Art. 18.—A comissão directora funcionará por espaço de um anno: os seus membros, comtudo, poderão ser reeleitos.

Art. 19. Ella será convocada pelo Presidente, e reunir-se-ha, sempre que for necessario, para deliberar

§ 8.º Estipular, conforme a idade e habilitações do liberto, o preço dos serviços, que elle ficará obrigado a prestar para auxiliar os fins da sociedade; podendo ser a respectiva importancia exigida toda de uma só vez, ou por partes em tempos determinados.

§ 9.º Em geral, curar e zelar os interesses da sociedade, promovendo por todos os meios a seu alcance a prosperidade della.

Art. 21. Ao presidente compete:

§ 1.º Velar na exacta observancia dos presentes estatutos.

§ 2.º Inspeccionar os trabalhos dos mais empregados, e velar em que elles cumpram os seus deveres.

§ 3.º Convocar, sempre que julgar necessario, a comissão directora da sociedade, e extraordinariamente a assembléa geral dos socios, precedendo para isso deliberação da comissão.

§ 4.º Presidir ás sessões, e dirigir os trabalhos, assim da comissão, como da assembléa dos socios, e cumprir, e fazer cumprir as respectivas deliberações.

§ 5.º Assignar com o Secretario e Thesoureiro os diplomas dos socios.

§ 6.º Assignar toda a correspondencia da sociedade.

§ 7.º Ordonar todas as despesas em nome da comissão directora, ou da assembléa dos socios.

sobre objectos de detalhe, marcha regular da sociedade, e soccorros urgentes a prestar.

Art. 20. E' da attribuição da comissão directora:

§ 1.º Diligenciar, extender e ramificar a sociedade por toda a parte.

§ 2.º Convidar e admittir socios.

§ 3.º Expedir os diplomas dos mesmos.

§ 4.º Crear os livros nessarios para a escripturação da sociedade, sendo, alem de outros, os seguintes:

1 para as assignaturas dos socios por punho proprio, os desta capital, e procuradores, os de fora; 1 para as actas das sessões, assim da Comissão, como da Assembléa geral; 1 para a receita e despozo; 1 para registro dos actos de beneficencia feitos pela sociedade; 1 para registro dos donativos feitos á mesma.

§ 5.º Deliberar sobre as despesas urgentes, e as indispensaveis aos trabalhos regulares da sociedade.

§ 6.º Examinar e verificar, todos os mezes, a receita e despesa havida, o estado da escripturação, etc.

§ 7.º Deliberar, em vista dos fundos da sociedade, sobre a convocação da Assemblia geral dos socios para libertar escravos, ou para quaesquer outros actos de beneficencia não urgentes.

§ 8.º Abrir, numerar, rubricar, e encerrar todos os livros da sociedade.

§ 9.º Ler annualmente em sessão magna um relatório circunstanciado a respeito de todos os negocios da sociedade, seu estado financeiro, numero de socios, beneficios feitos e recebidos, etc., propondo, ao mesmo tempo, as medidas, que julgar proficuas.

Art. 22. Ao Vice-Presidente compete:

§ unico. Substituir ao Presidente em sua ausencia ou impedimento, e exercer então as funcções inherentes a esse cargo.

Art. 23. E' da attribuição do Secretario:

§ 1.º Presidir ás sessões, e dirigir os trabalhos na ausencia, ou impedimento do Presidente e Vice-Presidente.

§ 2.º Redigir as actas das sessões e toda a correspondencia da sociedade, enviando-a ao seu destino.

§ 3.º Escribir todos os livros da sociedade, podendo para isso requisitar o auxilio de algum dos Procuradores, ou de outro qualquer socio, que será designado pelo presidente.

§ 4.º Escrever e assignar com o Presidente e Thesoureiro os diplomas expedidos aos socios.

§ 5.º Fazer publicar pela imprensa os convites, annuncijs, exposições e declarações necessarias, quando for deliberado em sessão da comissão directora, ou ordenado pelo Presidente.

Art. 24. Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Ter em sua guarda todo o dinheiro da sociedade, pelo qual é responsavel.

§ 2.º Receber as joias e mensalidades dos socios directamente, ou por intermedio dos Procuradores, dando-lhes quitação.

§ 3.º Cumprir as ordens de pagamento, que lhe forem dadas pelo presidente.

§ 4.º Reflexionar, em vista dos fundos da sociedade, sobre as despezas ordenadas.

§ 5.º Dar ao Presidente parte da existencia de dinheiro sufficiente no cofre para a alforria de um escravo, logo que isto se verificar.

§ 6.º Fornecer ao Secretario, ou ao seu Ajudante todos os apontamentos e esclarecimentos necessarios para a escripturação do livro caixa.

§ 7.º Fazer, de tres em tres mezes, uma exposição da receita e despeza havidas, indicando o saldo existente; e fornecer as informações e explicações, que lhe forem exigidas a respeito.

§ 8.º Apresentar annualmente na sessão magna um balanço de toda a receita e despeza com os documentos comprobatorios desta.

§ 9.º Passar ao seu successor todo o dinheiro da sociedade, e mais livros e papeis existentes em seu poder por um inventario, e com as formalidades e seguranças precisas.

Art. 25. E' da attribuição dos procuradores:

§ Substituir e ajudar ao secretario, na ausencia ou impedimento temporario d'este, revesando-se, ou não, segundo for designado pelo Presidente.

§ 2.º Agenciar a cobrança das joias e mensalidades dos socios, dando-lhes recibo.

§ 3.º Entregar semanalmente ao Thesoureiro todo o dinheiro arrecadado, havendo d'elle quitação.

§ 4.º Promover com zelo e actividade os interesses da sociedade.

§ 5.º Inquirir com empenho quaes os escravos, principalmente do sexo feminino, que, pela sua conducta, rigor de captiveiro, e outras circumstancias, devam ser preferidos para os beneficios da sociedade; assim como quaes as viúvas miseraveis e orphãos desamparados, que reclamem promptos soccorros; e informar de tudo immediatamente ao Presidente.

§ 6.º Ser responsavel pela importancia dos recibos, que não tiver sido entregue ao Thesoureiro.

Art. 26. Alem dos cargos effectivos, que ficam mencionados, haverá mais os seguintes:

§ 1.º Protectores perpetuos, ou socios protectores perpetuos, que serão conferidos a SS. MM. II., Si se Dignarem de acceder ao convite que para esse fim lhes for dirigido.

§ 2.º Presidente honorario perpetuo, que será conferido ao Exm. Sr. D. Manoel Joaquim da Silveira, Arcebispo da Bahia.

§ 3.º Vice-Presidentes honorarios perpetuos, conferidos aos Exms. Bispos Diocesanos do Imperio, havendo convite e annuencia previa.

§ 4.º Vice-Presidente honorario ao Exm. Presidente da provincia, em quanto permanecer na administração publica.

§ 5.º Vice-Presidentes honorarios, elegiveis annualmente, que serão conferidos a quatro pessoas das mais distinctas da Provincia, podendo ser reeleitas.

CAPITULO 4.º

Das sessões e trabalhos.

Art. 27. A commissão directora reunir-se-há, sempre que o Presidente a convocar, para deliberar sobre negocios da sociedade, que não forem da exclusiva competencia da assembléa geral dos socios.

Art. 28. A assembléa geral reunir-se-há regularmente de tres em tres mezes, no domingo ou dia santo, que se seguir ao dia 26.

Art. 29. Não comparecendo n'esse dia a mor parte dos socios presentes n'esta capital, a reunião será transferida para o domingo ou dia santo immediato, em que funcionará com o numero que comparecer.

Art. 30. N'essas sessões o Presidente dará conta dos trabalhos da commissão durante o trimestre passado, numero de socios novamente inscriptos, beneficios urgentes que tiver feito, receita e despeza havida; e exporá o estado da sociedade, seus recursos actuaes, etc.

Art. 31. Sob proposta do Presidente, dos Procuradores, ou de quaesquer socios deliberar-se-há ácerca da alforria de escravos, si os fundos actuaes da sociedade comportarem a respectiva despeza, apreciação da preferencia ao escravo, que deve ser libertado, soccorros

a prestar-se ás viúvas, orphãos etc, e tudo o mais que disser respeito aos interesses e fins da sociedade.

Art. 32. Haverá sessão magna todos os annos no dia 27 de dezembro, da invocação de S. João Evangelista, patrono da sociedade, e anniversario da installação da mesma.

Art. 33. Na sessão magna o Presidente lerá o relatório, do que trata o artigo 21 § 9.º e o Thesoureiro apresentará o balanço mencionado no artigo 24 § 8.º, depois do que fixar-se-há o maximo da quantia a despende-se durante o anno social com objectos concernentes ao fim secundario da sociedade; e finalmente proceder-se-há á eleição da nova commissão directora, e mais membros elegiveis da sociedade pela maneira indicada no art. 17.

Art. 34. Os novamente eleitos tomarão logo posse dos respectivos cargos, e receberão dos que acabam os objectos, papeis, e dinheiro da sociedade.

Art. 35. Poder-se-há tambem deliberar n'essa sessão sobre alguns dos objectos especificados nos arts.

CAPITULO V.

Da alforria de escravos, e obrigações por elles contrahidas.

Art. 38. Para a alforria de escravos se procederá do modo seguinte: Os Procuradores apresentarão, em sessão ordinaria, ou extraordinaria da assemblea, os nomes dos escravos mais no caso de merecerem o beneficio da sociedade, expondo as circumstancias que os favorecerem, e razões do beneficio, e garantindo a acquiescencia dos senhores. Discutida a proposta dos Procuradores, juntamente com outras que apparecerem, e apreciadas as razões expostas, correrá a votação por escrutinio sobre qual dos escravos deverá ser preferido; e, no caso de empate, decidirá o voto de qualidado do Presidente.

Art. 39. Qualquer dos socios terá a faculdade de apresentar os nomes de outros escravos, que entenda deverem ser preferidos, sendo obrigado a dar os motivos da preferencia, e approva-los, se assim for exigido pela sociedade.

Art. 36. A assemblea geral será convocada extraordinariameete por meio da imprensa periodica d'esta cidade, quando, fóra das epochas das reuniões ordinarias, a sociedade estiver habilitada para proceder á alforria de escravos, e para praticar outros actos de beneficencia; quando houver negocio de grande importancia, que a commissão directora entenda dever submeter ao conhecimento dos socios; e quando for praticamente reconhecida a necessidade de alterar os estatutos.

Art. 37. As sessões se celebrarão na casa dos socios instituidores, em quanto estes residirem na capital: depois a commissão directora providenciará a respeito.

Art. 39. Qualquer dos socios terá a faculdade de apresentar os nomes de outros escravos, que entenda deverem ser preferidos, sendo obrigado a dar os motivos da preferencia, e approva-los, se assim for exigido pela sociedade.

Art. 40. Em regra, os escravos propostos á alforria serão residentes na Parahyba, podendo, comtudo, serem antes escolhidos os de outra provincia, em circumstancias especiaes.

Art. 41. Para as alforrias serão, em igualdade de circumstancias, preferidas as mulheres aos homens, as que tiverem filhos ás que os não tiverem, as casadas ás solteiras, etc.

Art. 41. Poderão ser auxiliados, até com preferencia, pela sociedade os escravos, que já tenham parte do dinheiro necessario para sua alforria, ficando, todavia, sujeitos ás obrigações impostas aos libertos da sociedade.

Art. 43. Os escravos libertados pela sociedade serão obrigados a prestar serviços por espaço de um anno para auxiliar os fins da mesma.

Art. 44. Só depois de satisfeita essa obrigação se entregará ao liberto a respectiva carta, que ficará registrada no livro competente.

Art. 45. Os menores libertados receberão logo a carta de liberdade, sendo, comtudo, obrigados aos serviços exigidos pelo art. 43, apenas completarem 21 annos de idade, os homens, e 18 as mulheres.

Art. 46. O referido prazo de um anno poderá ser diminuido, ou augmentado por deliberação especial da sociedade.

Art. 47. Para satisfação da obrigação imposta pelos arts. 43 e 45, quando seja recusada, se lançará mão dos meios legaes.

Art. 48. Os libertos da sociedade deverão ajuntar ao nome proprio o appellido de—S. João Evangelista,—em memoria do beneficio recebido, e para firmar nelles, como em uma irmandade, o pensamento de mutuo conforto e auxilio aos que ainda estiverem no captivo.

CAPITULO VI.

Disposições geraes.

Art. 49. A sociedade accoita com reconhecimento todas as dadivas e esmolas, quer dos socios, quer de estranhos, offerecidas para auxiliar os fins da mesma.

Ar. 50. Os beneficios feitos e os recebidos pela sociedade serão especificadamente, quando não houver inconveniente, publicados nos jornaes.

Art. 51. No caso de falta absoluta, ou ausencia prolongada de alguns dos membros da commissão directora, designará esta, por meio de votação, quem o deva substituir.

Art. 52. Em todas as votações, quer da commissão directora, quer da assembléa geral dos socios, decidirá sempre a maioria absoluta dos votos presentes : e, no caso de empate, o Presidente terá, demais, voto de qualidade.

Art. 52. Em todas as votações, quer da commissão directora, quer da assembléa geral dos socios, decidirá sempre a maioria absoluta dos votos presentes : e, no caso de empate, o Presidente terá, demais, voto de qualidade.

Art. 53. No caso de dissolução da sociedade, que será resolvida pelos dous terços dos socios existentes na provincia, sendo a respeito consultados por escripto os ausentes da capital, será o dinheiro, que houver, entregue, para ser convenientemente applicado, a um dos Estabelecimentos pios mais acreditados da provincia, conforme for deliberado na mesma occação.

Art. 54. Da approvação definitiva dos presentes estatutos em diante, ficarão as mensalidades marcadas no art. 11, reduzidas a 500 réis, pagos por semestres adiantados.

Parahyba do Norte em 28 de Fevereiro de 1864.

Commissão de redacção

Felisardo Toscano de Brito

Vigario Joaquim Antonio Marques

Dr. João da Matta Corrêa Lima

Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso

Manoel Porfirio Aranha

Dr. Antonio Henriques de Almeida

Thomás d'Aquino Mindêllo.